

Cibele Naidhig de Souza Carrascossi

**GRAMATICALIZAÇÃO E
(INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NA
MODALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: UM
ESTUDO DE *PODE SER***

Araraquara - SP
2011

CIBELE NAIDHIG DE SOUZA CARRASCOSSI

**GRAMATICALIZAÇÃO E
(INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NA
MODALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: UM
ESTUDO DE *PODE SER***

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Araraquara, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Araraquara – SP
2011

Cibele Naidhig de Souza Carrascossi

**GRAMATICALIZAÇÃO E (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NA
MODALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO DE *PODE SER***

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Araraquara, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Data de aprovação: 19/09/2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Araraquara / Universidade Presbiteriana Mackenzie

Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto

Membro Titular: Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto

Membro Titular: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão

Universidade Federal de Goiás

Membro Titular: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Araraquara

Com todo o meu amor e carinho,
para o *GUILHERME*.

AGRADECIMENTOS

A DEUS que proporcionou todas as experiências necessárias para que esses anos de estudo representassem não apenas crescimento acadêmico, mas, principalmente, pessoal.

Ao Elson, meu amor, pelo seu apoio e seu amor incondicionais, sem os quais certamente eu não teria conseguido nada.

À professora Maria Helena, pela confiança em meu trabalho. É ela que me acompanha em todas as etapas da minha formação como pesquisadora (iniciação científica, mestrado e doutorado) e a ela sempre serei grata por ter me ensinado desde o bê-a-bá.

Ao CNPq pela bolsa, no período de março de 2008 a março de 2011.

Aos professores Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Marize Mattos Dall'Aglio Hattner pelos comentários na qualificação.

À minha querida Ana Paula Raphael Vicente Carrascossi, que me auxiliou, cuidando do seu afilhado, com muito amor e dedicação, para que eu pudesse estudar tranquilamente.

A todos meus amigos e meus familiares que sempre demonstraram afeto e incentivo, principalmente nos momentos de desânimo, e souberam compreender minhas ausências. Agradeço, especialmente, as amigas que me acompanharam mais de perto, Daniela Malkomes, Taísa Robuste, Ana Carolina Sperança-Criscuolo e Silvana Zamproneo, todas muito queridas.

E, finalmente, embora não menos importante, aos meus pais, fonte de meu ser.

*A language without the expression
of person cannot be imagined.*
(Émile Benveniste, 1971)

GRAMATICALIZAÇÃO E (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NA MODALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO DE *PODE SER*

Neste trabalho, investiga-se a expressão modalizadora *pode ser* em dois contextos sintáticos distintos: a) como predicado encaixador de proposição (*pode ser*₁); b) como construção independente (*pode ser*₂). Nesses contextos, o verbo modal constitui, com a forma infinitiva, uma fórmula fixa, rotinizada, com alta produtividade no nível discursivo. Assim, sob base teórica funcionalista (DIK, 1997a, 1997b), busca-se descrever a atuação de *pode ser* nos níveis semântico, sintático e pragmático. Para tanto, o *corpus* utilizado é composto por textos contemporâneos do português brasileiro, de escrita e de fala. Investigam-se os processos subjacentes à multiplicidade de usos da construção, avaliando-se a hipótese de gramaticalização (HEINE *et al.*, 1991b; TRAUOGOTT; HEINE, 1991; HOPPER; TRAUOGOTT, 1993, entre outros) e de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 1989, 1995a, 2010, entre outros; TRAUOGOTT; DASHER, 2002). A pesquisa revela que há encaminhamentos condizentes com a gramaticalização, mas que não podem ser tomados como definitivos em relação à identificação do processo. As propriedades modalizadoras da construção são exploradas. *Pode ser*₁ apresenta-se como uma forma consolidada de avaliação epistêmica, enquanto *pode ser*₂ não se restringe a esse domínio modal e ambos os usos podem manifestar diferentes direções de modalização: orientada para o falante (marcada pela subjetividade) e orientada para o ouvinte (marcada pela intersubjetividade). O exame das características semânticas e discursivas das ocorrências aponta para um desenvolvimento próprio de (inter)subjetivização. Observa-se, com isso, que a operação da construção desliza da sintaxe (*pode ser*₁) para o discurso (*pode ser*₂). Como predicado matriz, *pode ser*₁ indexa posicionamento epistêmico do enunciador em relação ao conteúdo proposicional da sentença encaixada, enquanto *pode ser*₂ é uma forma independente sintaticamente e pragmaticamente, constituindo um ato de fala atitudinal em reação a outro ato de fala e, portanto, com funcionamento estritamente ligado ao fluxo conversacional. O aproveitamento da construção no jogo discursivo é analisado. *Pode ser* opera, então, no gerenciamento de pontos de vista divergentes, na busca de aprovação do interlocutor, na orientação da interação comunicativa e nos parênteses epistêmicos, revelando-se um conjunto bastante solicitado, produtivo e útil nas relações interpessoais.

Palavras-chave: *pode ser*; modalização; (inter)subjetivização; gramaticalização; gramática funcional.

GRAMMATICALIZATION AND (INTER)SUBJECTIFICATION IN MODALIZATION IN PORTUGUESE: A STUDY OF *PODE SER*

In this work, we explore the modalized expression *pode ser*, in two different syntactic contexts: a) as a predicate of an embedded proposition (*pode ser*₁); b) as an independent structure (*pode ser*₂). In these contexts, the modal verb constitutes, with the infinitive form, a fixed formula, routinized, with high productivity on the discursive level. Therefore, based on a functionalist theory (DIK, 1997a, 1997b), we seek to describe the operation of *pode ser* on semantic, syntactic and pragmatic levels. For this, the used *corpus* is made of contemporary Brazilian Portuguese texts, amidst writing and speech. We explore the processes underlying the multiplicity of uses of the structure, evaluating the grammaticalization hypothesis (HEINE *et al.*, 1991b; TRAUGOTT; HEINE, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993, and others) and also the (inter)subjectification (TRAUGOTT, 1989, 1995a, 2010, and others; TRAUGOTT; DASHER, 2002). The analyses reveal consistent referrals towards grammaticalization, although they cannot be seen as definitive, regarding the process' identification. The modalized qualities of the structure are also explored. *Pode ser*₁ shows itself as a consolidated form of epistemic evaluation, whilst *pode ser*₂ is not restricted to this modal domain, and both uses of the structure may express different modalization directions: speaker-oriented (marked by subjectivity) and listener-oriented (marked by the intersubjectivity). The examination of the semantic and discursive characteristics of occurrences points towards a unique development of its (inter)subjectification. We can observe that the structure's construction slips from syntax (*pode ser*₁) to discourse (*pode ser*₂). As a matrix predicate, *pode ser*₁ indexes the enunciator's epistemic position, in relation to the embedded statement's propositional content, while *pode ser*₂ is a syntactically and pragmatically independent form, constituting an attitudinal speech act in reaction to another speech act, ergo with its functioning strictly related to the conversational flow. The use of the structure in the discursive game is also analyzed. Thus, *Pode ser* functions on the management of differing points of view, on the interlocutor's approval seeking, on the orientation of communicative interaction and on the epistemic parenthesis, and reveals itself as a strongly demanded structure, as also productive and useful for interpersonal relationships.

Keywords: *pode ser*; modalization; (inter)subjectification; grammaticalization; functional grammar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Natureza e delimitação do problema.....	11
2. Estudos anteriores envolvendo <i>pode ser</i>	15
3. Procedimentos metodológicos	17
3.1. O <i>corpus</i>	17
3.2. Outros procedimentos	21
4. Estrutura do trabalho.....	22
CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS FUNCIONALISTAS	24
1. A orientação funcionalista	24
2. A interação verbal	25
3. A constituição do enunciado em camadas	26
3.1. Nível representacional	28
3.2. Nível interpessoal	31
CAPÍTULO 2 – POR UM TRATAMENTO MULTIFUNCIONAL DA MODALIDADE	36
1. Uma visão crítica do conceito de modalidade	36
2. Perspectivas pragmáticas da modalidade	43
3. O carácter multifuncional da modalidade	48
3.1 Modalidade como estratégia pragmática	50
4. Modalidades deôntica e epistêmica	52
CAPÍTULO 3 – PROCESSOS GRAMATICAIS E DISCURSIVOS	59
1. O conceito de gramaticalização	59
2. Mecanismos e tendências de gramaticalização	64
3. Usos discursivos são casos de gramaticalização?	68
4. Gramaticalização, subjetivização e intersubjetivização	72
5. Modalidade como fenômeno de gramaticalização e de subjetivização	76

CAPÍTULO 4 - UMA ANÁLISE DE <i>PODE SER</i> NA PERSPECTIVA DA GRAMATICALIZAÇÃO	82
1. <i>Pode ser</i> é um caso de gramaticalização?.....	82
1.1. Tendências e processos de gramaticalização em <i>pode ser</i>	83
1.2. Parâmetros de gramaticalização aplicados a <i>pode ser</i>	101
CAPÍTULO 5 – PROPRIEDADES SEMÂNTICAS E DISCURSIVAS DE <i>PODE SER</i>	107
1. <i>Pode ser</i> , marca de subjetividade e de intersubjetividade	107
1.1. A gradação em termos de subjetividade e de intersubjetividade	108
1.2. A relação entre os tipos de textos e a (inter)subjetividade em <i>pode ser</i> ..	109
1.3 Sobre o desenvolvimento semântico-pragmático de <i>pode ser</i>	127
2. O papel de <i>pode ser</i> no jogo discursivo	132
2.1. <i>Pode ser</i> ₂ , orientador da interação comunicativa	132
2.2. O caso de <i>pode ser (...), mas</i>	136
2.2.1. <i>Pode ser (...), mas</i> , estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes	136
2.2.2. A relação adversativa em <i>pode ser (...), mas</i>	141
2.3. <i>Pode ser</i> , parentético epistêmico	145
2.4. <i>Pode ser?</i> Busca de aprovação	148
CONCLUSÕES	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

1. Natureza e delimitação do problema

Em investigação sobre os verbos modais *poder* e *dever* (CARRASCOSSI, 2003), destacou-se o uso de *poder* na construção *pode ser que*, em textos interativos de língua escrita e de língua falada, que apresenta características diferenciadoras em relação a outros usos do modal. São enunciados como os que seguem:

(1)

*"Escrevi para você. Conheço a sua responsabilidade, sei que um dia precisará partir, e que se transformará em inimigo do meu país — pois deseja aniquilar Jezabel. Neste dia, **pode ser que** eu esteja ao seu lado, dando-lhe suporte e apoio para que cumpra bem sua tarefa. Ou **pode ser que** eu lute contra você, porque o sangue de Jezabel é o sangue do meu país; esta palavra, que agora você tem em mãos, está repleta de mistérios. Ninguém pode saber o que ela desperta no coração de uma mulher — nem mesmo os profetas que conversam com Deus."* (OMC)¹

(2)

*Doc - pra fora você diz do Brasil?
F2 - pro exterior é **pode ser que** eu não tenha tido ainda condição financeira de ir pra fora* (NURC/ RJ D2 158)

A polissemia, comum em ocorrências com *poder*, fica neutralizada nessa construção, que expressa sempre possibilidade epistêmica. *Pode ser que* sinaliza um descomprometimento do falante² com a verdade do conteúdo proposicional, que é apresentado como uma eventualidade, como algo possível, do ponto de vista do enunciador. O valor semântico da expressão, nesses enunciados, aproxima-a do de um advérbio modalizador como *talvez*.

Como predicado encaixador de proposição, *pode ser* subcategoriza um constituinte oracional, sem, contudo, participar do conteúdo informacional principal. Ou seja, *pode ser*, em ocorrências como (1) e (2), não constitui núcleo de predicado, como em "Nosso encontro pode ser amanhã.", por

¹ As siglas entre parênteses identificam o texto de onde as ocorrências foram extraídas. O enunciado (1) é retirado do *corpus* de língua escrita e as letras entre parênteses indicam uma abreviatura do nome da obra, como foi dado no banco de dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP, FCL, Araraquara. O enunciado (2) é do NURC, entre parênteses indicam-se a cidade (RJ), o tipo de inquérito (D2) e o número do inquérito, (158). Mais informações sobre os *corpora* serão apresentadas adiante.

² Os termos falante e ouvinte são utilizados para referência aos participantes de uma comunicação, independentemente da interação ser verbal ou escrita.

exemplo. *Pode ser que* é essencialmente um portador de atitude do enunciador em relação ao conteúdo proposicional e permanece totalmente externo à proposição.

Considere-se, ainda, que há, nessa expressão, neutralização de marcas morfológicas. *Pode ser*, em ocorrências como (1) e (2), parece ser uma forma fixa, invariável (3ª. pessoa do singular do presente do indicativo). Além disso, parece haver uma integração entre os elementos da construção o que faz que ela se entenda unidade única de processamento.

Essas observações permitem associar alguns processos de gramaticalização à construção (tais como *descategorização*, *dessemantização*, *condensação*, *rotinização* e *subjetivização*) e, por si, já apontam para necessidade de uma investigação mais cuidada da questão.

A identificação de outro tipo uso fortalece o interesse no estudo de *pode ser*. São usos em que a construção é sintaticamente e pragmaticamente independente:

(3)

— *Não estou querendo provar que a humanidade é perversa. Estou querendo, isso sim, provar que eu inconscientemente pedi as coisas que me aconteceram — porque sou mau, um homem totalmente degenerado, e mereci o castigo que a vida me impôs.*

— *Você está querendo provar que Deus é justo.*

O estrangeiro pensou um pouco.

— ***Pode ser.*** (DSP)

O *pode ser* de enunciados como (3) constitui um ato de fala independente que é uma reação a um ato de fala do interlocutor (*você está querendo provar que Deus é justo*). São usos típicos de interação conversacional. Nesses enunciados, *pode ser* sinaliza uma concordância do falante com seu interlocutor, um assentimento não absoluto, marcado por falta de convicção do enunciador.

Em enunciados como (3), *pode ser* transmite a possibilidade epistêmica, como (1) e (2). *Pode ser* marca o conteúdo avaliado como eventual, registrando falta de certeza, descomprometimento do enunciador. Mas, enquanto *pode ser que* indexa posicionamento epistêmico em relação ao conteúdo proposicional da sentença encaixada, ou seja, sinaliza atitude com relação ao que está falando (subjetividade), *pode ser*, como em (3), indexa

posicionamento epistêmico em relação ao ato de fala do interlocutor (intersubjetividade).

Pode ser, em ocorrências como (3), é, então, um uso de interpretação mais pragmático-discursiva do que *pode ser que* (ocorrências 1 e 2). A expressão apresenta aumento em função pragmática, que pode associar-se à gramaticalização, mas, também, a um processo de (inter)subjetivização.

A hipótese de discursivização é fortalecida com a identificação de usos em que *pode ser* é atuante no movimento organizacional do texto falado:

(4)

L2 *ahn ahn... mas isso já está acontecendo você vê você deve conhecer uma experiência que fizeram com ratos de amontoar rato em::em gaiolas pequenas e deixar reproduzir reproduzir...*

L1 *ahn*

L2 *chega uma hora quando essa popula/ população está assim que ... ah::mesmo tendo comida à vontade... mas esPAÇO vital de cada um muito restrito ... que deixam de::reproduzir ... não tem mais necessidade sexual né? Inclusive começam a se matar uns aos outros ... uhn uhn*

L1 *[então é óbvio...mas o sistema é simples não dá colapso de população total...*

L2 *uhn*

L1 *para nós...como está ficando tudo muito complicado pode dar um colapso total...então o que eu acho é o seguinte...pode ser uma questão de probabilidade...surgir alguma coisa que dê colapso total...vê começa a*

L2 *[pode ser*

L1 *juntar muita gente na cidade então...a::través de que atividades começa a planejar mais alimen::to et cetera então não tem nada disso de...diminuir a população certo?...vem chegando mais gente chegando mais gente chegando mais gente...mas ainda é um problema assim () vai chegar uma hora que::...(dá isso em) zebra né?*

(NURC / SP D2 343)

Uma primeira observação sobre ocorrências como (4) diz respeito à falta de nitidez em relação ao âmbito de incidência de *pode ser*. O locutor 2 (L2) considera que “uma questão de probabilidade” ou “surgir alguma coisa que dê colapso total” “pode ser” ou, ainda, ele está expressando uma concordância mais geral, com a linha de raciocínio de seu interlocutor?

Essa opacidade em relação à incidência da modalização de *pode ser* liga-se à função essencialmente discursiva que a expressão assume em ocorrências como (4). Nesses casos, *pode ser* atua no movimento

organizacional do texto falado, servindo principalmente para sinalizar que o falante está atento ao seu interlocutor, aprovando-o.

Como expressão de intersubjetividade, de amplo espectro, *pode ser* forma um conjunto altamente produtivo no discurso, sendo utilizado, inclusive, em situações de oferecimento e de pedido. São usos que envolvem aceitação, concessão nas relações interpessoais, e que implicam um valor modal deôntico, como mostram (5) e (6):

(5)

- *Tem anil?*
- *É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.*
- *Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.*
- O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:*
- *Dupla?*
- ***Pode ser.***(BH)

(6)

No copo dela, a cereja nadava no martíni. Parecia ótima, também.
— *Escute, estou duro — esclareci.*
— *Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta — disse ela.*
— *Não é isso — disse eu.*
— *Querida que você me pagasse um martíni, **pode ser?***
Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC-R)

Ao responder a um oferecimento com *pode ser*, como em (5), o enunciador revela certa indiferença em relação ao processo. Nesse caso, *pode ser* representa um assentimento que se resolve não em termos de conhecimento (epistêmico), como (3) e (4), mas em termos de conduta, de ação (deôntico). Ou seja, trata-se de uma permissão concedida.

Usos como (6) ocorrem sempre em enunciados interrogativos, nos quais o enunciador solicita aprovação de seu interlocutor. Nesses casos, o falante pressupõe que o ouvinte possa receber seu pedido como algo desagradável, e se antecipa, atenuando a força negativa que pode advir desse pedido. *Pode ser* sinaliza, então, uma estratégia de polidez.

Interessa a este trabalho estudar *pode ser* em ocorrências como as apresentadas de (1) a (6), ou seja, como predicado encaixador de proposição (enunciados 1 e 2) e como construção independente (enunciados 3 a 6). A investigação que se propõe objetiva:

- Descrever a função da construção *pode ser*, como predicado encaixador de proposição e como construção independente, com uma análise sincrônica de seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.
- Investigar os processos subjacentes à multiplicidade de usos da construção, nos dois contextos sintáticos e, mais especificamente, o grande aproveitamento da expressão no nível discursivo, o que inclui examinar o papel de *pode ser* no jogo discursivo.
- Avaliar a hipótese de gramaticalização e de (inter)subjetivização para o fenômeno em questão.

2. Estudos anteriores envolvendo *pode ser*

Os estudiosos que se propõem analisar as características (sintáticas, semânticas e pragmáticas) do verbo modal *poder* sempre identificam *pode ser*, objeto de estudo desta pesquisa, como um uso distinto do uso modal *lato sensu*, dadas as particularidades da expressão, já lembradas na seção anterior.

Apesar disso, a construção não recebeu, ainda, uma investigação mais cuidada. Dois trabalhos que fazem alguns apontamentos sobre *pode ser*, sem, no entanto, aprofundar a investigação, são Costa (1995) e Ferreira (2000).

Sob uma perspectiva cognitiva-funcionalista, Costa (1995) analisa a categoria *irrealis* associada à modalidade, estudando os verbos modais *poder*, *dever*, *querer*, *saber* e *achar*, com ênfase nos dois primeiros. Baseada em dados sincrônicos de língua falada da cidade do Rio de Janeiro, a autora busca mostrar que existe, na expressão da modalidade, uma tendência à abstratização, à cristalização e à sistematização das formas. A autora sugere três etapas no desenvolvimento dos elementos modais sob exame:

- a) *auxiliarização* – os verbos modais perdem sua independência sintática (como elementos do léxico); passam a marcadores da categoria modalidade; assumem restrições sintático-discursivas; e tornam-se mais integrados com o verbo que os segue, núcleo do conteúdo proposicional;
- b) *adverbialização* – os verbos se afastam da posição nuclear na sentença; tendem a perder características próprias de elementos verbais (permanecem

invariáveis), atuando essencialmente como portadores de atitude do enunciador;

c) *cristalização em marcadores discursivos* – os verbos não atuam na estruturação do enunciado; passam a ser condicionados por regras de estruturação textual-discursiva e não mais por regras sintáticas.

Na análise do verbo modal *poder*, Costa (1995) identifica ocorrências de *pode ser que* e *pode ser*, associando o primeiro uso à etapa b (adverbialização) e o segundo à etapa c (cristalização em marcadores discursivos). Fica sugerido que o processo responsável pelas duas primeiras etapas é a *gramaticalização* e o responsável pela última etapa é a *desgramaticalização*³.

Em Costa (1995), apresenta-se uma descrição de *pode ser*, como expressão adverbial e como marcador discursivo, bastante geral, afinal o foco de pesquisa é mais amplo. A autora não localiza em seu *corpus* todos os usos da expressão *pode ser* identificados nesta pesquisa, nem explora com profundidade as características do item e suas possibilidades funcionais. Considere-se, ainda, que seu estudo é baseado apenas em dados da fala carioca.

O trabalho de Costa (1995) representa um avanço nas tentativas de descrever os processos que envolvem os verbos modais de maneira geral. A autora indica outras tarefas a serem realizadas nesse campo de estudos, como por exemplo, aprofundar a investigação sobre as expressões cristalizadas dos modais (como *pode ser*) e testar a validade das etapas de desenvolvimento dos modais em dados diacrônicos e em *corpus* mais amplo da língua portuguesa do Brasil.

A tese de Ferreira (2000) surge com o objetivo de buscar comprovação para a hipótese da unidirecionalidade concreto > abstrato (não epistêmico > epistêmico) aplicada ao verbo modal *poder*. Para tanto, ela seleciona dados de três sincronias: a) língua falada do português contemporâneo da cidade do Rio de Janeiro; b) amostra do século XVI (obras de Gil Vicente e de Antonio Ribeiro Chiado); c) dados do latim arcaico (o texto *Amphitrvo* de Plauto, século II a. C.). A autora conclui que a análise das ocorrências nas três sincronias lhe permite afirmar que “a configuração sintático-semântica do modal é basicamente a

³ O conceito de desgramaticalização é controverso e será discutido no capítulo 3, *Processos gramaticais e discursivos*.

mesma há 22 séculos (FERREIRA, 2000, p.3). Mas, interessante, ela indica, também, que a construção *pode ser que* foi localizada apenas nos dados do português contemporâneo e que nos dados do latim não se encontraram contextualizações de possibilidade epistêmica.

Ferreira (2000) observa que *pode ser que* é uma construção invariável com valor epistêmico e *status* gramaticalizado. Ela sugere uma automatização da construção *pode ser* como única unidade de processamento, provavelmente desencadeada pela alta frequência de *poder + ser*⁴. Dados os objetivos da pesquisa, Ferreira (2000) apresenta uma investigação pouco exaustiva da expressão.

Embora seja uma forma consolidada de avaliação epistêmica e amplamente aproveitada pelos usuários da língua (fato atestado pela grande variedade de contextos em que se apresenta), *pode ser* não tem recebido muita atenção dos estudiosos. Assim, a expressão nem sempre é lembrada como integrante do paradigma dos predicados epistêmicos (tais como *acho que, parece que, diz que*)⁵.

3. Procedimentos metodológicos

O estudo de um fenômeno como a modalização, que se realiza em situações de interação entre os usuários da língua, requer uma base teórica que considere a língua em uso, que inclua na análise, além da estrutura linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e seu conteúdo discursivo. Tudo isso converge para a teoria funcionalista da linguagem, que é o suporte teórico-metodológico deste trabalho.

3.1. O corpus

A escolha dos textos a serem analisados foi guiada pela preocupação de tomar um conjunto que, de forma mais ampla possível, representasse a língua portuguesa do Brasil. Por isso, optou-se primeiramente pelo banco de dados do

⁴ Nos dados do português contemporâneo, das 40 ocorrências analisadas, 33 contêm o verbo *ser*.

⁵ Textos que citam *pode ser* como predicado matriz modalizador são Gonçalves (2001) e Bastos et al. (2007), por exemplo.

Laboratório de Lexicografia da UNESP de Araraquara, que possui mais de 200 milhões de ocorrências em textos escritos diversificados por diferentes literaturas.

Dada a natureza do fenômeno em estudo, logo no início das atividades da pesquisa, ficou evidente que a investigação deveria incluir, também, textos de língua falada. Decidiu-se, então, analisar inquéritos do projeto NURC (Norma Urbana Culta), que abrange cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e que configura a mais extensa documentação de língua falada do português brasileiro.

O *corpus* disponível no Laboratório de Lexicografia da UNESP é composto por textos escritos provenientes de diferentes tipos textuais e de sincronias distintas, embora grande parte seja representativa do português contemporâneo. Neste estudo, analisam-se apenas os textos do período compreendido entre 1950 e 2000, que compõem o arquivo CP2 (*corpus* principal 2). São obras diversificadas pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco, jornalística (que inclui correspondências publicadas e crônicas).

A literatura⁶ dramática é constituída por peças teatrais. São textos escritos com a finalidade de reproduzir situações espontâneas de conversação e, por isso, são os que mais se aproximam da linguagem falada espontânea.

A literatura oratória é formada por discursos argumentativos, cuja função precípua é persuadir. Como as peças teatrais, são textos escritos para serem veiculados oralmente. Porém, a situação comunicativa em que esses discursivos são proferidos e a posição social ocupada pelo orador (em geral, um político ou um acadêmico) exigem um grau de formalidade muito grande.

Os textos de propaganda também têm a função de persuadir. São produções que objetivam levar o público-alvo ao consumo do produto anunciado.

Na literatura técnica estão abrigados textos acadêmicos, instrutivos de diversas áreas das ciências exatas, humanas e biológicas.

A literatura romanesca abrange romances, sendo, por isso, pouco homogênea. Os textos ficcionais podem envolver trechos narrativos,

⁶ Neste trabalho, mantém-se o termo *literatura*, adotado no banco de dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP, para referência aos diferentes tipos de textos examinados.

descritivos, argumentativos, dissertativos, diálogos entre personagens (em que muitas variáveis estão em jogo, como grau de formalidade, situação comunicativa, etc.).

A literatura jornalística também não apresenta uma constituição homogênea, pois é composta não só por notícias propriamente ditas, como também por editoriais, correspondências publicadas, entrevistas, crônicas, documentários, etc. As notícias devem ser transmitidas com certo distanciamento e imparcialidade, a fim de ganharem credibilidade de seus leitores. Tal característica dos textos jornalísticos se reflete grandemente na utilização, ou não, de elementos modalizadores.

As crônicas são textos ficcionais publicados em jornais, revistas ou livros de crônicas. São histórias baseadas em algum fato cotidiano, contadas com humor ou certa estranheza. Esses textos têm linguagem mais informal, mais descontraída.

Devido às características intrínsecas a cada uma dessas “literaturas” (que envolvem (in)formalidade, efeito comunicativo, função social, entre outras), usos de *pode ser* serão mais, ou menos, recorrentes nelas. Por exemplo, textos mais informativos ou mais formais (como os técnicos) exigem um comprometimento maior do enunciador com o conteúdo que ele apresenta e, assim, em princípio, desfavorecem a ocorrência de elementos modalizadores que registrem a incerteza do enunciador, como *pode ser*, por exemplo.

Tais observações poderiam levar à seleção ou à exclusão de alguns tipos textuais⁷. No entanto, optou-se por manter na análise todos os gêneros disponíveis, pois a frequência (seja ela alta, baixa ou ausente) de ocorrências em tipos textuais diversos é um fator significativo sobre a atuação da expressão *pode ser*.

É preciso notar, por fim, que cada uma dessas subamostras apresenta extensão bastante diferente, como indica a tabela seguinte:

⁷ A expressão tipo textual é aqui empregada para referência aos diferentes textos que compõem o *corpus* da pesquisa, não tendo, portanto, o mesmo sentido em que se encontra nos trabalhos de linguística textual, a saber, o de sequências linguísticas (narração, descrição, argumentação, por exemplo) do texto.

Tabela 1 – A extensão dos arquivos que compõem as literaturas do *corpus* de língua escrita

Literatura	Extensão em bytes	Extensão em número de palavras
Romanesca	16 MB ⁸	5.401.605
Jornalística, Crônicas e Correspondências	12,9 MB	4.414.113
Técnica	9,13 MB	3.135.771
Dramática	3,52 MB	1.270.300
Oratória	2,83 MB	966.809
De Propaganda	604 KB	189.826
Total	44,9MB	15.378.424

Fonte: elaboração própria.

Houve a preocupação de se realizarem recortes para que se analisassem porções idênticas de cada tipo textual disponível no *corpus*. Entretanto, foi notado que disso poderia resultar a não identificação de ocorrências em determinados gêneros que apresentam frequência muito pequena da expressão em estudo. Portanto, examinaram-se integralmente os arquivos do chamado CP2.

A partir da descrição dos usos nos dados de língua escrita, pretendia-se buscar comprovação em dados de língua falada. Entretanto, a condição de “*corpus* complementar” dos dados de língua falada logo foi abandonada, com a identificação de usos bastante específicos da conversação.

A intenção inicial era utilizar apenas o chamado *corpus* mínimo do NURC, também referido como *corpus* compartilhado do NURC, em que se fundamentou o projeto “Gramática do português falado”. Esse *corpus* é constituído por três inquéritos de cada capital (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador), sendo um de cada tipo (EF, elocução formal, DID, diálogo entre informante e documentador e D2, diálogo entre dois informantes), num total de quinze inquéritos. No entanto, não foi localizada nenhuma ocorrência de *pode ser* no *corpus* mínimo do NURC, o que levou à necessidade de se estender o exame a outros inquéritos. Analisa-se, afinal, um total de 60 inquéritos distribuídos igualmente pelas cinco capitais e pelos

⁸ Um mega byte (MB) equivale a 1024 kbytes (KB), que, por sua vez, corresponde a 1204 bytes.

tipos de inquéritos. No anexo A, encontra-se quadro com a indicação dos inquéritos examinados.

3.2. Outros procedimentos

A leitura de textos teóricos e a análise qualitativa das ocorrências permitiram definir algumas questões relevantes sobre a atuação de *pode ser* e a hipótese de gramaticalização e de (inter)subjetivização. Verificou-se, então, a necessidade de investigar alguns fatores tais como tipo de discurso (contínuo ou interlocução), presença ou ausência de elemento interveniente, tipo frasal, tempo e modo do verbo da oração encaixada, tipo de sujeito da oração encaixada (presença ou ausência de controle; animacidade), etc.

Muitas das variáveis observadas não apresentaram resultados que merecessem ser relatados ou discutidos. Por isso, não haverá menção a muitos deles em nossas análises. A listagem com todas as variáveis testadas pode ser conferida no Anexo B.

Para maior controle dessas variáveis, utilizaram-se alguns dos programas do aplicativo computacional GOLDVARB, especificamente aqueles que estimam frequência e cruzamento entre diferentes fatores de análise.

É preciso ressaltar que o GOLDVARB foi idealizado para a investigação de fenômenos linguísticos variáveis, o que não é o caso deste estudo. Os programas do GOLDVARB utilizados nesta pesquisa servem para garantir que todos os parâmetros sejam aplicados igualmente às ocorrências e são ferramentas extremamente úteis no cruzamento de variáveis.

O programa computacional de *infobase* FOLIO VIEWS, que abriga todos os textos de língua escrita examinados, também foi utilizado como importante ferramenta para localização dos dados. Tal programa possui recursos que facilitam a busca permitindo a localização de coocorrências de termos determinados pelo analista (por exemplo, a partir de “pode + que” o programa localiza ocorrências da forma *pode* seguidas de qualquer extensão que comece com *que*, com elementos intervenientes a esses dois termos ou não, a depender do que o estudioso determinar).

4. Estrutura do trabalho

As bases teóricas para estudo de *pode ser* são apresentadas nos três primeiros capítulos desta tese, *Bases teóricas funcionalistas*, *Por um tratamento multifuncional da modalidade* e *Processos gramaticais e discursivos*. Os dois últimos capítulos, *Uma análise de pode ser na perspectiva da gramaticalização* e *Propriedades semânticas e discursivas de pode ser* são dedicados à análise da expressão sob estudo.

No primeiro capítulo, apresentam-se as noções funcionalistas que sustentam os procedimentos de análise de *pode ser*. Especial atenção é dada à constituição do enunciado em camadas, que servirá como parâmetro de exame das ocorrências.

O segundo capítulo traz uma leitura crítica do conceito de modalidade, que revela o alcance restrito do tratamento convencional da modalidade em relação à modalização operante no nível dos atos de fala. Propõe-se, então, o estudo da modalidade a partir de sua multifuncionalidade nos enunciados. Em relação à tipologia das modalidades, a análise restringe-se às modalidades epistêmica e deôntica, consideradas básicas nos estudos, e que se expressam em *pode ser*.

O terceiro capítulo discute a questão da gramaticalização e os encaminhamentos propostos pelos estudiosos para a adequação, ou não, de usos discursivos aos seus postulados. Busca-se, então, estabelecer as bases que apoiarão a análise de *pode ser* como um elemento gramaticalizado e (inter)subjetivizado.

No quarto capítulo avalia-se a hipótese de gramaticalização. Investigam-se, então, os percursos próprios desse processo nas ocorrências de *pode ser*. Realizam-se testes para a verificação de automatização da construção e aplicam-se, por fim, parâmetros de gramaticalização.

No capítulo cinco, exploram-se as propriedades semânticas e discursivas de *pode ser*. Será argumentado que a modalização que *pode ser* imprime nos enunciados, nos usos analisados, revela uma gradualidade em termos de (inter)subjetividade que justifica tratar esse item como um caso de (inter)subjetivização. Exploram-se, também, as funções de *pode ser* no jogo discursivo, como estratégia de gerenciamento de posicionamentos divergentes,

como parentético epistêmico, como mantenedor da interação verbal e como recurso de atenuação da força negativa de um ato de fala.

Finalmente, apresentam-se as conclusões deste trabalho, as quais retomam algumas questões discutidas ao longo do texto, e propõem-se encaminhamentos futuros.

CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS FUNCIONALISTAS

1. A orientação funcionalista

O estudo de elementos modalizadores, próprios de situações de interação entre os usuários da língua, requer um aparato teórico que considere a língua em uso, incluindo na análise, além da estrutura linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e o conteúdo discursivo. Além disso, a análise de um item como *pode ser* é compatível com uma teoria que contemple o equilíbrio instável da língua e atente para os diversos níveis de funcionalidade das expressões linguísticas. Tudo isso converge para a Gramática Funcional. A opção deste trabalho recai, mais especificamente, no modelo funcionalista desenvolvido por Dik (1997a, 1997b) e Hengeveld (1988, 1989, 1990), cujos pressupostos, que estão na base deste trabalho, serão apresentados neste capítulo.

De um ponto de vista funcionalista, conforme observa Neves (1997), a linguagem é entendida como um instrumento de comunicação e o interesse básico da análise linguística recai sobre a verificação de como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Desse modo, a explicação para as estruturas deve ser procurada no uso real da língua, pois é a intersubjetividade criada em uma situação de fala que determina os rumos do discurso e os significados que dele emergem.

A forma e a função dos enunciados não devem ser entendidas independentemente. Como diz Halliday (1985), as formas de uma língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas. O autor postula que os diferentes sistemas da língua codificam diferentes espécies de significado e, assim, o enunciador escolhe as formas mais apropriadas às suas intenções comunicativas. Por isso, a teoria de Halliday é vista como uma teoria sistêmica, uma teoria da língua como escolha.

Para Dik (1997a, 1997b), a Gramática Funcional é uma teoria dos componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, ou seja, dentro de uma teoria da interação verbal. De um ponto de vista funcional, então, a Linguística se refere a dois sistemas de

regras: a) as que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); b) as que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas). O primeiro sistema de regras é visto como instrumental em relação às metas e aos propósitos do segundo sistema de regras. As expressões linguísticas devem ser descritas e explicadas em termos de um quadro fornecido pelo contexto da interação verbal. Tais postulações levam aos dois princípios básicos da teoria funcionalista, segundo Dik (1997a):

- (i) uma teoria da linguagem deve procurar explicar as regras e os princípios subjacentes às expressões linguísticas em termos de sua funcionalidade, em relação ao modo de uso das expressões;
- (ii) uma teoria das expressões linguísticas deve ser planejada de tal modo que possa ser, mais facilmente, integrada a uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal.

Esses princípios estão na base do modelo de interação verbal desenvolvido por Dik (1997a) e da representação da oração em camadas (DIK, 1997a,1997b; HENGEVELD, 1988, 1989, 1990), os quais constituirão, juntamente com os demais princípios funcionalistas, parâmetros teóricos para a análise de *pode ser*.

2. A interação verbal

Dik (1997a) compreende a interação verbal, ou interação social, como uma atividade estruturada e cooperativa. É estruturada, pois se baseia no sistema da língua, em convenções, em normas. É cooperativa, porque, para que haja interação, é preciso ao menos dois participantes, que contribuem igualmente para o processamento da comunicação.

A interação verbal envolve o processamento de informação pragmática entendida como o corpo de conhecimentos do indivíduo, incluindo-se assunções, crenças, opiniões, sentimentos (DIK, 1997a, p.10). Normalmente, a informação pragmática do falante e a do ouvinte têm muito em comum. Mas, há também informação que está disponível apenas para o falante ou para o ouvinte, e é justamente nessa (parte de) informação não compartilhada que a interação verbal se localiza.

Ao dizer algo para seu ouvinte, o falante tenciona modificar a informação pragmática do destinatário e essa é a função principal da interação verbal, segundo Dik (1997a, p. 10).

O plano mental elaborado pelo falante para conseguir modificar a informação pragmática do destinatário envolve a antecipação da interpretação do destinatário. Por isso, a expressão linguística do falante baseia-se na sua informação pragmática, mas também na informação pragmática que o falante julga que o ouvinte tenha.

A estimativa do que seja a informação pragmática do destinatário é parte da informação pragmática do falante, do mesmo modo que a informação pragmática do destinatário inclui uma estimativa do que seja a informação pragmática do falante. Desse modo, é com base em uma conjectura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido, que o destinatário reconstrói a intenção do falante.

Saliente-se que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário não é estabelecida pela expressão linguística, mas sim **mediada** por ela. Então, a expressão linguística é uma função da intenção do falante, da sua informação pragmática e sua antecipação da interpretação do ouvinte, enquanto a interpretação do ouvinte é função da expressão linguística, da informação pragmática do ouvinte, e sua conjectura sobre a intenção do falante (DIK , 1997a, p. 9).

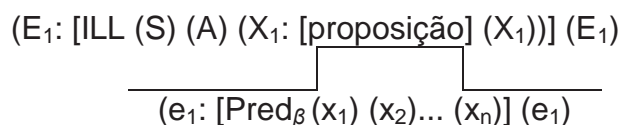
3. A constituição do enunciado em camadas

A proposta de constituição do enunciado em camadas fundamenta-se no entendimento de que as expressões linguísticas assumem duas diferentes funções, a representacional, responsável pelo reconhecimento que o enunciatário faz da situação descrita, e a interpessoal, responsável pelo reconhecimento que o enunciatário faz da intenção comunicativa do enunciado. A estruturação do enunciado, na Gramática Funcional, contempla, então, dois níveis, o interpessoal e o representacional (DIK, 1997a, 1997b; HENGEVELD, 1988, 1989, 1990), que remetem, na verdade, aos clássicos estudos de Halliday (1970, 1985).

Para Halliday (1970, 1985), a multifuncionalidade da língua está refletida em seu sistema e, então, as sentenças são organizadas, simultaneamente, como mensagem e como evento de interação. Essas funções são compreendidas como manifestações, no sistema linguístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Halliday indica, ainda, uma terceira função da linguagem, a textual, que é instrumental em relação às outras duas, conferindo-lhes relevância. Pela função textual, a linguagem possibilita vínculos com ela própria e com as características da situação em que é usada.

Na constituição do enunciado, os níveis interpessoal e representacional são estruturados hierarquicamente e abrigam, ainda, camadas. O formato geral do modelo de constituição do enunciado, que será explicitado na sequência, é apresentado por Hengeveld (1988):

Figura 1 - A representação da sentença na Gramática Funcional



Fonte: Hengeveld (1988, p. 242).

Esse esquema mostra a representação do enunciado a partir de dois níveis relacionados, um mais alto, o interpessoal, e um mais baixo, o representacional. O nível interpessoal é estruturado com base em um esquema ilocucionário (ILL) que tem o falante (S, *speaker*) o ouvinte (A, *addresse*) e o conteúdo proposicional (X) como seus argumentos. O nível representacional é estruturado com base em um estado de coisa (e) codificado pela predicação, a qual, por sua vez, tem um ou mais indivíduos (x) como seus argumentos.

Antes de explicitar a representação formal dos enunciados como proposta na Gramática Funcional, é necessário salientar que a representação do enunciado, tal como desenvolvida por Dik (1997a, 1997b), é um modelo de descrição e não de processamento. Na produção de um enunciado, os processos descritos não seguem etapas graduais, mas são simultâneos. Por

isso, Dik (1997a, p. 57) reconhece que seu modelo é “quase produtivo”. Assim, o autor se manifesta:

A ordem de produção real não é nem mesmo necessariamente organizada de modo sequencial. Estudos psicológicos de produção (e interpretação!) de sentenças tornam plausível que os usuários das línguas naturais têm antes fortes capacidades para o processamento paralelo de informação. Isso significa que uma parte do aparato de produção do falante pode estar operante na construção de termos, enquanto uma outra está procurando por predicados satisfatórios, e uma terceira está ativa para a decisão de qual deve ser a força ilocucionária. (DIK, 1997a, p. 57-58)¹

Tendo-se em mente essa ideia do modelo de representação do enunciado, nas próximas seções, se apresentam os processos de constituição dos enunciados, como descritos na Gramática Funcional.

3.1. Nível representacional

No nível representacional, que diz respeito ao evento narrado, um estado de coisas é descrito de tal modo que o ouvinte seja capaz de entender a situação, real ou imaginária, que está sendo relatada (HENGEVELD, 1988, p. 128). Desse modo, as operações nesse nível são direcionadas para a construção de uma predicação.

A construção de uma predicação subjacente inicia-se com a seleção de um predicado, ao qual são aplicados os termos (x) apropriados, resultando, assim em uma predicação (e), como mostra (1):

(1) e: emprestar [V] (x₁: o estudante)_{ag} (x₂: um livro)_{obj}

Em (1) há um predicado que designa uma relação entre duas entidades, nos papéis de agente (x₁) e objeto (x₂), constituindo, assim, a predicação nuclear, o primeiro nível a ser distinguido nas predicções. A predicação designa um estado de coisas², uma codificação linguística que o falante realiza

¹As citações em língua estrangeira foram traduzidas para o português, tradução sobre a qual a autora desta tese responsabiliza-se.

² Estados de coisas são entidades passíveis de durar algum tempo, de serem vistas, ouvidas, percebidas.

de uma situação possível. A predicação nuclear, como apresentada em (1), pode receber especificações por meio de operadores (π) e de satélites (σ).

Operadores e satélites, essenciais na construção do enunciado, têm a função de atribuir informações, especificações, que variam de acordo com a camada em que atuam (predicado, predicação, proposição ou ato de fala). A diferença entre operadores e satélites reside na forma de expressão: os primeiros são recursos gramaticais, e os últimos, recursos lexicais.

No nível representacional, situam-se os operadores e os satélites de predicado e de predicação, cuja função é adicionar informações ao estado de coisas e, assim, contribuir para a formação da predicação. O quadro 1 resume a atuação dos operadores e satélites nesse nível:

Quadro 1 - A atuação dos operadores e satélites no nível representacional

CAMADA	FUNÇÃO	OPERADORES	SATÉLITES
PREDICADO	Especificar propriedades adicionais ao estado de coisas como designado pela predicação nuclear (função descritiva das predicações).	π_1 - marcam aspecto qualificacional (perfectividade, imperfectividade).	σ_1 - indicam propriedades como modo, velocidade e instrumento.
PREDICAÇÃO	Situar o estado de coisas designado por uma predicação em um mundo real ou imaginário e assim restringem o grupo de potenciais referentes (função referencial das predicações).	π_2 - marcam tempo, aspecto qualificacional (habitualidade, frequência, continuidade e intensidade ³), modalidade objetiva ³ e polaridade.	σ_2 - expressam lexicalmente o cenário do estado de coisas, indicando tempo, lugar, frequência e probabilidade.

Fonte: elaboração própria.

Os operadores e os satélites, de predicado e de predicação, atuam diretamente na constituição da predicação que é formada a partir de três níveis: a) a **predicação nuclear**, que é composta pelo predicado e seus termos, como representado em (1); b) a **predicação central**, que é uma extensão da predicação nuclear realizada por meio de operadores e de satélites de predicado (dos tipos π_1 e σ_1); c) a **predicação estendida**, que é uma extensão da predicação central por meio de operadores e satélites de predicação (dos tipos π_2 e σ_2).

³ A referência à modalidade, na explicitação de operadores e satélites, tem por base o modelo de descrição das modalidades apresentado em Hengeveld (1988, 1989) e seguido por Dik (1997a, 1997b).

Um estado de coisas como (1), por exemplo, pode ser localizado no tempo e no espaço e essa função é realizada pelos operadores e satélites. Assim, uma notação de passado pode ser acrescentada à predicação nuclear por meio de um operador de predicação (π_2), enquanto a atribuição de espaço se dá pela aplicação de um satélite de predicação (σ_2). A representação dada em (2) exemplifica essas extensões:

(2) π_2 : Passado e₁:{[emprestar (x_1 : o estudante) (x_2 :um livro) (σ_2 :na biblioteca)]
= O estudante emprestou um livro na biblioteca.

É possível que uma predicação apareça como especificação de um outro estado de coisas, ou seja, como segundo argumento de um outro predicado mais alto, o que configura uma predicação encaixada, como mostra a representação em (3):

(3) Passado [ver (Célia) (e_1)]⁴
e₁: Passado [emprestar (o estudante) (um livro) (na biblioteca)]
=Célia viu [que o estudante emprestou um livro na biblioteca]

Considere-se que uma predicação pode ser construída, ainda, em uma estrutura de ordem mais alta, a proposição (X), que designa um conteúdo proposicional, um fato possível. Nesse caso, a operação situa-se no nível interpessoal. Observe-se o exemplo dado em (4):

(4) Presente [acreditar (Célia) (X_1)]
 X_1 : Passado [emprestar (o estudante) (um livro) (na biblioteca)]
=Célia acredita [que o estudante emprestou um livro na biblioteca]

O estatuto semântico da oração subordinada, que é definido pelo predicado encaixador, diferencia uma proposição encaixada e uma predicação encaixada. Em (3), a oração encaixada descreve um estado de coisas que foi visto e que, então, de fato, ocorreu. Em (4), por outro lado, a oração encaixada

⁴ O verbo *ver* é utilizado, neste caso, com o sentido de percepção visual e não mental.

expressa uma crença. As coisas nas quais as pessoas acreditam não são estados de coisas, mas são proposições, conteúdos proposicionais, fatos possíveis (DIK, 1997a), e nisso está a diferença entre predicções e proposições encaixadas.

3.2. Nível interpessoal

Diferentemente do nível representacional, que é orientado para o estado de coisas, no nível interpessoal as operações são orientadas para a relação tríplice entre os participantes do evento de fala (o falante, o ouvinte e o conteúdo transmitido ou mensagem). No nível interpessoal, são atuantes os operadores e os satélites de proposição e de ilocução, brevemente descritos no seguinte quadro:

Quadro 2 - A atuação dos operadores e satélites no nível interpessoal

CAMADA	FUNÇÃO	OPERADORES	SATÉLITES
PROPOSIÇÃO	Especificar a atitude do falante em relação à validade do conteúdo proposicional	π_3 – marcam gramaticalmente as modalidades subjetiva e evidencial ⁵ .	σ_3 – expressam lexicalmente a validade do conteúdo proposicional.
ATOS DE FALA	Marcar a estratégia comunicativa do falante.	π_4 - (operadores de ilocução) mitigam ou reforçam a força ilocucionária do ato de fala	σ_4 – (satélites de ilocução) – marcam estratégias comunicativas do falante em relação à força ilocucionária do ato de fala.
		σ_5 (satélites de oração) - o falante situa um ato de fala designado por uma oração em um determinado contexto de discurso e então restringe as possibilidades perlocucionárias da oração. ⁶	

Fonte: elaboração própria.

Por meio dos operadores e/ou satélites de proposição, que registram a atitude do falante em relação à verdade do conteúdo proposicional, uma predicção passa a constituir uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que, por sua vez, designa um conteúdo proposicional, ou fato possível.

O falante pode expressar, no conteúdo da proposição, sua crença ou ausência de crença, seu desejo ou esperança de que a proposição se torne

⁵ Idem à nota 3.

⁶ Hengeveld (1990) considera satélites de nível 4 e 5, enquanto Dik et al. (1990) consideram esses dois tipos sob o mesmo rótulo: satélites de ilocução.

verdadeira e, ainda, a origem por meio da qual ele obteve a informação. Assim, por exemplo, a predicação dada em (1) pode ser avaliada pelo falante como provável e essa qualificação ser registrada por meio de um satélite, como *provavelmente*, ou por meio de um operador, como é o caso do modal *dever*:

(5)

- a) **Provavelmente**, o estudante emprestou o livro na biblioteca.
- b) O estudante **deve** ter emprestado o livro na biblioteca. (eu acredito que isso provavelmente ocorreu)

A proposição (X) se reveste, então, de força ilocucionária, constituindo, assim, a frase, que corresponde a um ato de fala (E) especificado pelos operadores e satélites de locução. A predicação (1) completa-se, então, com a aplicação de um operador ilocucionário de valor declarativo, como mostra a representação:

(6)

(E₁):DECLARATIVO (X₁) (E₁)

((X₁): π_2 Passado e₁{[emprestar(o estudante)(um livro)] (na biblioteca)(e₁)}) (X₁)

= O estudante emprestou um livro na biblioteca.

A descrição que Dik (1997b) apresenta do nível ilocucionário parte da consideração dos trabalhos de Austin (1962 apud DIK, 1997b) e Searle (1984). Dik (1997b) entende que a comunicação não se dá pela expressão de proposições, mas por realização de atos de fala interpretáveis como instruções do falante para que o destinatário realize certas ações mentais, relacionadas ao conteúdo proposicional. Isso significa reconhecer o aspecto performativo das expressões linguísticas, ou seja, elas podem ser usadas para realizar certos atos comunicativos (DIK, 1997b).

Dik (1997b) considera ilocuições básicas as sentenças declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa, das quais podem derivar outros valores ilocucionais. As ilocuições básicas, operadores ilocucionários do tipo π_4 , são entendidas como instruções do falante (F) para o destinatário (D) com o objetivo de causar certas alterações na informação pragmática do destinatário:

- a) DECL: F instrui D a adicionar o conteúdo proposicional à sua informação pragmática;
- b) INT: F instrui D a providenciar a informação verbal como especificado na proposição;
- c) IMP: F instrui D a realizar o EC controlado de acordo com o especificado na proposição;
- d) EXCL: F instrui D a adicionar em sua informação pragmática que F exprimiu o conteúdo proposicional como uma surpresa, algo inesperado ou uma notícia importante. (DIK, 1997a, p. 302)

Considerando que a noção de ilocução pode ser entendida em termos do modelo de interação verbal, Dik (1997b) propõe três perspectivas para a ilocução: a) a que é intencionada pelo falante; b) a que está codificada na sentença; c) a que é interpretada pelo ouvinte. O autor observa que a primeira e a última devem ser estudadas por uma teoria pragmática mais ampla, e que, portanto, à teoria de análise linguística interessa o valor ilocucionário codificado na sentença.

A ilocução básica de uma expressão pode ser “convertida” em outros valores ilocucionários, e esse processo de “conversão ilocucionária” pode ocorrer pragmaticamente, lexicamente ou gramaticalmente, conforme indica Dik (1997b).

A conversão pragmática gera efeitos no nível da intenção e da interpretação comunicativas, e não tem reflexo nas propriedades linguísticas da expressão. Por isso, Dik (1997b) afirma que esse tipo de conversão deve ser estudado dentro de uma ampla teoria pragmática da interação verbal, não constituindo, portanto, objeto de estudo na descrição linguística.

Na conversão lexical, a ilocução é especificada por algum verbo performativo explícito ou outra expressão lexical. A mudança de (7a) para (7b) é apresentada por Dik (1997a) como uma forma de conversão lexical:

(7)

- a) Quer casar comigo?
- b) Eu peço a você que case comigo⁷.

O terceiro tipo de conversão, a gramatical, efetiva-se por recursos gramaticais que uma determinada língua possa dispor e serve para modificar a

⁷ Os exemplos (7)-(9) são traduzidos de Dik (1997a, p. 302-303)

ilocução básica de uma sentença em algum valor ilocucionário derivado (DIK, 1997a, p. 257). É o que os exemplos em (8) mostram:

(8)

- a) Ela é uma boa garota (DECL)
- b) Ela é uma boa garota, não é? (DECL>INT)

O “tag” em (8b) tem a função de converter a sentença declarativa, dada em (8a), em uma sentença interrogativa. Dik (1997a) chama a atenção para o fato de que enunciados como (8b) não deveriam simplesmente ser considerados como interrogativos, porque há uma clara diferença de forma entre uma “conversão ilocucionária” como (8b) e uma sentença interrogativa com o mesmo conteúdo, como (9):

(9)

(INT<Tag [DECL])E₁: [ela é uma boa garota]E₁

Ela é uma boa garota?

Quanto aos satélites de ilocução, eles assumem funções semelhantes às dos operadores de ilocução, ou seja, por meio deles o valor ilocucionário da oração pode ser especificado ou modificado, tendo em vista a adequação da frase à estratégia comunicativa do falante.

Hengeveld (1989, 1990) propõe, ao lado dos satélites de ilocução (σ_4), os satélites de oração (σ_5), como mostrado no quadro 2. Os satélites de ilocução relacionam-se com a estratégia comunicativa do falante e os satélites de oração são meios lexicais por meio dos quais o falante situa sua sentença no contexto discursivo. O exemplo seguinte apresenta os dois tipos de satélite:

(10)

*Honestamente, você dançou lindamente, se posso dizer isso.*⁸

Nessa sentença, *honestamente* é um satélite de ilocução e *se posso dizer isso* é um satélite de oração. A distinção entre os dois tipos de satélite

⁸ A frase em (10) é baseada na sentença apresentada por Hengeveld para exemplificar todos os tipos de satélite: *Honestly, you certainly danced beautifully yesterday, if I may say so.* (HENGEVELD, 1990, p.13).

não parece muito definida. Talvez por isso, Dik (1997a, 1997b) e Dik et al. (1990) consideram os dois tipos de satélites em uma única categoria, a saber, a dos satélites de ilocução.

O que se pode perceber da descrição do nível interpessoal é que as operações são direcionadas para a construção de um enunciado adequado à intenção do falante, em uma situação comunicativa, ou seja, em um ato de fala. A base do esquema ilocucionário envolve a especificação das relações entre um falante, um ouvinte e uma mensagem. É, portanto, nesse nível que se situam as estratégias discursivas.

CAPÍTULO 2 – POR UM TRATAMENTO MULTIFUNCIONAL DA MODALIDADE

1. Uma visão crítica do conceito de modalidade

Não é novidade afirmar que as modalidades constituem uma categoria difícil de ser apreendida e de grande complexidade. As discussões em torno do tema abundam em dissensos e carecem de consensos. É, portanto, em terreno extremamente movediço que neste capítulo se buscam as bases teóricas para o estudo da modalidade expressa por *pode ser*.

Uma questão inicial de investigação refere-se à definição da categoria, e por aí já se entra em um território conflituoso, pois não é pacífica a conceituação de modalidade. Além disso, e apesar do grande volume de trabalhos produzidos, os estudos não preveem adequadamente a modalização que opera no nível discursivo, e nisso está uma dificuldade teórica para estudo de *pode ser*, como será mostrado adiante.

As primeiras reflexões sobre a modalidade, na Lógica, têm suas origens nos estudos aristotélicos, em que se propõem as noções modais de possibilidade e de necessidade, e a ideia de que esses conceitos são interdefiníveis a partir da negação. Os enunciados são necessariamente ou possivelmente verdadeiros. Com a aplicação da negação aos conceitos de possível e de necessário, outros dois modos são definidos, o impossível e o contingente. As relações entre esses quatro modos são representadas no clássico quadrado lógico de Aristóteles.

Na tradição da análise lógica, as modalidades são definidas em termos de relações de verdade, independentemente do enunciador e, por isso, as relações estabelecidas na Lógica não se mantêm nos estudos linguísticos. Nas línguas naturais, a modalidade deve ser definida em termos de envolvimento do falante e do ouvinte, das intenções comunicativas, do contrato epistêmico, do conhecimento compartilhado, ou seja, em função de sua inserção pragmática.

Não obstante, os estudos linguísticos nessa área são muito influenciados pela visão lógica. Neves (2006) observa que, apesar das tentativas de separar Lógica e Linguística, a maior parte dos estudos traz a

marca lógica e, assim, os conceitos de possibilidade e de necessidade dificilmente deixam de estar presentes na definição de modalidade.

Outra forma de delimitar a modalidade relaciona-se com a noção de *factuality* (LYONS, 1977; NARROG, 2005), também referida pelos termos *real/irreal* (PALMER, 1986) ou *validade* (KIEFER, 1987)¹. Narrog (2005) postula que o único critério capaz de distinguir o que pertence e o que não pertence à categoria modalidade é a *factuality*. Para esse autor,

modalidade é uma categoria linguística referente ao estatuto factual de um estado de coisas. A expressão de um estado de coisas é modalizada por ser indeterminada com respeito ao seu estatuto factual, ou seja, não é nem positivamente, nem negativamente factual. (NARROG, 2005, p. 184)

De acordo com Narrog (2005), portanto, a modalidade se define pela não *factuality*², ou seja, o enunciador não se compromete com a verdade nem com a falsidade do conteúdo expresso na sentença. A essência desse tipo de conceituação está em que a modalidade envolve situações imaginadas (irreais), relacionadas ao mundo mental, e não situações reais.

O critério da *factuality*, porém, não se mostra eficaz na delimitação da modalidade, pois há enunciados não factuais que não são considerados modais. Em (1), por exemplo, o enunciador expressa um estado de coisas irreal, hipotético, não factual, embora não esteja marcando um posicionamento atitudinal, modal:

(1)

Se eu tivesse uma filha moça, punha-lhe o nome de Aleluia. (BP-CR)³

¹ Os termos *realis* e *irrealis* são definidos por Mithun (1999, p.173 apud NARROG, 2005, p.182) da seguinte forma: *irrealis* retrata situações como pertencentes à esfera do pensamento, possíveis de serem conhecidas apenas por meio da imaginação; *realis* retrata situações como realizadas, como tendo ocorrido ou realmente ocorrendo, possíveis de serem conhecidas por meio da percepção direta. A *não factuality* representa expressões que não fazem simples declarações de fatos ou asserções categóricas (PALMER, 1986, p.230). A *validade*, de acordo com Dietrich (1992, p. 27 apud NARROG, p. 182) refere-se ao fato de que o estado de coisas retratado em uma sentença pode ou ser válido (ou seja, existir no tempo referido) ou ser modalizado (ou seja, estar aberto à questão de sua existência ou não).

² Diferentemente da *factuality*, em que o conteúdo do enunciado é apresentado como verdadeiro, e da *contrafactuality*, em que o conteúdo do enunciado é apresentado como falso.

³ Enunciado retirado do *corpus* de língua escrita.

Além disso, como diz Palmer (1986, p. 18), seria um erro limitar um estudo de modalidade à não factualidade, porque as declarações factuais, como as sentenças que marcam opinião ou julgamento do enunciador (não factuais), são subjetivas, representam pontos de vista do falante. A noção de factualidade não representa, desse modo, um bom parâmetro para definir a modalidade

Palmer (1986), entre outros autores, indica que a subjetividade é um critério essencial para a modalidade. A concepção de modalidade baseada na noção de subjetividade é, em geral, bastante aceita, e encontra-se diferentemente expressa nas definições de teóricos e estudiosos:

um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve (LYONS, 1977, p. 436);

o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa (QUIRK et al., 1985, p. 219);

a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado (MAINGUENEAU, 1990, p. 180);

a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. (CORACINI, 1991, p. 113).

A modalidade assim entendida liga-se à ideia, bastante antiga e tradicional, de subdivisão do enunciado em duas partes constitutivas, o *dictum* (proposição, parte descritiva) e o *modus* (não proposição, modalidade, ponto de vista do sujeito falante sobre o dito) (JESPERSEN, 1924 apud PALMER, 1986; BALLY, 1950 [1932] apud KIEFER, 1987; LEWIS, 1946, apud PALMER, 1986; LYONS, 1977; entre outros). A ideia é que todos os enunciados que possuem proposição consistem em *modus* e *dictum*, as sentenças que não são explicitamente modalizadas contêm um operador de julgamento em sua estrutura semântica.

Embora a maioria dos estudiosos concorde com a definição de modalidade baseada na noção de subjetividade, há autores que se manifestam contrariamente a essa caracterização. Narrog (2005), por exemplo, aponta que, na distinção *dictum X modus*, categorias de diferentes níveis de descrição seriam colocadas juntas sob o “rótulo” modalidade e, além disso, nem sempre é possível separar elementos proposicionais e modais.

As formas de expressão da modalidade, porém, são muito variadas (verbos, advérbios, substantivos, tempo verbal, voz, expedientes sintáticos, meios prosódicos, etc.), de modo que não se pode esperar que se configure uma categoria homogênea, nem que seja sempre possível identificar a marca de modalização. A preocupação com a localização tópica do elemento ou elementos responsáveis pela manifestação da categoria é um dos grandes perigos no estudo da modalidade nos enunciados efetivos (NEVES, 1996, p. 178).

Outra questão levantada por Narrog (2005) é que a noção de subjetividade em si é muito frouxa para a delimitação da modalidade. De acordo com o autor, a existência de expressões modais que não são subjetivas⁴ e de expressões subjetivas que não são modais⁵ invalida a caracterização da modalidade baseada na subjetividade. Ele observa, ainda, que, nem mesmo se for especificado que a subjetividade se refere a uma proposição, é possível definir a categoria, dado que o conceito de proposição é muito amplo, não havendo consenso sobre ele nem mesmo entre os estudiosos.

⁴ Narrog (2005) refere-se aos verbos modais, considerados a expressão típica das modalidades, em seus usos não subjetivos (objetivos). Os exemplos citados por Narrog (2005) são de Coates (1983 apud NARROG, 2005):

(1) Clay pots ... **must** have some protection from severe weather (texto escrito Coates, 1983, p. 35) – **deôntico/de raiz**

(2) “ ‘... have you noticed president, that, em, the boiled egges at Sunday breakfast always hard?’ and president said ‘Ah, well, the simple truth is that, if you’re going to boil egges, communally, they **must** be hard ... You have to crack the head of an egg, when you take it out of the pan – otherwise it goes on cooking.” (texto falado; Coates, 1983, p. 42). - **epistêmico**

Diferentemente de Narrog (2005), neste trabalho, assume-se que não há enunciados livres de subjetividade do enunciador. Tal posicionamento é explicitado na seção 4 deste capítulo, quando se discutem as modalidades epistêmicas subjetiva e objetiva.

⁵ Narrog (2005) cita o uso do progressivo, analisado por Wright (1995 apud NARROG, 2005), como uma forma de expressar uma avaliação do enunciador em relação a algo que foi dito pelo seu interlocutor, como no seguinte exemplo: *You’re telling me you don’t love me anymore.*

Neste trabalho também se apresentam restrições às definições de modalidade baseadas na subjetividade tal como as citadas anteriormente (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985; MAINGUENEAU, 1990; CORACINI, 1991), as quais podem ser assim resumidas: modalidade é a atitude ou a opinião do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado por ele proferido.

Entretanto, o questionamento que se apresenta aqui é de natureza diversa do de Narrog (2005). Neste estudo considera-se que, embora esse tipo de conceituação seja o mais comumente encontrado nos estudos de modalidade, ele não prevê a atuação da categoria em determinadas situações de interlocução. Especialmente na conversação, a modalidade pode assumir a função de reguladora da interação verbal, e esse aspecto é negligenciado pelos trabalhos que investigam a modalidade com base nessas definições. Portanto, a crítica deste trabalho surge no sentido de apontar a limitação das definições convencionais de modalidade.

Entende-se aqui que é central no conceito de modalidade a noção de subjetividade, que envolve a expressão de algo que passa pelo conhecimento do enunciador, mas também a noção de intersubjetividade, que tem sido negligenciada pela conceituação convencional da categoria. A definição da modalidade como opinião ou atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso tem alcance restrito, afinal, a modalidade:

- a) não é só atitude/opinião do falante em relação ao seu enunciado, pode ser atitude/opinião em relação ao enunciado do interlocutor também;
- b) não incide necessariamente sobre um conteúdo proposicional;
- c) pode estar fortemente ligada ao domínio discursivo, em determinados enunciados, e, por isso, nesses casos, sua principal função não é expressar um posicionamento de quem fala, e sim gerenciar a interação verbal.

A análise de algumas ocorrências explicita esses pontos. Considere-se, inicialmente, o enunciado (2), em que o elemento modalizador *pode ser* tem caráter estritamente interacional:

(2)

L2 ahn ahn... mas isso já está acontecendo você vê você deve conhecer uma experiência que fizeram com ratos de amontoar rato em::em gaiolas pequenas e deixar reproduzir reproduzir...

L1 ahn

L2 *chega uma hora quando essa popula/ população está assim que ... ah::mesmo tendo comida à vontade... mas esPAço vital de cada um muito restrito ... que deixam de::reproduzir ... não tem mais necessidade sexual né? Inclusive começam a se matar uns aos outros ... uhn uhn*

[
L1 *então é óbvio...mas o sistema é simples não dá colapso de população total...*

L2 *uhn*

L1 *para nós...como está ficando tudo muito complicado pode dar um colapso total...então o que eu acho é o seguinte...pode ser uma questão de probabilidade...surgir alguma coisa que dê colapso total...vê começa a*

[
L2 **pode ser**

L1 *juntar muita gente na cidade então...a::través de que atividades começa a planejar mais alimen::to et cetera então não tem nada disso de...diminuir a população certo?...vem chegando mais gente chegando mais gente chegando mais gente...mas ainda é um problema assim () vai chegar uma hora que::... (dá isso em) zebra né?*

(NURC / SP D2 343)

Atente-se, em (2), para a modalização expressa pela construção *pode ser*, a qual marca um posicionamento epistêmico do enunciador L2, uma concordância em relação ao seu interlocutor, L1. Observe-se, então, que a modalidade, em enunciados como (2), sinaliza um posicionamento do enunciador em relação ao conteúdo apresentado pelo seu interlocutor e não em relação ao seu próprio enunciado.

É essencial reconhecer que a modalização, nesses casos, ocorre em um nível discursivo, ligada à interação verbal. *Pode ser* expressa a aprovação do enunciador em relação ao enunciado do seu interlocutor e, assim, contribui para o desenvolvimento da interação verbal, do texto falado. Em outras palavras, a mais importante função da modalidade, nesses casos, não é expressar posicionamento do enunciador, mas é regular a interação comunicativa.

Devido à atuação no nível discursivo, no enunciado (2), o âmbito de incidência do elemento modalizador tende à opacidade. A questão é: o locutor L2 admite como possibilidade “uma questão de probabilidade” ou “surgir alguma coisa que dê colapso total”, ou, ainda, ele está expressando uma concordância mais geral, com a linha de raciocínio de seu interlocutor? Nos dois primeiros casos (“uma questão de probabilidade” e “surgir alguma coisa que dê colapso total”), seria possível argumentar que a modalização recai

sobre o enunciado do interlocutor, que é assumido pelo enunciador, e então, definir a modalidade em termos de atitude, opinião do enunciador em relação a um conteúdo proposicional ainda teria alguma validade. Mas é possível entender que, na ocorrência (2), *pode ser* incide sobre um elemento não expresso (o raciocínio do enunciador), ou, ainda, é mera repetição do *pode ser* enunciado no turno anterior pelo interlocutor e, nesse caso, sua atuação o aproximaria de um marcador discursivo⁶ utilizado apenas para o falante sinalizar que está atento à fala do parceiro. Portanto, para esses casos, a modalidade não pode ser entendida como atitude do enunciador com relação a nenhum enunciado, a nenhum conteúdo proposicional.

Com relação à incidência do elemento modalizador sobre um conteúdo que não é expresso linguisticamente, mas está implicado na situação comunicativa, a ocorrência (3) é mais evidente:

(3)

– *Você é virgem, Severina?*

– *Virgem nasci*

Virgem me criei

Se comigo não casares

Virgem morrerei – parodiava Severina, inspirada.

Flodoaldo ria, coçava-lhe a vaidade:

– *Você é vida como o diabo, Severina!*

E ia trepando como gato no cio aquele muro escuro e sólido de resistência. Adoçava a voz.

– ***Pode ser*** ou está difícil, coração? (CR)

A construção *pode ser*, na ocorrência (3), modaliza um conteúdo que pode ser captado apenas pelo contexto interacional (“você se deitar comigo”), e não incide sobre um conteúdo proposicional. A modalização, nesses casos, representa uma estratégia pragmática de atenuação. O enunciador sabe que sua interlocutora oferece resistência às suas intenções, e a modalização é um dos recursos que o enunciador utiliza na tentativa de diminuir, ou talvez evitar, a reação contrária àquilo que deseja obter. Assim, a modalidade, em enunciados como (3), é uma estratégia de persuasão, é uma forma de gerenciar a interação verbal.

Analise-se, ainda, (4):

⁶ No capítulo 5, seção 2.1, discute-se o conceito de marcador discursivo em relação a *pode ser*.

(4)

Luiz Raul – Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente ... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós ... Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

*Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, mas é a minha impressão. .. (RE-D)*

Em ocorrências como (4), o enunciador não está afirmando a possibilidade de “isso não ser verdade”, ele está admitindo, em nível conversacional, que “isso não é verdade”. Nesses casos, a modalidade é essencialmente resultante e reguladora da tensão entre falante e ouvinte que ocorre na interação verbal. O falante atribui validade à objeção apresentada pelo seu interlocutor, para em seguida considerá-la irrelevante. Essa operação é uma estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes no nível discursivo, pois concordar com o outro, nesses casos, é uma forma de evitar um “confronto” direto com esse outro.

Em resumo, o problema de conceituações de modalidade como avaliação do sujeito enunciador em relação ao seu enunciado, comumente assumidas nos estudos, é que se ignora a função da modalização como organizadora e reguladora da interação verbal. A modalidade marca a participação do enunciador na comunicação, que é realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos. É preciso, então, atentar-se para a função da modalização nos enunciados, para o recurso pragmático que ela representa no discurso.

2. Perspectivas pragmáticas da modalidade

Há diversos trabalhos que analisam a modalidade em uma perspectiva pragmática. Em geral, os autores incluem o contexto de enunciação, a situação de produção, o envolvimento dos interlocutores, mas ignoram o papel de gerenciamento das relações interpessoais, a estratégia pragmática que a modalidade pode assumir nos enunciados (como mostrado com os enunciados 2 a 4).

Parret (1988) e Coracini (1991), por exemplo, apontam a ligação fundamental entre a situação de comunicação e a modalidade, que determina todo o processo de modalização, com os sentidos que dele emergem.

Parret (1988) chama a atenção para o impacto de restrições pragmáticas sobre as significações modais. A contextualidade 'accional' (que inclui locutor, destinatário, situação de troca) "determina todas as propriedades da linguagem, de qualquer nível de profundidade que sejam elas" (PARRET, 1988, p. 98).

Para Coracini (1991), "as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas" (CORACINI, 1991, p. 120). A autora destaca que as unidades linguísticas perdem sua razão fora da complexidade de uso. O sentido de um enunciado é determinado pela situação de enunciação (incluindo-se aí o tempo, o espaço, os interlocutores e as suas intenções) e dela não pode estar desvinculado.

Parret (1988) e Coracini (1991) indicam importantes aspectos da modalidade. Parece, de fato, fora de dúvida que os enunciados só podem ser considerados dentro da situação comunicativa em que ocorrem. É assim que estudos mostram a fundamental importância dos contextos de enunciação para a interpretação de itens polissêmicos como os verbos modais *poder* e *dever* (NEVES, 2000a; CARRASCOSSI, 2003; entre outros). Como diz Neves, o significado modal "se resolve somente na contração de relações, portanto no 'enunciado enunciado'" (NEVES, 2000a, p. 116).

Mas é preciso ir além e contemplar outro aspecto da pragmática das modalidades: a função discursiva de gerenciamento da interação verbal que a categoria pode promover em determinados contextos. Algumas reflexões direcionadas para a discussão da modalidade como orientadora da interação são encontradas em Hoffnagel (1997) e em Miranda (2000).

Analisando a modalidade epistêmica em dados de língua falada, Hoffnagel (1997) chama a atenção para o caráter intersubjetivo da modalização indicando que "além de explicar as atitudes do falante com respeito às proposições propostas, os modalizadores epistêmicos são empregados,

também, para comunicar atitudes do falante, em relação a seus interlocutores.” (HOFFNAGEL, 1997, p. 150).

Em seu breve artigo, Hoffnagel analisa duas funções pragmáticas da modalidade, tendo sido a primeira delas indicada por Coates (1987): “muitas vezes os falantes marcam sua falta de adesão à verdade de suas proposições em parte como estratégia para facilitar uma discussão mais aberta” (HOFFNAGEL, 1997, p.150). A ocorrência (4), reapresentada em seguida, é um exemplo da modalidade com a referida função discursiva:

(4)

Luiz Raul – Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente ... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós ... Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

*Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, mas é a minha impressão. .. (RE-D)*

Nesse enunciado, já analisado, o assentimento do falante com o argumento do interlocutor representa uma estratégia de atenuação para a objeção que será apresentada. Desse modo, o enunciador deixa espaço para que o outro discorde.

Outra função pragmática da modalidade apontada por Hoffnagel (1997, p.151) consiste em reduzir a força dos enunciados e assim proteger a face de ambos, falante e destinatário, quando o tópico é sensível. É o que se nota no enunciado (5), por exemplo:

(5)

*L2 - tudo::gira em função do::do vil metal né? tudo::profissão o que for você procurará sempre...fazer algo que você ganhará mais...entende? hoje você está trabalhando como vendedor...amanhã te oferecem algo melhor você vai abandonar não terá não haverá dúvida CRElo...está... existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você **pode ser** que se prenda mais mas eu creio que...a maioria...mesmo os que dizem que não visam a maioria visa...remuneração... (NURC/ SP D2 62)*

Antes de expressar um argumento previsto como ameaçador para as faces, o falante se protege indicando que se trata de uma opinião e que são possíveis outros modos de pensar (*você pode ser que se prenda mais mas eu*

creio que...). A modalização, no enunciado (5), constitui, então, uma estratégia pragmática com vista à atenuação do ato de fala que será apresentado⁷.

É assim que as considerações de Hoffnagel (1997), embora restritas ao domínio epistêmico, reconhecem o papel da modalidade na orientação da interação comunicativa.

Um estudo que examina mais detidamente a função da modalidade na organização da interação comunicativa é a tese de Miranda (2000). Opondo-se completamente ao entendimento da modalidade como uma propriedade da frase, do enunciado, a autora postula que a categoria deve ser compreendida como a intenção ou a atitude do enunciador em relação à enunciação (não em relação à proposição ou ao enunciado).

Em uma perspectiva sociocognitivista, Miranda (2000) argumenta que a modalidade deve ser considerada como um operador sobre domínios dentro da cena comunicativa. “A modalidade gerencia a interação” (MIRANDA, 2000, p.144), ou seja, ela sinaliza o trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. A modalidade é compreendida como a semiose da face, pois na interação há um jogo de preservação/ameaça de face, e a modalidade, uma categoria linguística, marca essa construção dramática. Nesse conflito comunicativo, a categoria é um operador de imposição de forças/suspensão de barreiras (TALMY, 1988). Assim a autora se manifesta:

O que temos, pois, é o seguinte: como agentes intencionais, os sujeitos se projetam em contraparte, constroem suas identidades através do outro e, nesse processo, experimentam diferentes lugares discursivos no trabalho de defesa e proteção da face. A metáfora de causa como imposição de força/suspensão de barreiras, é, pois **a configuração semântico-linguística dada a esse drama, de modo a fazê-lo simbolicamente representar-se diante do outro**. Assim, para alcançar seus interlocutores e fazê-los compreender as diferentes imagens projetadas de si mesmos no fluxo das interações, os sujeitos franqueiam ou bloqueiam-lhes a passagem através dessa construção metafórica promovida pela linguagem: a modalidade. (MIRANDA, 2000, p.148-149, grifos da autora)

⁷ No capítulo 5, essas e outras funções discursivas da modalidade expressa por *pode ser* serão analisadas.

Examinando a conversação de professores de uma escola pública mineira em reuniões de um projeto de formação, Miranda (2000) analisa a ação de determinados indivíduos na tentativa de se impor, e de outros fingindo aceitar imposição para, em seguida, direcionar o rumo da conversação. A modalidade é vista como um recurso do enunciador utilizado nesse jogo discursivo.

Miranda (2000) focaliza um ponto pouco explorado do processo de modalização, porém seu trabalho falha ao reduzir a modalidade à função discursiva de gerenciamento da interação comunicativa. Para a autora, “a modalidade **só** tem função na interlocução (mesmo que o outro seja eu mesmo!)” (MIRANDA, 2000, p. 143, grifo da autora). Entretanto, esse é apenas um fator, muito importante sem dúvida, do processo de modalização e reduzir a modalidade a esse aspecto não parece adequado. Considere-se o enunciado seguinte:

(6)

*Está certo que é parálitica, mas isso ela já era naquele tempo, acho que pegou poliomielite aos quinze anos. Na época das festas, com uns vinte, já devia estar conformada, mas a verdade é que nunca parei para pensar nos sentimentos dela. No salão, é claro que ela não aparecia. Eu não podia adivinhar se ela subia para o quarto, se entreabria a porta e apagava a luz, e ficava nos vendo sem ser vista. **Pode ser** que chorasse todo sábado, admirando a festa e não podendo dançar. E ninguém vai saber se à meia-noite batia a porta, gemia na cama, e quanto mais afundava a cabeça no travesseiro, mais ouvia dudum dudum dudum, o contrabaixo. (EST)*

Nessa ocorrência, o enunciador apresenta uma apreciação sobre uma determinada situação (a de uma pessoa parálitica que não participa de festas) e emite um juízo (*pode ser que chorasse todo sábado, admirando a festa e não podendo dançar*). Em relação a esse enunciado, parece pouco natural a análise da modalidade como gerenciadora da interação, como um recurso de proteção e defesa de faces. Nesse caso, o descomprometimento do falante com relação ao conteúdo proposicional não consiste em uma estratégia interacional.

Essas considerações apontam para a necessidade de se determinar uma base teórica que torne possível captar as diferentes funções da modalidade que podem ser observadas, entre outros meios de expressão da categoria, na construção *pode ser*, objeto de estudo desta pesquisa.

3. O caráter multifuncional da modalidade

Entende-se, neste trabalho, que um tratamento adequado da modalidade deve considerar seu papel no processamento textual, na interação, ou “tensão”, comunicativa que se estabelece entre falante e ouvinte, mas não pode ficar restrita a essa função. Com base nas discussões apresentadas nas seções anteriores, considera-se que a modalidade realiza-se nos enunciados de duas formas que, embora distintas, não são dicotômicas:

- a) a **orientada para o falante** – refere-se àquilo que o falante tem em mente (atitudes, crenças, julgamentos, etc), serve para codificar experiência, especificar atitude em relação à validade do conteúdo modalizado no nível do conteúdo;
- b) a **orientada para o ouvinte** - marca estratégia comunicativa do falante, serve para regular a interação verbal, influir sobre os interlocutores.

No primeiro caso, a modalidade corresponderia ao entendimento mais convencional que a define como atitude ou opinião do sujeito enunciador em relação ao seu enunciado (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985; MAINGUENEAU, 1990; CORACINI, 1991; entre outros). A ocorrência (6), discutida no final da seção anterior, seria um exemplo de modalidade orientada para o falante, quando a principal função da categoria é expressar um posicionamento do enunciador. Nesse caso, a modalidade marca subjetividade.

Orientada para o ouvinte, a modalidade assume a função destacada por Hoffnagel (1997) e Miranda (2000), ou seja, é reguladora da situação comunicativa, sinalizando o trabalho de defesa e de proteção de faces. A ocorrência (5), também já comentada e por conveniência reapresentada em seguida, seria um exemplo da modalidade orientada para o ouvinte:

(5)

*L2 - tudo::gira em função do::do vil metal né? tudo::profissão o que for você procurará sempre...fazer algo que você ganhará mais...entende? hoje você está trabalhando como vendedor...amanhã te oferecem algo melhor você vai abandonar não terá não haverá dúvida CRElo...está... existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você **pode ser** que se prenda mais mas eu creio que...a maioria...mesmo os que dizem que não visam a maioria visa...remuneração... (NURC/ SP D2 62)*

Observe-se que nesse caso, a modalização, expressa em *creio* e *pode ser*, tem a função de regular a interação verbal entre os interlocutores, representando um recurso de proteção e defesa de faces, de atenuação. Nesses casos, o posicionamento do enunciador objetiva diminuir a força do ato de fala que se seguirá, protegendo as faces dos dois interactantes e, então, o caráter intersubjetivo da modalidade está encarecido.

Pode-se postular que essas duas direções da modalidade correspondem, respectivamente, às funções ideacional e interpessoal, como definidas por Halliday (1970, 1985), que não são excludentes, mas complementares. As sentenças são construídas simultaneamente como mensagem e como evento de interação (HALLIDAY, 1970, 1985; DIK, 1997a, 1997b; HENGEVELD, 1988, 1989). Como observa Halliday, “há uma região semântica em que as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem, aquela do comentário do falante sobre o conteúdo” (HALLIDAY, 1970, p. 349).

Na **função ideacional**, a linguagem serve para expressar conteúdo, relacionado às experiências do falante, do mundo real ou mental (HALLIDAY, 1970, p. 325). Neves (1997, p. 12) esclarece que, no componente ideacional, as experiências do mundo mental podem envolver reações, cognições, percepções, assim como atos linguísticos de falar e de entender.

Na **função interpessoal**, por outro lado, a linguagem é utilizada como um meio de participação na situação de fala, ou seja, a linguagem relaciona-se com o estabelecimento de papéis sociais na comunicação, é um meio de estabelecer relações entre falante e ouvinte (HALLIDAY, 1970, p.325). O elemento interpessoal serve, “num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem” (NEVES, 1997, p. 13).

As duas funções são entendidas como pontos extremos de um *continuum*, dentro do qual não há fronteiras rígidas entre o domínio ideacional e o interpessoal. Ou seja, não há relação dicotômica entre as duas funções, embora uma delas possa ser preponderante em determinado contexto.

3.1 Modalidade como estratégia pragmática

Na função interpessoal, orientada para o ouvinte, em que a modalidade atua no gerenciamento da interação comunicativa, ela pode funcionar como um procedimento de preservação de faces, de polidez, de atenuação.

Estudando a interação comunicativa, Goffman (1967 apud BROWN; LEVINSON, 1987) propõe a metáfora do drama. Ele observa que qualquer interação é dramática, pois os participantes inserem-se em uma moldura comunicativa e exercem dentro dela determinados papéis, os quais não são fixos, mas variam conforme múltiplas representações. A diferença entre o teatro e a interação é que nessa última os dois interlocutores representam um para o outro. Nesse drama, situa-se a face dos participantes, entendida como a autoimagem pública que todos os membros adultos da sociedade possuem e têm consciência de que os outros também possuem, e a necessidade de preservação e proteção das faces. A defesa da face é salvar a própria imagem, enquanto a preservação da face envolve a salvação da imagem do interlocutor.

Baseados nos estudos de Goffmann, Brown e Levinson (1987) indicam dois aspectos com relação à face:

- a) **face positiva:** diz respeito à imagem que o interlocutor apresenta para conseguir apreciação; envolve a necessidade de ser percebido, admirado, aprovado pelos demais membros da sociedade;
- b) **face negativa:** diz respeito ao desejo de não imposição, ao território que o interlocutor busca preservar; envolve a necessidade de preservação de seu espaço pessoal.

Diversos atos podem ameaçar tanto a face positiva quanto a face negativa. São atos que expõem a imagem que o interlocutor deseja preservar ou ameaçam seu espaço pessoal: pedidos, ameaças, provocações, desafios, críticas, insultos, discordância, desaprovação, entre outros. O trabalho de defesa e proteção de faces consiste, então, em tentar evitar esses atos ou minimizar efeitos negativos que podem advir deles.

A modalização pode ser utilizada para marcar polidez, para atenuar um ato de fala que pode ser ameaçador e, então, é um importante recurso no

trabalho de defesa e proteção de faces. Considere-se, como exemplo, a ocorrência (7):

(7)

No copo dela, a cereja nadava no Martini. Parecia ótima, também.

– Escute, estou duro. – esclareci.

– Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.

– Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini,

pode ser?

Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC)

A modalização nesse enunciado é motivada por convenções de convívio social, é um recurso de polidez na tentativa de “manipular” o interlocutor, obtendo dele o que deseja. O elemento modalizador *pode ser* serve como um atenuador do pedido *queria que você me pagasse um Martini*, que, como tal, pode ser entendido como ameaçador para a face negativa do interlocutor. A modalização, em (7), também atua em favor da face positiva do enunciador, pois contribui para a manutenção da imagem de uma pessoa polida, educada que enunciador busca preservar.

Em seu estudo sobre os marcadores de atenuação, Rosa (1992) identifica elementos modalizadores descrevendo sua função na interação comunicativa. Não se trata de um estudo exclusivo sobre modalidades, mas a tipologia proposta por Rosa reflete a forte relação entre modalização e marcadores de atenuação. A autora propõe cinco tipos de marcadores de atenuação, dos quais apenas o último não se refere exclusivamente a uma marca modal (entre parênteses estão exemplos dados pela autora): de distanciamento (*parece que, diz que*), de opinião (*minha impressão é...*), *hedges*⁸ (*sei lá, não sei*), de rejeição (*se não me engano*) e metadiscursivos (*vou declarar que...*).

Rosa (1992) chama a atenção para a distinção entre os conceitos de polidez e atenuação. Ela cita Fraser (1980) para quem atenuação implica polidez, sendo falsa a recíproca. As estratégias de polidez envolvem uma tentativa do enunciador de ser agradável com seu interlocutor. Os

⁸ Os marcadores *hedges*, na tipologia dessa autora, correspondem aos *hedges* da força ilocutória, na definição de Brown e Levinson (1987), referindo-se aos elementos que “introduzem um grau de incerteza ou imprecisão nos enunciados em que ocorrem” (ROSA, 1992, p. 49).

procedimentos de atenuação, por outro lado, visam a diminuir os efeitos negativos que podem advir de um ato de fala. Rosa (1992, p.28) observa que apesar de haver em muitos casos uma confusão entre os dois conceitos, a polidez é um fenômeno mais vasto que a atenuação.

4. Modalidades deôntica e epistêmica

Há grande variedade na classificação das modalidades, permeada por diversos pontos polêmicos, como o que envolve a inclusão do valor capacidade/habilidade como um tipo de modalidade (PALMER, 1986; HENGEVELD, 1988, 1989, 2004; entre outros). Apesar da multiplicidade de propostas tipológicas, de modo geral a distinção básica parte dos domínios deôntico e epistêmico, que são os que interessam para este estudo.

A modalidade deôntica situa-se no eixo da conduta, expressando valores como obrigação e permissão. O que a caracteriza é a presença de alguma fonte de autoridade (deôntica), de predicados dinâmicos (ações) e de sujeitos controladores. Tais particularidades são reconhecidas pelos estudiosos e aparecem diferentemente em seus trabalhos. Para Lyons (1977), a modalidade deôntica indica a necessidade ou a possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Quirk et al. (1985) caracterizam essa modalidade associando-a a um sujeito controlador, e Palmer (1986) a relaciona a um elemento de vontade (*will*).

A modalidade epistêmica situa-se no eixo do conhecimento, refere-se ao (des)comprometimento do enunciador em relação a determinado conteúdo, envolvendo crença, julgamento, opinião (LYONS, 1977; PALMER, 1990, 1986; QUIRK et al.1985; HENGEVELD, 1988, 1989, 2004; etc.).

A distinção semântica entre as modalidades epistêmica e deôntica é clara, mas sua forma de expressão pode ser idêntica e, talvez por isso, elas são constantemente confrontadas nos estudos.

Sweetser (1990) analisa a proximidade entre as categorias e sugere que ela é devida a um processo metafórico em que os conceitos epistêmicos (do mundo mental) seriam extensão de conceitos deônticos (do mundo sociofísico). Nessa mesma linha de entendimento da questão, estão Bybee et al. (1994)

que, com base em dados históricos, mostram que significados epistêmicos de verbos modais se originaram de significados deônticos.

A expressão das modalidades deôntica e epistêmica pelos verbos modais *poder* e *dever* foram estudadas em Carrascossi (2003), em que se observou que os contextos de raiz (que incluem valores deônticos e a noção de habilidade/capacidade) e epistêmicos são constituídos prototipicamente por determinadas variáveis, as quais direcionam a interpretação dos enunciados para um ou outro domínio.

É assim que, também no caso da construção *pode ser*, utilizada para a expressão dos dois tipos de modalidade, a situação comunicativa encaminha a leitura para um domínio ou outro. Os enunciados deônticos em que *pode ser* ocorre, por exemplo, envolvem a aceitação de um oferecimento (uma permissão concedida) ou um pedido de permissão para determinados atos, ou seja, sempre implicam uma fonte deôntica e um controle sobre os eventos, e nesses casos uma leitura epistêmica fica descartada. As ocorrências seguintes exemplificam:

(7)

No copo dela, a cereja nadava no Martini. Parecia ótima, também
– *Escute, estou duro. – esclareci.*
– *Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.*
– *Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini,*

pode ser?

Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC)

(8)

– *Tem anil?*
– *É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.*
– *Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.*
O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:
– *Dupla?*
– ***Pode ser.*** (BH)

Na ocorrência (7), já apresentada, *pode ser* marca um pedido de permissão atenuado, polido, menos invasivo para o interlocutor. Em (8), *pode ser* sinaliza o consentimento do enunciador em relação ao oferecimento de algo.

Para abarcar a multiplicidade de nuances modais expressas sob o rótulo epistêmico ou deôntico, há autores que propõem subdivisões para essas

modalidades. Palmer (1990), por exemplo, subdivide a modalidade epistêmica em dois níveis, *evidencial* e *de julgamento*. A modalidade deôntica é classificada pelo autor em quatro categorias: *diretiva*, *comissiva*, *volitiva* e *avaliativa* e, segundo ele, as duas primeiras são os tipos mais importantes. A modalidade diretiva corresponde aos atos ilocucionários de Searle (1984), uma tentativa de levar o outro a fazer alguma coisa. A modalidade comissiva corresponde aos atos em que o próprio falante se compromete a fazer alguma coisa. As outras duas categorias, que o autor indica como abertas a questionamento, a volitiva e a avaliativa, correspondem aos atos expressivos de Searle (1984), que marcam os sentimentos e as atitudes do falante.

A modalidade epistêmica é subdividida por Lyons (1977) em objetiva e subjetiva. A motivação para tal subdivisão vem da modalidade alética, o tipo mais antigo, sempre citado nos estudos. Definida na lógica modal, a alética refere-se ao eixo da existência e envolve a determinação do valor de verdade dos enunciados. Esse tipo é logo descartado pelos linguistas, pois expressa verdades lógicas, racionais que não passam pelo conhecimento do falante. Nas línguas, os enunciados dificilmente estão desvinculados da subjetividade do enunciador, conforme bem indica Neves (1996):

Ocorre que é muito improvável que o enunciado se possa manter como uma asserção descompromissada das intenções e das necessidades do falante que assevera; é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante (NEVES, 1996, p. 171-172)

Portanto, embora seja central na lógica modal, a modalidade alética é periférica nas línguas naturais. Palmer (1986) indica que não há distinção formal entre a modalidade alética e a modalidade epistêmica, pois a afirmação daquilo que é logicamente verdadeiro e daquilo que o falante acredita que seja verdadeiro pode ser feita pelos mesmos recursos.

Para abarcar a modalidade alética, Lyons (1977) propõe uma subdivisão dentro da categoria epistêmica entre objetivo e subjetivo. A modalidade epistêmica objetiva, que Lyons equipara à modalidade alética, expressa conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. A modalidade

epistêmica subjetiva, que abrange a postura do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, é expressão da opinião do falante. De acordo com Verstraete (2001), foi Lyons (1977) que, ao fazer tal distinção, introduziu nos estudos linguísticos a distinção terminológica entre modalidade objetiva e subjetiva.

Lyons (1977, p.797) exemplifica os dois tipos de modalidade epistêmica com a sentença *Alfred may be unmarried* (*Alfred pode ser solteiro*). Ele indica que, em uma leitura epistêmica subjetiva, o enunciador estaria indicando sua incerteza sobre o estado civil de Alfred e, assim, *ser solteiro* seria um fato hipotético. Na leitura epistêmica objetiva, o falante estaria expressando uma possibilidade matematicamente computável de que Alfred fosse solteiro e, nesse caso, o falante saberia, não simplesmente pensaria ou acreditaria, que há uma possibilidade de Alfred ser solteiro.

Hengeveld (1988, 1989), apoiado no modelo funcionalista de constituição da sentença, retoma a distinção estabelecida por Lyons (1977) situando os dois subtipos de modalidade epistêmica em diferentes níveis do enunciado⁹. A modalidade epistêmica objetiva é alocada no nível da predicação e a subjetiva, no nível da proposição.

Nos termos de Hengeveld (1988, 1989), a *modalidade epistêmica objetiva* consiste em uma avaliação que o falante faz do estatuto de realidade do estado de coisas designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o estado de coisas designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as situações possíveis ou os “estados de mundo”. O enunciado (9) é um exemplo:

(9)

Doc - [quais as consequências de uma noite mal dormida?]

*Inf - consequências de uma noite mal dormida? eu posso levantar já irritado ah, o aspecto pode ser de quem não dormiu, aparecendo...olheiras, astenia, mas...**pode se(r)** que aquele dia não vá corre(r) bem, por causa dessa noite mal dormida e novamente na próxima noite vai acontece(r) a mesma coisa, porque a*

⁹ Hengeveld (1988, 1989) estabelece três tipos de modalidade, com efeitos sobre a estrutura hierárquica da oração:

- a **modalidade inerente** (dinâmica (capacitação), alética, epistêmica e deôntica) e a **modalidade objetiva** (epistêmica e objetiva), alojadas no nível da predicação (em que atua a função referencial das predicções);
- a **modalidade epistemológica** (subjetiva e evidencial), alojada no nível da proposição, a camada das relações intersubjetivas, da atitude do falante em relação ao conteúdo de seu ato de fala (em que ocorre a qualificação da própria proposição).

carga de incomodações daquele dia só, ah, somadas àquelas anteriores quando for dormi(r) bem vai piora(r) a situação do dia seguinte. (NURC/ POA DID 09)

Na ocorrência (9), o enunciador está descrevendo uma situação racionalmente possível (*aquele dia não correr bem*), em termos de seu conhecimento de mundo. Observe-se que ele está expressando algo que ele sabe ser possível.

A *modalidade subjetiva epistêmica* (HENGEVELD, 1988, 1989), por sua vez, caracteriza-se em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado. Nesse tipo de modalização, “o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação” (HENGEVELD, 1988, p.233). A ocorrência (10) é um exemplo desse tipo de modalidade:

(10)

L2 *mas já que está aleatório...quando você estava falando de:...agora ser mais fácil...é:...porque os mecanismos assim são mais perigo::sos...mecanismos assim...que nem você falou entre carro e cavalo o ca/ o carro é mais perigoso...mas aí eu não sei eu estava pensando...um livro que eu li há pouco tempo...que é sobre...pega toda a história da feitiçaria na Idade Média...como surgiu e tal...e os nego...os nego assim sabe? você vê altos magistra::dos...em relatórios...orgulhosos de terem queimado duas mil feitiçarias num dia...quer dizer na época aquilo tinha virado terror...que era só dizer "olha fulana olhou::...tinha um gato preto perto dela...e ela olhou meio assim...no dia seguinte beltrano morreu" né?...qualquer um ia para a fogueira mesmo né?...*

L1 *é **pode ser** que tenha um mecanismo de compensação...*

[
L2 *você dizer que...você pode dizer que atinge a (mais) coisa...o nazismo atingiu mais porque os me/ (NURC/ SP D2 343)*

No enunciado (10), a proposição modalizada, *ter um mecanismo de compensação*, é marcada como uma conjectura do falante, por isso, nesse caso, a modalidade é considerada como epistêmica subjetiva.

Em Hengeveld (2004), as modalidades epistêmicas subjetiva e objetiva são relacionadas a diferentes alvos de avaliação (orientada para a proposição e orientada para o evento, respectivamente). Assim, a qualificação modal subjetiva incide sobre uma proposição, um fato possível (como na ocorrência

10), enquanto a qualificação modal objetiva incide sobre uma predicação, um estado de coisas (como na ocorrência 9)¹⁰.

Nuyts (1992, 1993, 2001b) critica a distinção entre modalidades epistêmica objetiva e subjetiva, como definidas por Lyons (1977) e Hengeveld (1988, 1989). Nuyts (1992) reconhece a distinção entre uma qualificação modal objetiva (proveniente de resultados matematicamente estimados e de possibilidades verificáveis da ocorrência de um estado de coisas), e uma qualificação modal subjetiva (resultante de suposições subjetivas de que o estado de coisas pode ocorrer). Entretanto, para ele, essa diferença é advinda de distintas origens da informação e não de diferentes tipos de modalidade, como pretendem Lyons (1977) e Hengeveld (1988, 1989). Para Nuyts, todo julgamento modal está baseado em uma evidência e o que pode variar é a qualidade da evidência, mas “sem evidência, nenhuma avaliação de estado de coisas é possível, pode-se simplesmente dizer que não se sabe.”(NUYTS, 1993, p. 946).

Nuyts (2001b) retoma a análise de Lyons (1977) para a sentença “Alfred may be unmarried” e observa que é dependendo da evidência que o falante possui que a leitura será subjetiva ou objetiva. Se a evidência for forte, a interpretação será objetiva; se a evidência for fraca, a interpretação será subjetiva. Essa é a única forma adequada de compreender a distinção objetivo-subjetivo atrelada à modalidade epistêmica, postula Nuyts (2001b).

Outra possibilidade de entender a diferença entre a interpretação objetiva e a subjetiva, como propostas por Lyons (1977) e Hengeveld (1988, 1989) — e a mais adequada, de acordo com Nuyts (1992, 1993, 2001b) — é em termos de subjetividade e intersubjetividade¹¹ (o autor prefere esse termo ao

¹⁰ Hengeveld (2004) propõe um modelo de classificação das modalidades que contempla dois parâmetros que se cruzam, o alvo e o domínio (ou perspectiva) da avaliação modal. De acordo com o alvo da avaliação, as modalidades são subdivididas em: orientada para o participante, orientada para o evento, orientada para a proposição. Considerando a variação na perspectiva da avaliação modal (o domínio da avaliação), o autor propõe os seguintes tipos de modalidade: facultativa, deontica, volitiva, epistêmica e evidencial. A associação dos cinco domínios de avaliação com os três alvos de avaliação leva a quinze combinações possíveis: orientada para o participante (facultativa, deontica e volitiva), orientada para o evento (facultativa, deontica, volitiva e epistêmica), orientada para a proposição (volitiva, epistêmica e evidencial).

¹¹ É preciso ressaltar que Nuyts (1992, 1993, 2001b) utiliza os termos subjetividade e intersubjetividade em um sentido totalmente diferente de Traugott (2010; entre outros), cujos postulados sustentam nossa análise, conforme será mostrado nos próximos capítulos. Nuyts define (inter)subjetividade em termos do tipo de conhecimento que um enunciador possui para a sua qualificação modal. Para Traugott (2010), subjetividade refere-se à codificação de

termo objetividade). Na interpretação epistêmica subjetiva, o falante é a fonte do conhecimento e, na interpretação intersubjetiva, a fonte é uma comunidade, podendo estar incluído o falante.

Desse modo, a diferença entre enunciados como (9) e (10) deve ser entendida como resultante da fonte da informação, que, em (9), é o domínio comum e, em (10), é o próprio falante. A possibilidade expressa em (9), (*pode ser que aquele dia não vá correr bem*) é baseada em conhecimento de mundo: é sabido que, quando alguém não dorme bem, pode ter um dia ruim. Por outro lado, a possibilidade expressa em (10) (*pode ser que tenha um mecanismo de compensação*) é um pensamento, uma conjectura do falante. Essa parece ser uma forma adequada de entender a distinção entre epistêmico subjetivo e epistêmico objetivo e é com base nesse entendimento que se analisam as ocorrências de *pode ser* em termos da distinção entre epistêmico objetivo e epistêmico subjetivo.

Um ponto fundamental que não pode ser esquecido foi apontado por Dall'Aglio-Hattner (1995). Com base nas considerações de Nuyts (1993) sobre modalidade epistêmica e evidencialidade, a autora lembra que essas são duas formas de (des)comprometimento do falante em que ele assume uma responsabilidade estritamente pessoal, ou compartilhada. Assim, o enunciador pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for do domínio comum, ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que se trata de um conhecimento compartilhado.

significado baseado na atitude do falante e intersubjetividade diz respeito aos significados que indexam a atenção do falante em relação ao ouvinte.

CAPÍTULO 3 – PROCESSOS GRAMATICAIS E DISCURSIVOS

1. O conceito de gramaticalização

A constante adaptação das línguas pode ser percebida pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes. As pressões do sistema e as pressões de ordem comunicativa comandam essa constante acomodação da gramática, governando um aspecto gramatical fundamental que é o processo de gramaticalização (NEVES, 1998).

A noção de gramaticalização não é recente, conforme apontam os trabalhos que apresentam um histórico desses estudos¹. Heine (2003), por exemplo, indica que já no século X chineses reconheceram a diferença entre símbolos linguísticos “cheios” e “vazios” e Zhou Bo-qi afirmou que todos os símbolos vazios eram formados a partir dos símbolos cheios.

No entanto, a concepção que se encontra nos trabalhos atuais tem sua base no artigo de Meillet (1912), *L' évolution des formes grammaticales*. Foi esse autor quem cunhou o termo gramaticalização, definindo-a como “a atribuição de um estatuto gramatical a uma palavra antes autônoma” (MEILLET, 1965[1912], p. 131). Para ele, o processo envolve essencialmente a passagem léxico > gramática, e a gramática inclui a sequência interna sintaxe > morfologia. Ele justifica a relevância dos estudos sobre o tema, dizendo que se trata de uma das maiores atividades da ciência da linguagem. Ele ainda aponta importantes aspectos que qualquer estudo da gramaticalização deve considerar, como o caráter gradual do processo e o trajeto unidirecional das mudanças.

Para Heine (2003), a gramaticalização se instaura motivada pelo desejo do falante de se comunicar com sucesso. Para esse fim, usam-se formas linguísticas de significados concretos (facilmente acessíveis e/ou claramente delineados) para expressar também significados menos concretos (menos acessíveis, menos claramente delineados) (HEINE, 2003). Em outras palavras, usam-se itens lexicais (mais concretos) para funções próprias de itens funcionais/gramaticais (mais abstratos). Conforme acentua Martelotta (2010),

¹ Para mais informações sobre o histórico da gramaticalização, sugerem-se as seguintes leituras: Lehmann (1995 [1982]); Heine et al. (1991b); Hopper; Traugott (1993).

esse processo constitui uma tendência extremamente forte nas línguas naturais.

Entre tantas dissidências nos estudos sobre gramaticalização, a passagem de lexical a gramatical ou de menos gramatical a mais gramatical é ponto consensual. Nesse percurso, importantes mecanismos (discutidos ao longo deste capítulo) estão envolvidos, tais como a unidirecionalidade, a gradualidade, a sobreposição, a fusão/compactação, a perda de conteúdo semântico e de propriedades categoriais.

A atenção para a noção de itens lexicais e de itens gramaticais é, então, essencial para o entendimento do processo. De acordo com a definição de Hopper e Traugott (1993, p. 4), as palavras lexicais são aquelas usadas para reportar ou descrever coisas, ações, qualidades; as palavras gramaticais, por outro lado, são usadas para indicar relações entre nomes, para ligar partes do discurso, para indicar se entidades e participantes de um discurso já são identificados, e para mostrar se eles estão próximos do falante ou do ouvinte.

Tal distinção é problemática, segundo Castilho (2003), afinal implica que itens lexicais não carregam propriedades gramaticais e itens gramaticais não carregam propriedades lexicais. O autor observa que “qualquer expressão linguística exhibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando embora o grau de saliência entre elas” (CASTILHO, 2003, p. 8).

A relação entre categorias lexicais e gramaticais, porém, não é entendida como dicotômica, ela é pautada em um *continuum*, podendo ser compreendida com base na teoria dos protótipos (TAYLOR, 1989 apud GONÇALVES et al., 2007; NEVES, 1998; NEVES, 2006; entre outros), importante no aparato funcionalista. De acordo com a teoria dos protótipos, ser membro de uma dada categoria é uma questão de gradiência. Assim, as categorias gramaticais possuem uma estrutura prototípica com membros centrais que partilham mais atributos entre si.

Com frequência, a gramaticalização é caracterizada como um processo essencialmente diacrônico². No entanto, à parte da perspectiva diacrônica, em que a preocupação é explicar como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua, há a perspectiva sincrônica, em que se busca identificar graus de gramaticalidade que uma forma desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático. A combinação das duas perspectivas também é possível.

De uma perspectiva sincrônica ou diacrônica, o trabalho com a gramaticalização envolve alguns conceitos básicos, como o de *cline*, com o qual se relacionam as igualmente fundamentais noções de gradualidade e unidirecionalidade.

Como dizia Meillet (1912), a transição de itens lexicais para auxiliares e para outros morfemas que exercem funções gramaticais, também referidos como “palavras vazias”, se faz em um tipo de *continuum*, ao mesmo tempo que é discreta. Isso significa dizer que, no processo de gramaticalização, as formas não saltam abruptamente de uma categoria para outra, mas seguem graduais etapas (*clines*) de transição, que tendem a ser similares em todas as línguas.

De uma perspectiva diacrônica, o *cline* é um trajeto ao longo do qual as formas se desenvolvem, uma espécie de “aclive escorregadio” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.6) que guia o desenvolvimento dos itens linguísticos. Sincronicamente, um *cline* pode ser entendido como um *continuum*: um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária em que de um lado está a forma mais lexical e de outro a forma mais gramatical.

Um cline mais geral para as mudanças na gramaticalização pode ser como o apresentado por Hopper e Traugott (1993, p. 7):

item lexical > item gramatical > clítico > afixo

² É o que se observa em definições como a de Traugott e König: “refere-se principalmente ao processo dinâmico, histórico, unidirecional pelo qual itens lexicais, no curso do tempo, adquirem um novo status como formas gramaticais, morfossintáticas, e no processo vem a codificar relações que ou não eram codificadas antes, ou eram codificadas diferentemente” (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991, p.189).

Nesse percurso, entretanto, não há nada de determinístico, e um item em gramaticalização não passará necessariamente por todo o *cline* de mudança.

Associado à noção de *cline*, está o maior “dogma” do processo que é a **unidirecionalidade**, sobre o qual recaem severas críticas. O princípio da unidirecionalidade prevê que toda gramaticalização envolve mudanças na direção de um item lexical para um gramatical, ou de um menos gramatical para um mais gramatical, sendo essa direção irreversível.

Para Castilho (2003), por trás das noções de *cline* e de unidirecionalidade, está uma concepção de linguagem linear, estática e passível de representação através de uma linha com pontos discretos e deriváveis entre si. A noção de unidirecionalidade pressupõe que “a língua é um conjunto de peças sem uma articulação visível entre elas” (CASTILHO, 2003, p.5). A proposta do autor é que a noção de unidirecionalidade seja substituída pela de multidirecionalidade, pois a linguagem é multissistêmica, constituída por diferentes domínios (o Léxico, o Discurso, a Semântica e a Gramática) que não mantêm entre si relação de derivação ou subordinação, mas que são articulados. É uma desafiante direção de pesquisa.

Entretanto, entende-se, aqui, que os trabalhos que tratam a gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE et al., 1991b, entre outros) não assumem uma concepção de linguagem estática e linear. A escolha por representar os estágios de mudança em um *cline*, um *continuum*, simplesmente reflete uma preocupação metodológica de representar algo que está ocorrendo na língua.

Hopper e Traugott (1993), inclusive, observam que os *clines* não devem ser entendidos como contínuos rigorosos, mas como caminhos em que certas propriedades gramaticais se unem em torno de construções com semelhanças familiares. Além disso, há pontos de sobreposição, e, assim, o *cline* não é compreendido como uma linha em que tudo está em sequência.

Outras críticas à unidirecionalidade surgem apoiadas em contraexemplos. Os autores do volume 23 da revista *Language Science* (CAMPBELL, 2001; NEWMAYER, 2001; NORDE, 2001; entre outros), especialmente dedicado ao questionamento da gramaticalização, argumentam que, dada a existência de exemplos contrários, a unidirecionalidade não pode

ser um critério definidor do processo, como é muitas vezes assumido na literatura sobre gramaticalização.

O peso dos exemplos contrários à unidirecionalidade, porém, precisa ser relativizado, já que grande parte desses exemplos envolve apenas itens lexicais, chegando alguns a constituir casos de lexicalização³, como observam Gonçalves (2003) e Gonçalves et al. (2007).

Heine (2003) entende que muitos dos contraexemplos à unidirecionalidade são casos de “idiosincrasias”. Ele observa, ainda, que casos excepcionais podem frequentemente ser considerados com referência a forças comunicativas alternativas, relacionadas a condições sociais, psicológicas e culturais que moldam o uso linguístico, tais como hipercorreção (JANDA, 2001) e eufemismo. Um possível fator alternativo para casos que estão em desacordo com a hipótese da unidirecionalidade pode ser visto, ainda, em situações de extremo contato linguístico, conclui Heine (2003).

Os casos em que um mesmo item linguístico dá origem a mais de um trajeto de gramaticalização, processo denominado por Craig (1991) como **poligramaticalização**, também são tomados como contraexemplos à unidirecionalidade. O princípio da unidirecionalidade não prevê, porém, que cada elemento linguístico em processo de gramaticalização percorra um único *cline*. Além disso, casos de poligramaticalização não contrariam a unidirecionalidade, pois, nesses múltiplos trajetos, as formas mais desenvolvidas continuam sendo mais gramaticais que as formas reduzidas, conforme apontam Hopper e Traugott (1993).

Ainda assim, os defensores da hipótese da unidirecionalidade reconhecem a existência de exemplos contrários, porém observam que eles são muito pouco frequentes, o que corrobora a direção prototípica das mudanças na gramaticalização (HOPPER; TRAGOTT, 1993; HEINE et al. 1991b).

Outra questão polêmica na gramaticalização diz respeito ao fato de que os fenômenos associados a esse processo não são restritos a ele. Por isso, Hopper (1991) afirma que é muito difícil diferenciar a gramaticalização de

³ A gramaticalização envolve o desenvolvimento de itens expressando funções cada vez mais gramaticais, enquanto a lexicalização envolve o desenvolvimento de itens expressando significados mais lexicais (BRINTON; TRAGOTT, 2005, p.144-145).

outros tipos de mudança. Outros autores, ao contrário, entendem que a conjunção de vários mecanismos inter-relacionados distingue a gramaticalização (HEINE et al., 1991b; HEINE, 2003, entre outros).

Baseados no argumento de que as mudanças e os mecanismos da gramaticalização não são exclusivos dela, alguns estudiosos questionam o estatuto teórico da gramaticalização (CAMPBELL, 2001; JANDA, 2001; NEWMeyer, 2001; NORDE, 2001; entre outros). Esses autores afirmam que se trata de um epifenômeno, ou seja, resultado casual da atuação de fatores ligados a outros fenômenos linguísticos. Desse modo, as mudanças e os mecanismos relacionados à gramaticalização podem ser tratados dentro de uma teoria maior, como o funcionalismo ou o gerativismo, o que retiraria seu caráter de teoria.

Em relação a essa discussão, o posicionamento adotado por Heine (2003) parece bastante adequado. Para ele, a gramaticalização não é uma teoria da linguagem, nem uma teoria da mudança, mas uma teoria do desenvolvimento das formas. Assim, ele se expressa:

(...) um processo de mudança, cujo objetivo é descrever a maneira como as formas gramaticais emergem e se desenvolvem através do tempo e do espaço, e explicar por que elas são estruturadas do modo como são em uma dada sincronia. (HEINE, 2003, p.575).

2. Mecanismos e tendências de gramaticalização

A instauração de um processo de gramaticalização traz consequências para a forma e a função dos elementos, promovendo alterações que ocorrem gradualmente e afetam todos os níveis linguísticos. É já bastante conhecida a proposta de Heine (2003) que busca captar a dinâmica do processo, apresentando quatro mecanismos inter-relacionados que entram em ação no processo de gramaticalização:

- a) *Extensão* (ou generalização contextual) – refere-se ao desenvolvimento de usos em novos contextos.
- b) *Dessemantização* (*bleaching*, redução semântica) – refere-se à perda de conteúdo semântico da forma de origem. Quando a expressão é utilizada

em novos contextos, ela é reinterpretada, e, por isso, tende a perder parte do significado da forma fonte.

- c) *Descategorização* (mudança categorial) – refere-se à perda de propriedades morfossintáticas das formas de origem, incluindo a perda de estatuto de palavra independente (cliticização, afixação).
- d) *Erosão* (ou redução fonética) – refere-se à perda em substância fonética, decorrente do aumento da frequência de uso do item. A expressão tende a sofrer coalescência (fusão de formas adjacentes) e condensação (diminuição de forma).

Cada um desses parâmetros refere-se a um diferente aspecto da estrutura da língua (pragmática, semântica, morfossintaxe e fonética, respectivamente) e, juntos, eles caracterizam a gramaticalização.

Um fator crucial no processo é a repetição (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 2003; BYBEE, 2003; entre outros), que desencadeia diversas mudanças, em nível fonético, como apontou Heine (2003), mas também em outros níveis de análise.

Ocorre que, com o aumento da frequência, a construção torna-se cada vez mais previsível, e, com isso, acontece uma espécie de “desgaste” das características semânticas, fonéticas, morfossintáticas do item de origem, que passa a ser utilizado em novos contextos.

É assim que Bybee (2003), baseando-se em Haiman (1994), entende a gramaticalização como um tipo de *ritualização*, envolvendo os seguintes aspectos decorrentes da repetição: habitualidade, automatização, redução da forma, emancipação. A autora focaliza o papel que a repetição desempenha em várias mudanças que as construções em gramaticalização sofrem.

Em nível semântico, ocorre um enfraquecimento da força semântica pela habitualidade (processo pelo qual um item cessa de responder com a mesma eficácia a um estímulo repetido). Em nível fonético, ocorrem a fusão e a redução das formas, desencadeando automatização. Em nível morfossintático, a construção ganha maior autonomia (automatização); os componentes individuais da expressão enfraquecem ou perdem sua associação com outros da construção⁴. A autonomia de uma construção torna a expressão mais

⁴ Um exemplo é a construção *be going to* que passou a *gonna*, no inglês.

“firmada” na língua, e frequentemente condiciona a preservação de marcas morfológicas da forma original⁵. Em nível pragmático, a construção passa a ser utilizada em novos contextos, com novas associações (emancipação).

O aumento de frequência pode ser considerado o desencadeador da gramaticalização (a frequência de uso da expressão aumenta, e disso decorrem as alterações) e também pode ser entendido como uma consequência natural do processo (os itens se tornam mais produtivos e os contextos de uso se ampliam). Deve ser lembrado, ainda, que itens gramaticais são mais frequentes que itens lexicais, pois pertencem a classes fechadas, constituídas por um número mais reduzido de elementos. Desse modo, à medida que a construção avança no processo de gramaticalização, a frequência do item aumenta.

O que parece fundamental é que a repetição leva à automatização, à rotinização que é própria do processo de gramaticalização. Essa ideia está expressa de forma muito interessante na metáfora da língua como “máquina compactadora” de Langacker:

Não seria inteiramente inapropriado observar a língua em seu aspecto diacrônico como uma máquina gigante de compactar expressões. [...] que requer como *input* um fluxo contínuo de expressões criativamente produzidas formadas por inovações lexicais. [...] A máquina faz o que pode para desgastar as expressões que entram nela. Ela enfraquece metáforas estandartizando-as e, usando-as repetidamente, ataca expressões de todo tipo com erosão fonética, desbota itens lexicais da maior parte de seu conteúdo semântico e os força a servir como marcadores gramaticais. [...] (LANGACKER, 1977, p. 106 apud MARTELOTTA, 2010, p. 143-144).

Nesse trecho, Langacker refere-se a uma tendência extremamente forte em que as construções se tornam cada vez mais compactas, mais idiomatizadas. As propostas de Givón (1979), Lehmann (1982[1995]) e Heine e Reh (1984) podem ser citadas como exemplos de trabalhos em que a ideia de língua como “gigantesca máquina compactadora” é central.

Inspirando-se no slogan de Hodge (1970, *apud* HEINE et al., 1991b), “a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”, Givón (1971, p.413 *apud* HEINE et al., 1991b) apresenta a famosa afirmação “a morfologia de hoje é a sintaxe de

⁵ Como, por exemplo, a preservação de participios irregulares no inglês do tipo *ate*, *broke*, não obstante a grande produtividade do afixo *ed*.

ontem” e, posteriormente, acrescenta: “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem” (GIVÓN, 1979, p. 208-209). Assim, o autor sugere a seguinte escala de mudança:

discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero

Givón (1979) também lança a tese de que, nos processos de gramaticalização, o modo pragmático de comunicação dá lugar ao modo sintático, ou seja, as estruturas discursivas, com vinculação sintática mais fraca, desenvolvem-se em estruturas gramaticalizadas, com vinculação sintática mais forte. Por isso, ele se refere ao processo como sintaticização.

Os parâmetros de gramaticalização apresentados por Lehmann (1982[1995]) seguem a mesma linha de entendimento da gramaticalização. O autor indica que quanto mais avança no processo, mais o signo tende a:

- diminuir a integridade semântica e fonológica (dessemantização e atrição);
- diminuir o escopo estrutural (condensação);
- tornar-se mais coeso dentro do paradigma ao qual pertence (paradigmaticidade);
- tornar-se obrigatório (obrigatoriedade);
- tornar-se mais unido com outros elementos (coalescência);
- tornar-se fixo no sintagma (fixação).

Heine e Reh (1984) também indicam tendências gerais de mudança que refletem a concepção de gramaticalização como “uma evolução pela qual as unidades linguísticas perdem complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética” (HEINE; REH, 1984, p. 15).

Os trabalhos de Givón (1979), Lehmann (1982[1995]) e Heine e Reh (1984) apontam para importantes tendências na gramaticalização, indicadas também por outros autores (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE et al., 1991b; por exemplo), tais como o aumento de integração sintática, a diminuição de variabilidade de posicionamento no enunciado e a diminuição de escopo estrutural.

3. Usos discursivos são casos de gramaticalização?

Um dilema conceitual para a gramaticalização surgiu com a identificação de determinados elementos linguísticos com características contrárias a algumas postulações do processo. Há elementos que possuem um valor essencialmente pragmático-discursivo e, além de não desempenharem funções tipicamente gramaticais, com o avanço da gramaticalização têm o escopo ampliado e ganham maior liberdade sintática e de posicionamento no enunciado.

Alguns estudiosos propõem um processo paralelo à gramaticalização para explicar o desenvolvimento desses itens linguísticos. Tal processo recebeu diferentes designações: *desgramaticalização* (VOTRE, 1992 apud MARTELOTTA, 2010), *pós-gramaticalização* (VICENT; VOTRE; LAFOREST, 1993 apud MARTELOTTA, 2010), *pragmatização* (ERMAN; KOTSINAS, 1993 apud TRAUGOTT, 2007; AIJMER, 1997) e *discursivização* (MARTELOTTA et al., 1996; CASTILHO, 1997; 2006).

Segundo Traugott (2007), o termo pragmatização foi introduzido por Erman e Kotsinas (1993 apud TRAUGOTT, 2007) e desenvolvido por Aijmer (1997). Para Erman e Kotsinas (1993) e Aijmer (1997), a pragmatização é um processo absolutamente independente da gramaticalização. O seguinte trecho é bastante esclarecedor desse posicionamento:

Nós argumentamos que é possível (mas não necessário) que um elemento lexical desenvolva-se diretamente em um marcador discursivo **sem um estágio intermediário de gramaticalização**. Como uma consequência, nós sugerimos que itens lexicais em seu modo de tornarem-se palavras funcionais podem seguir dois trajetos, um deles resultando na criação de marcadores gramaticais, funcionando principalmente no nível interno da sentença, o outro resultando em marcador discursivo servindo principalmente como recurso de estruturação textual em diferentes níveis do discurso. Nós reservamos o termo gramaticalização para o primeiro desses dois trajetos e propomos o termo pragmatização para o segundo. (ERMAN;KOTSINAS, 1993, p. 79-80, grifos nossos)

Castilho (1997, 2006) também postula que os usos discursivos não devem ser descritos como casos de gramaticalização, mas devem ser entendidos como provenientes de outro processo, a discursivização.

Martelotta et al. (1996) propõem a discursivização como um processo distinto da gramaticalização, mas atrelado a ela, na medida em que explica o desenvolvimento de itens já gramaticalizados que passam a assumir a função de marcador discursivo: “a trajetória do processo de discursivização é marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática” (MARTELOTTA et al., 1996, p.68). A discursivização é, então, entendida como um “(...) processo de mudança, que leva o elemento linguístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo” (MARTELOTTA et al., 1996, p. 60)⁶.

Para Traugott (1995b, 2007), os usos discursivos podem ser considerados uma continuação do processo de gramaticalização. Em Traugott (1995b), analisa-se o avanço dos itens *indeed*, *in fact* e *besides* em direção à classe dos marcadores discursivos. A autora argumenta que esses itens constituem casos de gramaticalização, porque, no seu desenvolvimento, identificam-se descategorização, coalescência, redução fonética e dessemantização (tendências tradicionalmente relacionadas ao processo), além de fortalecimento de informatividade e subjetivização (características que a autora associa à gramaticalização, em Traugott, 1989, Traugott e König, 1991, entre outros trabalhos). Traugott (1995b) observa que os itens analisados contrariam dois critérios tradicionais de gramaticalização, diminuição de escopo e de liberdade sintática, mas esses princípios deveriam ser considerados irrelevantes para alguns tipos de mudança, na gramaticalização, dado o grande número de casos como os de *indeed*, *in fact* e *besides*.

Ao lado dos tradicionais *clines* verbais e nominais da teoria da gramaticalização, Traugott (1995b) postula que seja considerado um cline em direção às partículas discursivas, do seguinte tipo: *item lexical pleno > sintagma adverbial > advérbio sentencial > elementos discursivos (incluindo marcadores discursivos)*.

Em trabalho de 2007, Traugott busca um enquadramento maior dos marcadores discursivos na teoria da gramaticalização. A autora explica que “a

⁶ Posteriormente, Martelotta (2010) adere à proposta de Traugott e Dasher (2002) de mudança em direção à subjetivização/ intersubjetivização, que será discutida na próxima seção. O autor considera que “uma *teoria de inferência sugerida da mudança semântica* associada à gramaticalização dá conta desses casos propostos como exemplos de discursivização” (MARTELOTTA, 2010, p. 166, destaque do autor).

extensão com a qual a gramaticalização é considerada relevante para o desenvolvimento de marcadores discursivos é um resultado de como nós abordamos o estudo desse tipo de processo” (TRAUGOTT, 2007, p. 150). Se se assume uma perspectiva como a de Lehmann (1982 [1995]), segundo a qual a gramaticalização envolve perda de autonomia, redução de forma, diminuição de escopo etc, ou seja, uma perspectiva em que a gramaticalização é fortemente ligada ao desenvolvimento da morfologia, então o surgimento de marcadores discursivos necessariamente não pode ser exemplo de gramaticalização. É com base nesse conceito que autores como Aijmer (1997) defendem a pragmatização, um processo totalmente distinto da gramaticalização, aponta Traugott (2007).

Por outro lado, observa Traugott (2007), considerando-se a gramática como resultante do processo de comunicação entre os interlocutores e entendendo-se a gramaticalização como o desenvolvimento de material gramatical que sinaliza perspectivas do enunciador (em relação aos eventos, às sentenças, aos interlocutores, ao tempo, ao aspecto, às crenças, etc.), os marcadores discursivos podem ser entendidos como casos de gramaticalização. É assim que Traugott (1995b, 2007) defende que o surgimento de marcadores discursivos pode ser considerado exemplo de gramaticalização. De acordo com Traugott (2007), muitos elementos identificados no desenvolvimento dos marcadores discursivos são típicos da gramaticalização (de categorização, generalização, (inter)subjetivização, redução fonológica, rotinização, etc.), o que justificaria entender esses processos como gramaticalização.

Entretanto, há uma dificuldade em propostas como a de Traugott (1995b, 2007) e a de Martelotta et al. (1996) que consiste em explicar a passagem de elementos mais gramaticais para um âmbito mais discursivo, por via do processo de gramaticalização.

Estudando a função eminentemente discursiva de preposições no português brasileiro, Castilho (2006, p. 21) observa que há certo desconforto em tratar esses temas como casos de gramaticalização, “o que significaria fazer confluir para uma mesma dimensão processos linguísticos de variada ordem” (CASTILHO, 2006, p.21).

Considere-se, primeiramente, que qualquer item gramatical pode assumir função essencialmente pragmático-discursiva, independentemente do estágio de gramaticalização. Atenta a esse ponto, Traugott (2007, p.152) acredita que, se as mudanças surgem no fluxo de fala, na interação, por meio de mecanismo metonímico, algum grau de pragmatização sempre estará envolvido, e, desse modo, os marcadores discursivos seriam apenas casos extremos de desenvolvimento pragmático.

Mas, como bem observa Castilho (1997, 2006), gramática e discurso constituem diferentes esferas de análise linguística, que são articuladas, não subordinadas entre si e, então “há grandes riscos em estabelecer relações de precedência entre módulos linguísticos tais como o Discurso e a Gramática” (CASTILHO, 1997, p. 31). Um elemento linguístico apresenta, ao mesmo tempo, propriedades gramaticais e discursivas (e também semânticas, fonéticas, lexicais). Dessa forma, não há relação de subordinação ou derivação entre gramática e discurso.

Por isso, é problemática a consideração de uma passagem da gramática para o discurso (advérbio sentencial > marcador discursivo), como pretende Traugott (1995b). Para Görsky et al. (2004), essa dificuldade fica contornada com a inserção de um componente pragmático na definição de gramaticalização, como propõe Traugott: “processo pelo qual um item lexical, impulsionado por um certo contexto pragmático e morfossintático, torna-se gramatical” (TRAUGOTT, 1995b, p.1). Ou seja, segundo Görsky et al. (2004), considerando-se a gramaticalização como uma mudança ligada à interação comunicativa, como Traugott explicita em seu trabalho de 2007, a questão se resolve.

Valle (2000) concorda parcialmente com a proposta de Traugott (1995b). Baseando-se na classificação de Schiffrin (1987 apud VALLE, 2000), ela observa que os marcadores discursivos devem ser distribuídos entre, pelo menos, dois campos bastante abrangentes: a) o daqueles que atuam mais nas relações textuais, com o papel de sequenciadores da conversação; b) o daqueles que atuam mais nas relações entre a situação comunicativa e o indivíduo, ou seja, com função mais voltada para a interação. Segundo Valle (2000), o desenvolvimento de marcadores do primeiro tipo, os textuais, pode ser explicado pela proposta de Traugott (1995b). Os marcadores do segundo

tipo, porém, são incompatíveis com o desenvolvimento proposto nessa obra e Valle (2000) defende que esses só são adequadamente descritos por um processo paralelo, como a discursivização, nos termos de Martelotta et al. (1996), por exemplo.

Souza (2009), como Görsky et al. (2004), adere à proposta de Traugott (1995b). Para ele, os usos discursivizados podem ser analisados como uma continuidade do processo de gramaticalização, já que as funções discursivas só são veiculadas se forem codificadas na gramática da língua.

De modo semelhante a Souza (2009), entende-se, aqui, que os usos discursivizados estão ancorados na gramática, como qualquer peça da linguagem está. Porém, não parece ser o caso de supor uma relação de derivação entre gramática e discurso, como a proposta de Souza (2009) parece implicar.

Acredita-se, neste trabalho, que o aproveitamento de elementos gramaticalizados no discurso ocorre porque esses casos envolvem construções rotinizadas (cristalizadas ou automatizadas) que, portanto, possuem um valor que pode ser codificado na gramática da língua. Quando se tornam rotinizadas, as formas ganham uma liberdade maior, o que permite uma grande utilização da expressão em usos discursivos.

A proposta de Traugott e Dasher (2002) de uma trajetória de mudança de significados em direção à subjetivização e à intersubjetivização pode representar uma solução para adequar esses usos em uma teoria coerente.

4. Gramaticalização, subjetivização e intersubjetivização

Traugott (1982; 1989; 1995a; 1995b; entre outros) relaciona a subjetivização à gramaticalização. Para essa autora, as mudanças ocorridas na gramaticalização acontecem em direção ao aumento de subjetividade, na interação entre falante e ouvinte. A subjetivização é entendida como o “[...] processo semântico-pragmático pelo qual ‘significados se tornam altamente baseados no estado de crença/atitude subjetiva do falante em relação à proposição’ (TRAUGOTT, 1995a, p.31).

Apesar da inter-relação, os dois processos são vistos como independentes. A forte ligação entre os dois processos fica sugerida porque a

gramaticalização envolve recrutamento de itens para marcar a perspectiva do falante sobre diversos fatores, entre os quais “ se a situação é relativizada em relação às crenças do falante (modalidade, modo)” (TRAUGOTT, 2010, p.40).

Apoiando-se nos três domínios funcionais da linguagem propostos por Halliday e Hasan (1976) (*ideacional*, que serve à denotação; *textual*, que se refere à organização do discurso; *interpessoal*, que se relaciona à atitude do falante), Traugott (1982) indica que, nos primeiros estágios de gramaticalização, o principal caminho da mudança é a passagem de itens que possuem significado proposicional para itens com significado textual (concernente à coesão, por exemplo) ou com significado expressivo, ou ambos, na seguinte ordem: **(proposicional) > [(textual) > (expressivo)]**.

Na proposta de Halliday e Hasan (1976), o componente interpessoal inclui tanto elementos subjetivos (ligados ao posicionamento do falante) quanto elementos intersubjetivos (orientados em relação ao ouvinte). Interessantemente, ao preferir o termo “expressivo” ao termo “interpessoal”, Traugott (1982; 1989) se esquivava de um posicionamento em relação aos elementos intersubjetivos.

A hipótese é que a mudança é unidirecional; por exemplo, a direção contrária, expressivo > textual > proposicional, de acordo com Traugott (1982; 1989), é altamente improvável na história de qualquer item gramatical.

Nesse percurso de mudança semântico-pragmática, os significados vão tendendo a se referir menos a descrições de situações concretas e mais a situações discursivas, menos a situações objetivas e mais a situações subjetivas. Ou seja, os significados revelam cada vez mais o modo como o falante constrói o enunciado em relação ao ouvinte, por isso se diz que há uma *pragmatização do significado* (TRAUGOTT, 1995b).

Em Traugott e Dasher (2002), distinguem-se “subjetividade” e “intersubjetividade”. A tese dos autores é que a mudança semântica segue caminhos previsíveis nas línguas, revelando significados cada vez mais baseados em atitude subjetiva e intersubjetiva do falante (uma preocupação do falante com relação a seu interlocutor e à face do interlocutor). Os processos de gramaticalização refletem, assim, a tendência geral de desenvolvimento em direção ao aumento de subjetividade e intersubjetividade.

Traugott (2010) define o processo de intersubjetivização como posterior à subjetivização, afirmando que são mecanismos pelos quais “significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjetivização)”, e, “uma vez subjetivizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no interlocutor (intersubjetivização)” (TRAUGOTT, 2010, p. 35). A intersubjetivização, portanto, não ocorre sem a subjetivização. Dessa forma, Traugott (2010, p. 35) indica que os significados dos itens se desenvolvem seguindo a direção:

não subjetivo/menos subjetivo > subjetivo > intersubjetivo

Traugott (2010) salienta que seu entendimento sobre a (inter)subjetivização é de que o processo envolve semanticização e não pragmatização. A autora destaca a importante distinção entre a intersubjetividade que pode pragmaticamente acompanhar o uso de uma forma e seu desenvolvimento para um significado intersubjetivo codificado em sua semântica⁷.

As postulações de Traugott (2010) sobre a (inter)subjetivização podem explicar o desenvolvimento de expressões gramaticalizadas em direção ao componente pragmático da língua, tais como *indeed*, *in fact* e *besides*, descritos por Traugott (1995b), já comentados na seção anterior. Assim, por exemplo, a gramaticalização é o mecanismo atuante nos seguintes estágios do percurso indicado por Traugott para esses elementos: item lexical pleno > sintagma adverbial > advérbio sentencial. Paralelamente, a subjetivização atuaria levando os significados das expressões a se tornarem cada vez mais centrados nas atitudes subjetivas dos falantes (não subjetivo/menos subjetivo > subjetivo). Uma vez subjetivizadas, as expressões passariam a codificar significados centrados no interlocutor, subjetivo > intersubjetivo (intersubjetivização), e esse processo explica a atuação dos itens como marcador discursivo.

⁷ A autora cita como elementos que possuem significado (inter)subjetivo codificado em sua semântica: *possibly* (possivelmente), expressão de uma atitude do enunciador, e *please* (por favor), um marcador de reconhecimento pelo falante do destinatário e de atenção em relação ao destinatário, entre outros exemplos.

É dessa forma que se entende que a gramaticalização, de um lado, e a (inter)subjativização, de outro, juntas, podem explicar o desenvolvimento de elementos em direção ao discurso.

Traugott e Dasher (2002) observam que esses processos, por hipótese, ocorrem no fluxo da fala, na interação verbal, por meio daquilo que os autores chamam inferência sugerida pelo contexto, um processo metonímico, largamente aceito como importante mecanismo por trás dos processos de gramaticalização. Os autores propõem que o mecanismo por trás da subjativização e intersubjativização são de natureza metonímica, pois esses processos são dependentes da díade falante-ouvinte.

Um texto básico sobre essa questão é Traugott e König (1991), em que os autores relacionam a metonímia a um tipo de inferência pragmática, uma associação conceptual que se estabelece no contexto discursivo.

Traugott e König (1991) explicam que processos metonímicos, na gramaticalização, envolvem a convencionalização de implicaturas conversacionais. Em uma sequência de frases como “A garota escorregou. A pista estava com gelo”, é possível inferir uma leitura causal, que, nesse contexto, seria resultante de uma implicatura conversacional, pois não há nenhum conectivo que estabeleça relação causal entre as sentenças.

Com a repetição frequente, a inferência conversacional, ao longo do tempo, pode passar a fazer parte do significado do item, ou seja, pode se convencionalizar, formando, então, uma inferência convidativa. Um dos exemplos apresentados por Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) refere-se ao desenvolvimento de *since*, no inglês. Inicialmente, a preposição estabelecia apenas relação temporal. Em determinado momento, uma leitura causal pôde ser inferida da leitura temporal. Em alguns contextos, as duas leituras são possíveis. Por meio do uso frequente, a interpretação causal torna-se convencionalizada e o conectivo passa a ser usado em contextos cuja única interpretação é a causal.

Traugott e König (1991) observam que a semelhança entre a metonímia e o fortalecimento de informatividade fica explicada, porque há uma relação do tipo parte > todo. No exemplo citado, entende-se que o significado causal de *since*, que era uma “parte” da forma, passou a “todo”, ou seja, passou a

integrar o valor semântico do conectivo, tornando possíveis ocorrências cuja única interpretação é a causal.

Portanto, a noção de metonímia é estendida de contextos concretos para contextos pragmáticos de inferência conversacional e convencional. A contiguidade envolvida nesse caso é baseada no mundo discursivo.

5. Modalidade como fenômeno de gramaticalização e de subjetivização

O desenvolvimento de significados epistêmicos a partir dos significados deônticos, historicamente comprovado em línguas como o inglês (TRAUGOTT, 1989; SWEETSER, 1990; BYBEE et al., 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002; entre outros), é entendido como resultante de um processo de gramaticalização e, também, de subjetivização (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

O desenvolvimento dos verbos modais é considerado por Traugott (1989, TRAUGOTT; DASHER, 2002; entre outros) como o exemplo mais proeminente de gramaticalização e de subjetivização. A mudança deôntico > epistêmico já revela, por si, um processo de subjetivização, pois, nesse percurso, os significados tornam-se mais centrados no estado de crença, na atitude do falante. Mas o caráter gradual da subjetividade deve ser acentuado e, por isso, Traugott (1989) refere-se à modalidade em termos de “mais” ou “menos” subjetiva ou, ainda, “fracamente” ou “fortemente” subjetiva. A autora observa que, quando os significados epistêmicos surgem, são fracamente subjetivos e, à medida que se desenvolvem, tornam-se mais fortemente subjetivos.

Uma análise mais detalhada sobre o desenvolvimento dos significados modais revelando subjetivização é encontrada em Traugott e Dasher (2002), quando se analisam *must* e *ought to*. Dois fatores são considerados para a aferição de graus distintos de subjetivização: a) o tipo de força modal (deôntica, epistêmica); b) a natureza da força modal (externa ao falante – religião, leis, regras sociais, etc - ou interna ao falante). No caso dos significados deônticos, por exemplo, o modal é mais subjetivo se a força deôntica é o próprio falante e menos subjetivo se há uma força social, religiosa ou outra força externa implicada ou especificada. Os significados epistêmicos também revelam uma

escala em termos de subjetividade, sendo mais subjetivos quando a qualificação modal é baseada em uma expectativa pessoal do falante ou reveladora de uma confiança do enunciador e menos subjetivos quando baseados em uma expectativa de um grupo ou se envolvem uma opinião mais geral.

Nesses estudos, desconhece-se a análise da noção de intersubjetividade aplicada aos significados modais, o que não significa que não haja. Os significados intersubjetivos, de acordo Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2002), dizem respeito a certo cuidado do falante com a recepção de seu enunciado pelo ouvinte, mais particularmente, relacionam-se com a noção de *hedges*, com a proteção da face do interlocutor. Desse modo, a relação entre intersubjetividade e modalidade parece bastante óbvia, como ficou sugerido no capítulo anterior, especialmente na seção *modalidade como estratégia pragmática*.

Em relação à gramaticalização dos significados modais (deôntico > epistêmico), o enfoque mais recente que explica esse tipo de transferência é o baseado na mudança semântica (concreto > abstrato), que se distingue do enfoque baseado na mudança categorial (lexical>gramatical ou menos gramatical> mais gramatical).

As alterações semânticas que ocorrem na gramaticalização são entendidas como perda de conteúdo semântico (dessemantização), porque, em determinado estágio de desenvolvimento da gramaticalização, a forma pode não apresentar nenhuma relação semântica com a forma fonte. Autores como Bybee e Pagliuca (1985), por exemplo, entendem tais processos como um tipo de empobrecimento semântico (*bleaching*⁸).

A noção de *bleaching* é, porém, bastante questionada. Para Traugott (1982, 1989, 1995a, 1995b, 2003) e Traugott e König (1991), por exemplo, os modelos baseados na noção de *bleaching* são problemáticos, porque consideram como perda ou redução o que, na verdade, é mudança, e, além disso, desconsideram o que é acrescentado no processo. Traugott (2003) indica que o modelo de mapeamento cognitivo de um domínio semântico em termos de outro (SWEETSER, 1990) ou de transferência metafórica (HEINE et

⁸ Termo cunhado de *Gabelentz e Grimm* (*verblassen*), segundo Traugott (2003, p. 631).

al., 1991a, 1991b; HEINE, 2003) devem substituir o modelo baseado na noção de *bleaching*, pois explicam a mudança em termos de transferência, e não de perda de traços semânticos.

Sweetser (1990) defende que a motivação para o desenvolvimento dos verbos modais é metafórica. A autora explica que os modais de raiz⁹ se estendem ao domínio epistêmico exatamente porque, em geral, a linguagem do mundo externo é usada para aplicação ao mundo mental interno, que é metaforicamente estruturado em paralelo com esse mundo externo.

Inspirando-se em Talmy (1988), Sweetser sugere que a modalidade seja entendida em termos da dinâmica de forças e barreiras. A proposta é que a análise de Talmy para os modais de raiz seja estendida para o domínio epistêmico.

Assim, por exemplo, o significado deôntico de *may* é uma barreira potencial, porém ausente, no mundo sociofísico, e o epistêmico *may* é o caso paralelo de dinâmica de força no mundo do raciocínio. O significado epistêmico de *may* é que não há barreira para processo de raciocínio do falante a partir das premissas disponíveis em relação à conclusão expressa na sentença qualificada por *may*.

Forças e barreiras, no mundo mental, são premissas, já que nenhum outro tipo de obstrução/força existe nesse mundo. A premissa na mente do falante é entendida como paralela à força da autoridade, no mundo sociofísico. É desse modo que Sweetser propõe que os significados modais de raiz podem ser estendidos metaforicamente do mundo sociofísico para o mundo epistêmico.

Sweetser (1990, p. 61) exemplifica:

(1)

John may go. (John pode ir) - deôntico

“John não é barrado por nenhum tipo de autoridade de ir.”

(2)

John may be there. (John pode estar lá) – epistêmico

“Eu não sou barrado pelas minhas premissas de concluir que ele está lá”

⁹ O termo de raiz é empregado para abarcar significados deônticos (obrigação, permissão) e, também, o significado de capacidade/habilidade.

A autora nota que nossa experiência nos domínios físico, social e epistêmico compartilha uma quantidade limitada de estrutura comum, que permite um traço metafórico entre os aspectos relevantes dos três domínios.

Como diz Traugott (2003), a análise de Sweetser (1990) é interessante pois, se por um lado há uma perda de especificidade concreta (*bleaching*) — o significado deôntico enfraquece —, por outro lado não há perda de especificidade semântica (o sentido de raiz permanece e é transferido para outro domínio).

Mas somente o mecanismo metafórico não é capaz de explicar todos os desenvolvimentos no domínio modal. Foi o que notou Traugott (1989). Analisando elementos modalizadores na língua inglesa a autora verifica que a metáfora não explica adequadamente todos os casos de gramaticalização, principalmente em domínios mais abstratos e mais subjetivos, ou seja, nos estágios de gramaticalização mais avançados. A autora indica que não é possível considerar o significado epistêmico fortemente subjetivo do advérbio inglês *apparently*, por exemplo, como uma metáfora baseada em um significado epistêmico mais fraco. São processos metonímicos que parecem estar subjacentes a casos como esses.

Traugott e König (1991) distinguem metáfora e metonímia dizendo que a primeira atua na resolução de problemas cognitivos, de representação, na dimensão lexical, etimológica, enquanto a última atua na resolução de problemas comunicativos, na dimensão discursiva, textual. Os autores sugerem que, na gramaticalização, a metáfora é o mecanismo que opera nos estágios iniciais, mais próximos da parte lexical do percurso de mudança; a metonímia é aplicável a significados mais abstratos, mais gramaticalizados. Desse modo, Traugott e König (1991) relacionam os dois mecanismos de mudança às três tendências de mudança semântico-pragmática propostas por Traugott (1989), como mostra o quadro seguinte:

Quadro 3 - A relação entre as tendências de mudanças semântico-pragmáticas (TRAUGOTT, 1989) e os mecanismos de mudança, conforme proposta de Traugott e König (1991)

Tendências de mudanças semântico-pragmáticas	Mecanismos de mudança
tendência I: significados baseados em descrições de situações externas > situações internas (avaliativa / perceptual / cognitiva)	Metáfora (correlacionada com um problema de representação)
tendência II: significados baseados em descrições de situações externas ou internas > situações textuais e metalinguísticas ¹⁰	
tendência III: significados baseados em atitude subjetiva de crença do falante em relação à proposição tendem a se tornar mais fortemente subjetivos.	Metonímia (associada a um problema de informatividade e relevância na comunicação)

Fonte: elaboração própria.

O desenvolvimento de *shall*, *will* e *must*, apresentado por Traugott (1989), exemplifica as tendências. Esses modais foram originariamente verbos principais, alguns dos quais com significados bastante concretos, e adquiriram significados avaliativos, internos, pela tendência I; adquiriram significados deônticos, ou seja, que envolvem uma situação metalinguística, pela tendência II; e então, pela tendência III, adquiriram significados epistêmicos que são baseados no mundo interno das crenças e conhecimentos do falante. Como mostra o quadro, a metáfora seria o mecanismo desencadeador das mudanças descritas pelas tendências I e II, e a metonímia atuaria na tendência III.

De modo semelhante a Traugott e König (1991), Bybee et al. (1994) indicam a metáfora como o mecanismo que predomina nos estágios iniciais do processo, quando o conteúdo semântico ainda é bastante específico, enquanto a inferência (os autores preferem esse termo ao termo metonímia), é um dos mecanismos aplicáveis a significados mais gramaticalizados, ou mais abstratos, já que, ao se tornarem mais erodidos, os significados ficam menos sujeitos à metáfora e mais suscetíveis a pressões contextuais que geram mudança por inferência.

¹⁰ A situação textual corresponde à idéia de construção do texto em termos coesivos. A situação metalinguística remete a ato de fala (ex: *observar*, verbo mental que codifica uma situação interna (perceber) > verbo que codifica uma situação metalinguística (afirmar que)).

Os mecanismos metafóricos e metonímicos não são excludentes mas complementares (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HEINE et al. 1991a, 1991b), e não apenas em relação ao desenvolvimento de elementos modalizadores. A fronteira entre metáfora e metonímia é muito fluida, em determinados casos, como mostram Heine et al. (1991a; 1991b) ¹¹. Os dois mecanismos são parte e parcela de um e do mesmo processo de gramaticalização, o que não significa que no caso de uma função particular um deles não possa ser mais proeminente.

¹¹ Heine et al. (1991a, p.166) retomam a análise de Traugott e König (1991) sobre as mudanças de significado de *since* e explicam que, subjacente a uma inferência causal, como Traugott e König sugerem para sentenças como “Since Susan left him, John has been very miserable”, há uma metáfora de tempo para causa.

CAPÍTULO 4

UMA ANÁLISE DE *PODE SER* NA PERSPECTIVA DA GRAMATICALIZAÇÃO

1. *Pode ser* é um caso de gramaticalização?

A hipótese que impulsionou a investigação, surgida nos estudos preliminares de *pode ser*, é a de gramaticalização. De fato, como será mostrado, no estudo dessa expressão evidenciam-se importantes tendências desse processo. Mas o que se pretende discutir neste capítulo é em que medida esses encaminhamentos de gramaticalização podem ser considerados conclusivos.

A verificação da nossa hipótese inicial, que é realizada por meio do exame da atuação de *pode ser* nos níveis semântico, sintático e pragmático, indica que há propriedades da expressão, especialmente aquelas relacionadas ao seu aproveitamento no nível discursivo, que não são adequadamente explicadas pelos postulados da gramaticalização. Daí, a segunda pretensão deste capítulo que é mostrar que em *pode ser* destacam-se, também, percursos próprios de outro processo, a (inter)subjetivização, os quais serão estudados no capítulo seguinte.

Conforme observado na introdução, são objeto de análise desta pesquisa ocorrências de *pode ser* em dois contextos sintáticos distintos:

- a) como predicado encaixador de proposição (*pode ser*₁);
- b) como construção independente sintaticamente (*pode ser*₂).

Os trechos seguintes exemplificam os usos:

pode ser₁

(1)

*Da chuva da véspera restam poças d'água de tamanho e feitio diverso. Há folhas amareladas esparsas pelo solo. Além da umidade, o dia está cinzento, enevoadado. O sol hoje não apareceu. **Pode ser** que apareça mais tarde. Não é muito certo, não. (CVB)*

pode ser₂

(2)

— *Não estou querendo provar que a humanidade é perversa. Estou querendo, isso sim, provar que eu inconscientemente pedi as coisas que me aconteceram — porque sou mau, um homem totalmente degenerado, e mereci o castigo que a vida me impôs.*

— *Você está querendo provar que Deus é justo.*

O estrangeiro pensou um pouco...
— **Pode ser.** (DSP)

No primeiro caso, *pode ser*¹ constitui um predicado encaixador de proposição, introduzindo um conteúdo proposicional, analisado como sujeito oracional. Em ocorrências como (2), por outro lado, *pode ser* é uma fórmula avulsa, que não mantém nenhum vínculo sintático nos enunciados em que ocorre.

Como mostram as duas ocorrências, *pode ser* é uma forma de expressão de modalidade, por meio da qual o enunciador marca um posicionamento epistêmico. Em (1), a expressão indexa posicionamento do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele apresentado. Em (2), *pode ser* indexa posicionamento do enunciador em relação ao ato de fala expresso por seu interlocutor.

O mais importante princípio associado à gramaticalização, a unidirecionalidade, subjaz à análise das 357 ocorrências de *pode ser* identificadas no *corpus* da pesquisa (sendo 63% do tipo *pode ser*₁ e 37% do tipo *pode ser*₂), servindo como instrumental teórico-metodológico que permitirá aferir graus distintos de gramaticalização. Não parece demais repetir que, de acordo com a unidirecionalidade, as mudanças envolvidas no processo seguem direção irreversível:

- no enfoque baseado na mudança categorial, a alteração parte de item lexical para gramatical ou de menos gramatical para mais gramatical;
- no enfoque que prioriza a mudança semântica do processo, os significados concretos tendem a se tornar abstratos e, se já abstratos, tornam-se mais abstratos.

1.1. Tendências e processos de gramaticalização em *pode ser*

Um fator intrinsecamente envolvido nas mudanças associadas à gramaticalização é o aumento de frequência do item (BYBEE, 2003, entre outros). O elemento em processo tende a ser tornar mais frequente conforme se torna mais gramatical, afinal elementos gramaticais são mais recorrentes

¹ *Pode ser* refere-se aos dois usos que estão sendo analisados neste trabalho. Para referência específica aos usos, utilizam-se as indicações *pode ser*₁ e *pode ser*₂.

que os lexicais. Além disso, com o avançar do processo, há uma ampliação dos contextos de uso (a que Heine (2003) refere-se como extensão ou generalização contextual) que conduz, também, ao aumento de frequência da forma.

Bybee (2003) reconhece como relevantes para os estudos linguísticos duas formas de apurar a frequência, *token* e *type*. A primeira forma, *token*, frequência textual, refere-se à recorrência de uma forma, independente de seu significado de dicionário. A última forma, *type*, diz respeito à frequência de um padrão particular de dicionário. Com o avanço da gramaticalização, há um aumento de contextos de uso gerando um aumento da frequência *type* que faz com que a frequência *token* cresça também.

O que parece ser fundamental para a esta investigação é que a frequente repetição do item pode representar o fator que desencadeia mudanças, pois gera uma espécie de desgaste, de automatização da forma, promovendo alterações em todos os níveis (BYBEE, 2003). Em outras palavras, as características semânticas, fonéticas, morfológicas, pragmáticas do item tendem a “enfraquecer” com a constante repetição, o que conduz às mudanças na gramaticalização.

Um levantamento quantitativo do CP2 (*corpus* principal 2), o *corpus* de língua escrita utilizado nesta pesquisa, revelou que das 15.427 ocorrências da forma *pode*, 3.798 (25%) são de *pode ser* (não apenas nos usos analisados). O mesmo foi realizado no *corpus* de língua falada, em que se localizaram 250 ocorrências da forma *pode*, sendo 52 delas (21%) de *pode ser* (também em usos diversos). Esses dados indicam que a combinação *pode + ser* é bastante usual, o que talvez seja uma possível motivação para a rotinização de *pode ser* nos contextos de uso examinados.

A automatização de *pode ser* se revela pelo exame dos predicados ocorrentes em construções do tipo *pode + predicado infinitivo + que*, como em *pode ser*₁. Nesses contextos, são muito pouco produtivas outras formas infinitivas que não sejam *ser*. Nos textos escritos, localizaram-se apenas os verbos *acontecer*, *parecer*, *ocorrer*, *suced* e *dar-se*. Nos textos de língua falada, não há construções desse tipo sem o verbo *ser*. Por isso, a tabela seguinte, em que se apresentam os predicados ocorrentes nesse tipo de

construção, registra números referentes apenas aos textos de língua escrita, inclusive para *pode ser*₁ (*pode ser que*).

Tabela 2 – A construção *pode+predicado+que*, nos dados de escrita

<i>Pode ser que</i>	208 (91%)
<i>Pode acontecer que</i>	10 (4%)
<i>Pode parecer que</i>	6 (2,5%)
<i>Pode ocorrer que</i>	3 (1,5%)
<i>Pode suceder que</i>	1 (0,5%)
<i>Pode dar-se que</i>	1 (0,5%)
Total	229 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Os resultados apresentados na tabela 2 mostram que ocorrências com o modal *poder* (impessoal), com sujeito oracional, se realizam tipicamente com o verbo *ser* (91%), sendo muito pouco usuais com outros verbos. Não há dúvida de que *pode ser*₁ seja a forma preferida nessas construções.

É interessante que quatro dos seis verbos ocorrentes nesse tipo de construção podem ser agrupados semanticamente: *acontecer*, *ocorrer*, *suced*er e *dar-se*. Esses são predicados, em certo sentido, vicários, pois remetem a um evento de modo geral, sem fornecer uma descrição mais precisa. Considere-se, ainda, que a natureza dinâmica desses itens contrasta com a natureza estativa de *ser* e *parecer* e que *ser*, nesse grupo, é o predicado mais “vazio” de sentido.

A semântica “vazia” do verbo *ser* autoriza uma gama muito mais variada de usos que predicados como *acontecer* e *parecer*, por exemplo, os quais possuem traços semânticos mais específicos. Esse esvaziamento semântico de *ser* pode explicar sua alta frequência em relação aos demais predicados, como indica a tabela 2, e, ainda, pode relacionar-se à gramaticalização, cujo percurso envolve o desenvolvimento de elementos cada vez mais gramaticais e, portanto, mais abstratos. Esse ponto merecerá uma discussão mais aprofundada, adiante.

Observe-se, também, que *pode ser*₁ é uma forma consolidada de avaliação epistêmica do enunciador e tende a marcar os enunciados modalizados como opiniões pessoais, conjecturas, suposições do sujeito

enunciador, como será mostrado no capítulo 5. Construções com *poder* impessoal, com os verbos *ocorrer*, *suced*er, *dar-se*, *acontecer* e *parecer*, por outro lado, transmitem um distanciamento maior do enunciador. Nesses casos, o falante expressa uma apreciação, uma avaliação baseada em dados, em fatos reais, não em opiniões pessoais. Por isso, as ocorrências com esses últimos verbos foram localizadas em textos mais informativos, como ilustram os seguintes enunciados:

(3)

*Estratégia se aplica a grandes e pequenas organizações, àquelas sem fins lucrativos e às estatais. Porém, **pode ocorrer que** a estrutura interna de poder bloqueie a visão estratégica e o enfoque de sobrevivência e de nicho ecológico. (AD-T)*

(4)

*As metades Apinagé não são exogâmicas, sendo o casamento regulado por um sistema diferente. Cada "metade" possui uma série de nomes pessoais "grandes" e "pequenos", masculinos e femininos. Esses nomes são transferidos do tio materno ao filho da irmã, e da tia materna à filha da irmã. A avó materna ou sua irmã podem tomar o lugar da tia, enquanto que o avô materno pode tomar o lugar do tio. Acontece que, impacientes, o tio ou a tia materna se apressam a transferir o nome, antes de a criança nascer e **pode suceder que** a menina fique com nome masculino e vice-versa. (IA-T)*

(5)

*Segundo dispõe o Ato Institucional número 2, a partir de primeiro de janeiro poderá ter início uma reformulação partidária. Também **pode dar-se que** a Arena e o Mdb saiam da condição de agremiações provisórias para se consolidarem como agremiações definitivas. (EM)*

(6)

*Se a tensão persiste, e se agrava, o rompimento pode ocorrer. Nesse caso, cada um dos Estados brigados solicita a um terceiro que represente seus interesses no outro. **Pode acontecer que** alguns diplomatas da embaixada de A em B, após o rompimento das relações diplomáticas bilaterais, continuem onde estão, trabalhando na mesma Chancelaria, sob a proteção da bandeira de C, que aceitou responder temporariamente pelos interesses de A em B. (DIP-T)*

(7)

*Quando nos referimos aos poderes dos quais se reveste o festeiro na comunidade, **pode parecer que** sejam apenas o social, o político ou econômico. (FN-T)*

Os textos técnicos e jornalísticos, dos quais as ocorrências (3)-(7) são retiradas, não constituem o ambiente favorável para a emissão de opiniões pessoais, mas, ao contrário, requerem que o enunciador transmita informações de um modo neutro, sem marcas de subjetividade. Então, os enunciados com *ocorrer, suceder, dar-se, acontecer e parecer* mostram-se mais adequados a esse tipo de texto. Note-se que as 21 ocorrências localizadas ocorrem principalmente nos textos técnicos e jornalísticos: 10(48%) na literatura técnica; 5 (24%) na literatura jornalística; 3 (14%) na literatura de propaganda; 2 (9%) na literatura oratória; 1 (5%) na literatura romanesca.

Pode ser₁ apresenta porcentuais pequenos nos textos técnicos e jornalísticos, como será mostrado no próximo capítulo. A forma *pode ser₁* prototipicamente expressa uma avaliação epistêmica do enunciador marcada pela dúvida, pela incerteza, não sendo, assim, própria de textos que exigem um comprometimento maior do falante com o conteúdo do enunciado, como é o caso dos textos técnicos e jornalísticos.

Constatou-se, ainda, que as possibilidades de flexões modo-temporais do verbo modal *poder*, nos mesmos contextos sintáticos examinados neste trabalho (predicado encaixador de proposição e construção independente) e com a mesma forma infinitiva (*ser*), são bastante restritas e pouco frequentes, o que também aponta para a rotinização de *pode ser*. Variações flexionais foram encontradas apenas nos dados de língua escrita: 8 ocorrências no presente do subjuntivo e 44 no pretérito imperfeito do indicativo. Observe-se, então, que esses números são muito baixos comparados ao total de ocorrências de *pode ser* localizadas no *corpus* de língua escrita (333).

A forma no presente do subjuntivo, como nos enunciados seguintes, é utilizada com o mesmo valor de *pode ser₁* e *pode ser₂*, no presente do indicativo:

(8)

— *Mas que inteligência! Homem! Aí é que eu admiro o estudo, nunca que eu ia pensar essas coisas assim tão bem pensado, o estudo é uma grande coisa, benza Deus. Ioiozinho quer que eu mande comida também? **Possa ser que dê fome em ioiozinho, essas coisas assim...*** (VPB-R)

(9)

Pois eu acho que isso vai ser uma festa de urubu – disse Nestor.

— **Possa ser** — disse o tenente.

— *Mas o senhor alembre que o caqui é mais duro para o bico do urubu.*

— *Roupa possa ser — disse Nestor — mas o couro é mais.*

— **Possa ser** — disse o tenente. — *Mas na companhia de um sargento corno e desertor, com um pirobo por chofer, não acredito muito, não.* (SAR-R)

Nota-se que *possa ser (que)*, como nas ocorrências (8) e (9), expressa o mesmo valor de possibilidade epistêmica de *pode ser (que)*, como em (1) e (2), apresentados no início deste capítulo. Nesses contextos, então, *possa* e *pode* são formas variantes. Mas *possa ser (que)* é muito pouco frequente no *corpus*, apresentando apenas 8 ocorrências das quais 6 são da mesma obra, o romance *Sargento Getúlio* de João Ubaldo Ribeiro, e retratam a fala de personagens de Aracaju, Sergipe.

Cabe registrar, ainda, que *possa ser (que)* parece ser uma forma estigmatizada, o que pode ser confirmado por uma rápida pesquisa na internet em que se encontram sites de “dicas de português” apresentando essas construções como erradas, feias.

Podia ser (que) é a flexão de tempo passado de *pode ser (que)* e, portanto, com o mesmo sentido de possibilidade epistêmica. Considerem-se os exemplos:

(10)

*O garoto olhava, surpreso. Não devia estar entendendo nada, e mesmo assim Elias sentia necessidade de continuar a conversa. **Podia ser que** — quando crescesse — uma daquelas palavras pudesse ajudá-lo numa situação difícil.* (OMC-R)

(11)

E ele foi embora?

— *Ele disse que **podia ser**, não é, **que** Dona Marta sabia.*

— *Dona... ia exclamando Delfino, para dizer ao menino que não, que Marta não sabia de nada.* (MAL-R)

As 44 ocorrências de *podia ser (que)* localizadas no *corpus* são utilizadas predominantemente em discurso indireto livre, como em (10) e em discurso indireto, como (11), o que explica a flexão no pretérito imperfeito do indicativo. *Podia ser (que)* é o modo de se referir à forma *pode ser (que)* dita, ou pensada, por alguém.

Sendo uma fórmula fixa, automatizada, *pode ser* é entendido como uma unidade, o que remete à coalescência, ou fusão (LEHMANN, 1982 [1995]; HEINE; REH, 1984; HEINE et al, 1991b; HEINE, 1993; TRAUGOTT; HOPPER, 1993, entre outros), que é característica do processo de gramaticalização, embora não lhe seja exclusiva. Traugott e Hopper (1993, p. 40) apontam que a fusão é uma das formas mais comuns de reanálise, um mecanismo que envolve o apagamento de fronteiras entre duas ou mais formas, tornando-as uma unidade, ou seja, diz respeito à transformação de expressões complexas em expressões mais simples. Como consequência dessa união, os autores indicam que há alterações na semântica, na sintaxe e na fonologia do novo “conjunto”.

Em relação ao desenvolvimento de expressões verbais, Heine (1993) e Travaglia (2004) mostram que os elementos constituintes da locução verbal tendem a se tornar cada vez mais unidos, vinculados, aderidos, até o ponto em que são entendidos como uma unidade.

Alguns critérios podem apontar maior ou menor grau de integração em uma perífrase verbal. Travaglia (2004), por exemplo, analisando o desenvolvimento de perífrases com o verbo *acabar*, indica os seguintes fatores: intercalação de material entre o auxiliar e o principal; sujeito dos dois verbos; tipo de subordinada que a forma nominal representa; pausa entre auxiliar e principal; (i) mobilidade do que vem depois do verbo em gramaticalização.

Na análise do *corpus*, os parâmetros que se mostraram próprios para *pode ser* são: a presença ou a ausência de material interveniente e de pausa na pronúncia dos dois elementos.

A intercalação de material em *pode ser* é pouco frequente, tendo sido observada em apenas 9 das 357 ocorrências localizadas no *corpus*, representando, portanto, 3% do total examinado. Os elementos intervenientes localizados nas ocorrências examinadas são os advérbios *até*, *bem* e *também* como exemplificam as ocorrências (12)-(14).

(12)

Pode até ser que se cruzem, eventualmente, as relações tradicionais e as *hjelmslevianas* — mas não serão mais que coincidências, pois o princípio em que estas últimas se baseiam é totalmente outro: a pressuposição. (SUC-T)

(13)

Às vezes fico a pensar se você gosta realmente da gente. A gente parte do princípio de que, sendo irmão, deve gostar. Mas, quem sabe lá se você não nos acha chatos e antipáticos.

Pode bem ser. *Por todas essas razões, é melhor talvez eu não escrever mais.* (QPC)

(14)

*Principalmente a confirmação, que me deu, de que o Tal não existe; pois é não? O Arrenegado, o Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo., o Pé-de-Pato, o Sujo, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarape, o coisa-ruim, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, O-que-nunca-se-ri, o Sem-Gracejos... Pois, não existe! E, se não existe, como é que se pode se contratar pacto com ele? E a idéia me retorna. Dum mau imaginado, o senhor me de o lícito: que, ou então, — será que **pode também ser** que tudo é mais passado revolido remoto, no profundo, mais crônico: que, quando um tem noção de resolver a vender a alma sua, que é porque ela já estava dada vendida, sem se saber; e a pessoa sujeita está só é certificando o regular d'algum velho trato — que já se vendeu aos poucos, faz tempo? Deus não queira; Deus que roda tudo!* (GSV)

A distribuição de *até*, *bem* e *também* entre as ocorrências de *pode ser* localizadas no *corpus* é mostrada na tabela 3:

Tabela 3 – Presença e ausência de elemento interveniente em *pode ser*

<i>Elemento interveniente</i>	<i>Até</i>	<i>Bem</i>	<i>Também</i>	<i>Ausente</i>	<i>Total</i>
<i>Pode ser</i> ₁	4 (1,5%)	-	1 (0,5%)	221 (98%)	226 (100%)
<i>Pode ser</i> ₂	3 (2%)	1 (1%)	-	127 (97%)	131 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Note-se que a frequência de material entre as formas que compõem a construção é praticamente a mesma com *pode ser*₁ e com *pode ser*₂, o que indica igual grau de integração nos dois usos analisados. Interpreta-se a baixa frequência de elemento interveniente como um indício de alto grau de fusão na construção *pode ser*. A construção parece ser entendida como uma unidade semântica e sintática e, assim, as ocorrências de elemento entre os dois termos é pouco comum.

A impossibilidade de material interveniente, e também de mobilidade na cadeia sintagmática, tem relação com o princípio da fixação (LEHMANN, 1982 [1995], entre outros) e são aspectos morfossintáticos da gramaticalização.

Outro fator que é indicio de fusão na construção é a ausência de pausa entre os elementos da construção. Na audição atenta das 24 ocorrências de *pode ser* localizadas nos inquéritos de língua falada selecionados para estudo, foi possível notar que a expressão, nos dois usos analisados, é sempre pronunciada sem pausa entre os verbos componentes da locução. Seria desejável apresentar uma análise fonética dos dados de língua fala menos leiga, porém, tal tarefa cabe a um especialista da área e, por isso, não se oferecem resultados mais científicos a esse respeito.

Ainda assim, considera-se que a pouca frequência de elemento interveniente, principalmente, e a ausência de pausa entre os componentes são evidências de que *pode ser* constitui uma unidade semântica e sintática, própria de perífrases verbais em estágios mais avançados de gramaticalização (HEINE, 1993).

Outro argumento que poderia ser arrolado em favor da integração da construção é que o âmbito de incidência do modal, em *pode ser*, parece ser externo à construção. Isso significaria que a modalização de *poder* não incide sobre a forma nominal (*ser*) que o acompanha, que o predicado de estado (*ser*) que compõe a expressão *pode ser* estaria anulado nesses contextos. Desse modo, embora *pode ser₁* constitua, em princípio, um predicado estativo, atuaria como expressão modalizadora com escopo sobre predicções de ação e de processo, também. Em outras palavras, a fusão da expressão e o apagamento semântico de *ser* na construção explicariam a ausência de restrição em relação ao predicado da oração encaixada e, por isso, *pode ser₁* ocorre com qualquer predicado, como revela a tabela:

Tabela 4 - A semântica do predicado da oração encaixada em *pode ser₁*

	Ação	Processo	Estado	Total
Predicado da oração encaixada em <i>pode ser</i>	85 (39%)	44 (20%)	89 (41%)	218 (100%) ²

Fonte: elaboração própria.

² O total de ocorrências do tipo *pode ser₁* localizado no *corpus* da pesquisa é 226. O número inferior a esse, na tabela 4, se deve aos casos em que não aparece predicado encaixado em *pode ser₁* (por exemplo, *pode ser que...*, *pode ser que sim*, *pode ser que não*).

Todos os tipos de predicado são recorrentes nas orações encaixadas, sobre as quais incide a modalização de *pode ser*₁, como mostra a tabela 4. Os predicados de estado e de ação apresentam percentuais muito próximos e os de processo, ainda que com frequência também significativa, apresentam percentual menor. As ocorrências seguintes, em que as orações encaixadas em *pode ser*₁ são formadas por predicados de ação, de processo e de estado, respectivamente, ilustram esses casos.

(15) Predicado de ação (*arranjar*)

— *Enquanto Salviano e Ritinha conversavam — ele como sempre, afável e sorridente, ela franca, honesta e oferecida — João Martins puxou a manga da blusa de Júlio:*

— *Salviano aceitou?*

— *Aceitou.*

— *Então **pode ser** que eu arranje alguma coisa com a Rita depois do dia de Nossa Senhora da Glória, não acha?* (ASS)

(16) Predicado de processo (*dissipar-se*)

*Também **pode ser** que a noite se tenha dissipado na frustração. Ela volta amarga; ele, impaciente.* (BPN-CR)

(17) Predicado de estado (*estar*)

***Pode ser** que eu esteja enganada, porque sempre fui fraca em contas e mesmo não sei o preço dum casa.* (MUL)

*Pode ser*₂ também não apresenta restrições em relação à semântica dos predicados que estão em seu âmbito de incidência. Tome-se como exemplo a ocorrência (18) em que *pode ser*₂ está incidindo sobre um ato de fala que envolve uma ação (*os guardas retirarem a imagem*):

(18)

Os três rezaram uma Ave-Maria. Depois Paulo subiu na pedra, colocou o cimento, e pôs em cima a imagem de Nossa Senhora, que carregava sempre com ele.

— *Pronto. Está feito.*

— *Talvez os guardas retirem quando passarem por aqui - disse Took. - Vigiam o deserto como se fosse um campo de flores.*

— ***Pode ser** — respondeu Paulo. — Mas o lugar fica marcado. Será, para sempre, um dos meus lugares sagrados.* (AVK)

Em um primeiro momento, a possibilidade de se referir a uma ação ou a um processo, ainda que tendo em sua formação um predicado estativo, poderia indicar que as propriedades semânticas de *ser*, nessa construção, estão desgastadas, apagadas. Essas considerações evidenciam a *dessemantização*, que diz respeito à redução ou perda de propriedades semânticas do item na gramaticalização (HEINE; REH, 1984; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE et al., 1991a, 1991b; LEHMANN, 1982 [1995]; HEINE, 2003, BYBEE, 2003; entre outros). No entanto, há de se observar o próprio sentido de *ser*, um verbo sem grande carga semântica³. Então, considerar o “esvaziamento” de conteúdo semântico em *ser*, na construção *pode ser*, como resultado de gramaticalização seria ignorar a própria natureza desse verbo.

Investigando a gramaticalização do verbo *ser*, Travaglia (2002, 2003) e Coelho e Vitral (2006) indicam que *ser* é um verbo essencialmente funcional, gramatical (atuando como verbo relacional e como auxiliar), que não constitui núcleo de predicação. Nem mesmo como um item lexical, como verbo pleno (uso de baixa produtividade), *ser* é considerado um predicado real (COELHO; VITRAL, 2010, p. 88).

Para explicar o sentido de *ser* como verbo pleno, Coelho e Vitral (2010) recorrem à filosofia de Kant:

Ser evidentemente não é um predicado real, quer dizer, um conceito de algo que se pudesse acrescentar ao conceito de uma coisa. É simplesmente a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. (KANT, 1980 [1781], p. 598 apud COELHO; VITRAL, 2010)

Se eu considero o sujeito (Deus) com todos os seus predicados (...) e digo: *Deus é...* não acrescento um novo predicado ao conceito de Deus, mas coloco somente o sujeito nele mesmo com todos os seus predicados e, ao mesmo tempo, seguramente, o objeto que corresponde ao meu *conceito*. (KANT, 1980 [1781], p.626 apud COELHO; VITRAL, 2010)

É nesse sentido, de difícil explanação e sem sinônimos, que *ser* se encontra nas ocorrências do tipo *pode ser*. Note-se:

³ A carga semântica vazia do verbo *ser* já foi apontada por Borba (1967) e, mais recentemente, por Travaglia (2002, 2003) e por Coelho e Vitral (2010), entre muitos outros.

(19)

— *Sorte se a gripe passar logo. Pode ser que Hettie me mande cigarros do Bananal.* (ARR)

Nesse enunciado, o verbo modal *poder* constitui predicado com o verbo *ser*, no seu sentido de verbo pleno, que, por sua vez, refere-se à proposição *Hettie me mandar cigarros do Bananal*. O enunciado (19) pode ser parafraseado da seguinte forma: *Hettie me mandar cigarros do Bananal é possível ser*.

O sentido do verbo *ser*, na expressão *pode ser*, “a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas” (KANT, 1980 [1781], p. 598 apud COELHO; VITRAL, 2010), explica acepções como “ocorrer, acontecer” as quais podem ser atribuídas ao verbo *ser*, especialmente, em enunciados que envolvem acontecimentos futuros, como em (19), por exemplo⁴.

Em *pode ser₂*, o verbo *ser* também possui o sentido de verbo pleno. Considere-se como exemplo a ocorrência (18), já apresentada. Nesse caso, o verbo *ser* refere-se ao conteúdo do ato de fala anteriormente expresso (*os guardas retirarem a imagem*). Então, entende-se que *os guardas retirarem a imagem é possível ser*.

Porque a construção *pode ser₂* incide sobre um ato de fala anterior, e também devido à sua semântica, neutra, *ser* poderia ser entendido como um verbo substituto, em ocorrências do tipo *pode ser₂*. Em (18), por exemplo, o verbo *ser* estaria no lugar do ato de fala anterior e nesse sentido seria um verbo vicário (que faz as vezes de outro).

Mas lembre-se que *ser*, nem mesmo no sentido lexical é um “predicado real” (nos termos de Coelho e Vitral, 2010), porque é um “conceito sem conceito”, “a coisa em si”. Entende-se, então, que a interpretação de *ser* como *ocorrer, acontecer* (ou qualquer outro predicado) e como verbo substituto, nos casos analisados está relacionada à transparência semântica do verbo.

É importante notar que nos enunciados com *pode ser*, a carga de significado não está nessa construção, porque ela é composta por um modal

⁴ No *dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, de Borba et al. (2004), indica-se *ser*, intransitivo, com a acepção de *acontecer, ocorrer*. *O que tem que ser, será*.

(*poder*) e por um predicado “vazio” (*ser*). A expressão possui propriedade anafórica (especialmente evidente em *pode ser*₂, mas não ausente em *pode ser*₁), porque incide sobre um conteúdo externo, porém, que isso não deve ser interpretado como sinalizador de um desgaste semântico próprio da gramaticalização.

A neutralização de marcas morfológicas em *pode ser*, que constitui uma fórmula impessoalizada, fixa na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, pode ser importante evidência de um percurso de gramaticalização, a descategorização. De acordo com esse mecanismo, os itens na gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias plenas e a assumir atributos de categorias secundárias (HOPPER; TRAGOTT, 1993; HEINE et al., 1991b; HOPPER, 1991; entre outros).

Considere-se, ainda, que *pode ser*₁ se mantém completamente fora da constituição da predicação principal. Nesse caso, a expressão constitui um predicado encaixador de proposição, introduzindo um conteúdo proposicional, analisado como sujeito oracional e, desse modo, atua em um nível hierarquicamente superior da estrutura do enunciado, colocando sob seu escopo uma oração. Observem-se a ocorrência (1), já dada, e sua representação de acordo com o modelo funcionalista adotado:

(1)

Pode ser que o sol apareça mais tarde. (CVB)

(1a)

[*Pode ser* (o sol aparecer mais tarde)]

Como mostra (1a), *pode ser*₁ subcategoriza um constituinte, analisado como sujeito oracional, sem participar do conteúdo informacional principal, que aparece entre parênteses em (1a).

Em ocorrências como (1), a ausência de *pode ser*₁ não implicaria reflexos nas relações sintáticas da predicação principal (*o sol aparecer mais tarde*). A construção é essencial apenas como portadora de atitude do falante em relação à proposição, atuando como um predicado de atitude proposicional, definido entre aqueles que “especificam a atitude de uma pessoa em relação

aos fatos possíveis designados pelo complemento proposicional” (DIK, 1997b, p. 106).

O afastamento da posição nuclear da sentença, juntamente com sua pseudo-invariabilidade (que será explicada adiante), pode ser entendido como um encaminhamento de gramaticalização, uma etapa em que a expressão perde propriedades verbais de subcategorização, passa a atuar apenas como portadora de atitude do falante, assemelhando-se aos elementos adverbiais.

Entretanto, a neutralização de número e de pessoa em *pode ser*₁ é explicada pela sua sintaxe: com sujeito oracional a expressão fixa-se na terceira pessoa do singular. A flexão modo-temporal é possível, conforme foi discutido, e, assim, não se pode dizer que *pode ser*₁ seja uma forma invariável como um advérbio, embora tenha sido notado que a flexão da construção é pouco produtiva, apontando para sua rotinização.

Desse modo, não parece haver argumentos suficientes para atribuir ao predicado *pode ser*₁ o estatuto de expressão adverbial, como foi sugerido por Costa (1995) e Ferreira (2000). Reconhece-se, no entanto, a proximidade semântica de *pode ser*₁ com elementos adverbiais como *talvez*. Como um predicado de atitude proposicional, a expressão pertence ao paradigma das formas de expressão epistêmica, com valor semântico próximo a um advérbio modalizador asseverativo relativo⁵, como *talvez* ou *possivelmente*.

Em *pode ser*₂, por outro lado, há mais fortes argumentos para sugerir adverbialização (COSTA, 1995) e, portanto, gramaticalização. Ocorre que, nesses casos, a expressão torna-se completamente livre, não integra nenhuma estrutura argumental, não mantém nenhum vínculo sintático nos enunciados em que ocorre, ou seja, *pode ser*₂ não apresenta nenhuma propriedade de subcategorização.

Observando o desenvolvimento de outras construções modalizadoras, analisadas como casos de gramaticalização no português, tais como *(eu) acho (que)* (GALVÃO, 1999), *parece (que)* (GONÇALVES, 2003), *(eu) acredito, creio* (JUBRAN, 2006), pareceria natural que *pode ser*₂ representasse um

⁵ Neves (2000b, p. 247) indica que com os advérbios modalizadores asseverativos relativos (equiparados às expressões *eu acho que, é possível que*) “o conteúdo do que se diz é apresentado como uma eventualidade, como algo que o falante crê ser possível (...). Ele não se compromete com a verdade do que é dito e, com isso, revela baixo grau de adesão ao enunciado, criando um efeito de atenuação”.

estágio do desenvolvimento de *pode ser* em que a sentença matriz se desprende da sentença encaixada, tornando-se uma fórmula avulsa de modalidade.

Em todos esses casos, as construções atuam como um elemento independente, um constituinte não argumental, com função modalizadora. Ao se tornar um elemento independente, essas formas ganham maior liberdade de posicionamento e são analisadas como satélites atitudinais (GONÇALVES, 2007).

Na gramática funcional, os satélites são definidos como meios lexicais, opcionais, que fornecem informação adicional a qualquer um dos níveis de constituição do enunciado (predicado, predicação, proposição, atos de fala) (DIK et al., 1990, p. 26). Os satélites são opcionais, porque não integram a estrutura do predicado e, se omitidos, não afetam a gramaticalidade do enunciado. Os satélites atitudinais, atuantes no nível proposicional, são caracterizados por Dik et al. (1990) como aqueles que especificam a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional ou em relação a parte dele⁶.

Embora *pode ser*₂ seja atitudinal, pois transmite um posicionamento epistêmico do enunciador, atua em um nível mais elevado, o dos atos de fala, diferenciando-se, assim, dos satélites atitudinais, atuantes no nível proposicional. A modalização marcada por *pode ser*₂ ocorre no nível interfrasal. *Pode ser*₂ é uma peça avulsa do discurso, constituindo, em si, um ato de fala (atitudinal, modal) completo, que é uma reação a um ato de fala anterior, como pode ser observado na ocorrência (2), repetida por conveniência:

(2)

— *Não estou querendo provar que a humanidade é perversa. Estou querendo, isso sim, provar que eu inconscientemente pedi as coisas que me aconteceram — porque sou mau, um homem totalmente degenerado, e mereci o castigo que a vida me impôs.*

— *Você está querendo provar que Deus é justo.*

O estrangeiro pensou um pouco...

— ***Pode ser.*** (DSP)

⁶ Dik et al. (1990, p. 35-36) subdividem os satélites atitudinais em: a) orientado para o conteúdo proposicional (por exemplo: *Na minha opinião*, ele deveria fazer isso); b) orientado para o evento (por exemplo: *Felizmente*, o cachorro foi logo encontrado); c) orientado para o participante (por exemplo: *Sabidamente*, João não respondeu ao desafio).

Como o enunciado (2) revela, *pode ser*₂ constitui um ato de fala produzido pelo enunciador para expressar sua apreciação em relação ao ato de fala apresentado pelo seu interlocutor (*Você está querendo provar que Deus é justo*). O posicionamento epistêmico assumido pelo falante, e expresso por *pode ser*, é de concordância com o interlocutor (não absoluta, e sim modalizada, situada no campo da possibilidade).

Em enunciados como (20), por outro lado, *pode ser*₂ poderia ser analisado como um satélite de ilocução, tal como definido na gramática funcional (DIK, 1997a,1997b; HENGEVELD, 1988, 1989; DIK et al. 1990). Observe-se:

(20)

*Ele trabalhava com Arnaldo e todo mundo se admirava como Arnaldo, reservado e estranho em relação às pessoas, mesmo desconfiado, se dera bem com Cissa. Este, um dia, perdira a Anna Maria: "não me chame mais de Cissa. Use meu nome. **Pode ser?**" Ela concordara, tanto fazia.* (DE-R)

Nesses casos, *pode ser*₂ atua como um atenuador do ato de fala anterior, que pode ser entendido como ameaçador para a face do interlocutor⁷. No enunciado (20), *pode ser*₂, interrogativo, diminui a força negativa que pode advir do ato de fala anterior, injuntivo (não me chame mais de Cissa. Use meu nome.) *Pode ser*₂ marca como uma sugestão aquilo que poderia ser compreendido como uma ordem.

Considere-se, então, que no nível ilocucionário, os satélites são entendidos como elementos que modificam a força da ilocução básica de uma expressão linguística, de modo a torná-la adequada à estratégia comunicativa do falante (HENGEVELD, 1989, p. 151), e fica explicado o entendimento de *pode ser*₂, em enunciados como (20), como um satélite de ilocução. Tais satélites acrescentam informações ao enunciado relativas à situação comunicativa, ao ato de fala que está sendo apresentado⁸. Por meio dos

⁷ A seção 2 do capítulo 5 é dedicada à discussão de funções discursivas como a de busca de aprovação do interlocutor, como na ocorrência (20).

⁸ Dik et al. (1990, p. 38-39) classificam os satélites de ilocução em: a) modo (por exemplo, *francamente, honestamente, brevemente*); b) beneficiário (por exemplo, *para seu próprio bem*); c) razão (por exemplo, *porque você quer saber*); d) condição (por exemplo, *se você não ouviu*); e) tempo (por exemplo, *pela última vez*).

satélites de ilocução, conforme explica Hengeveld (1989), o enunciador pode reforçar ou mitigar a força de um ato de fala.

Porém, é bastante reveladora da natureza de *pode ser*₂ a sua independência, não simplesmente sintática, mas, principalmente, pragmática, ilocucional. *Pode ser*₂ constitui, em si, um ato de fala completo e, mesmo nas ocorrências em que não é demarcado graficamente como um ato de fala independente, que são raras, a entonação do enunciado evidencia *pode ser* como um expressão independente ilocucionalmente:

(21)

*Falavam o diabo do Ezequiel e tudo o que eu via na minha frente era um pobre coitado. O Ezequiel parecia um cachorro vira-lata, aquela magreza, aquela tristeza, aquela cara de fome de cachorro de rua. Trabalhava numa loja de animais, um trabalho honesto, vender coelhos, ratos brancos, periquitos. Vender alpiste, ração, gaiolas. Nunca notei nada de estranho em Ezequiel. Ele ia cedo para o trabalho, trabalhava, voltava para casa, via televisão, varria a calçada, só isso. Nunca vi Ezequiel beber, fumar ou farrear com mulheres. Não jogava futebol, bilhar, cartas, não dançava aos domingos, nem ia à missa. Ficava em casa, com a mãe, uma senhora boa e trabalhadora. Tudo normal, menos o olhar, um olhar que olhava para tudo e para coisa nenhuma, que nem esses caras que fingem ser cegos na praça da Sé. Sei lá se ele estuprou um monte de mulheres, **pode ser**. As pessoas dizem isso. Estuprou uma menina, uma loira. Uma senhora honesta. Uma vendedora de pipocas. Uma vagabunda. E daí? O que eu tinha a ver com isso? (OMT)*

Note-se que a vírgula, na ocorrência (21), marca uma pausa forte e corresponde a um ponto final. Além disso, embora a pontuação marque o trecho *Sei lá se ele estuprou um monte de mulheres, pode ser* como única frase, a entonação descendente, própria de final de frase, que se dá aos dois segmentos separados pela vírgula, o apresentaria como duas frases. As duas partes desse período representam, assim, dois atos de fala distintos, sendo o primeiro (*sei lá se ele estuprou um monte de mulheres*) uma declaração, modalizada, do enunciador, e o segundo (*pode ser*) atitudinal, modal.

A independência pragmática, ilocucional de *pode ser*₂ é um dado crucial para esta pesquisa. Em razão de ser um ato de fala independente, há certo desconforto em tratar *pode ser*₂ como uma expressão adverbial, ainda que seja um elemento atitudinal e independente sintaticamente, como o são os advérbios modalizadores. Obviamente, qualquer elemento adverbial pode constituir um ato de fala em si. Entretanto, a atuação de *pode ser*₂ se dá

apenas no nível interfrasal, como um ato de fala modalizador de outro ato de fala, o que não é uma característica inerente aos elementos adverbiais.

A análise de *pode ser*₂ revela, desse modo, desenvolvimento em direção ao nível discursivo, com atuação absolutamente ligada ao fluxo conversacional, o que é condizente com um processo de intersubjetivização (TRAUGOTT, 2010; entre outras obras da autora) que, no entanto, não exclui o processo de gramaticalização.

Mas, como discutido no capítulo 3, não parece muito aceitável tratar esses desenvolvimentos em direção ao nível discursivo, como associados ao processo de gramaticalização. Reconhecendo-se, por outro lado, que *pode ser* apresenta outros encaminhamentos que são próprios da gramaticalização, fica difícil precisar se este é um ou não um caso de gramaticalização.

As palavras de Aijmer (1997), para a expressão inglesa *I think*, servem para *pode ser*₂: “*I think* foi ‘um passo além’ e se desenvolveu em um marcador discursivo ou partícula modal que é sintaticamente um ato de fala adverbial” (AIJMER, 1997, p.1).

A autora retoma a análise de Thompson e Mulac (1991), cujo texto é considerado básico no trabalho com a gramaticalização de elementos modalizadores, e apresenta um posicionamento diferente desses autores. Thompson e Mulac (1991) estudam a construção *I think (that)* como um caso de gramaticalização. Eles apontam que, como uma forma independente, *I think* atua fortemente como um advérbio epistêmico semelhante a *maybe* (talvez) em relação à oração com a qual se associa⁹. Aijmer (1997) salienta os valores discursivos de *I think* e defende a distinção entre gramaticalização e pragmatização, sendo que esse último processo explicaria o aproveitamento de *I think* no nível discursivo.

Não obstante as conclusões (ainda parciais) apresentadas até aqui, o exame de *pode ser* na perspectiva da gramaticalização não pode ser encerrado sem que sejam testados os parâmetros de gramaticalização que visam a identificar o processo. É o que se apresenta na próxima seção.

⁹ Os enunciados apresentados por Thompson e Mulac (1991, p. 313) mostram os diferentes comportamentos da construção *I think (that)*:

I think that we're definitely moving towards being more technological.

I think 0 exercise is really benefical, to anybody.

It's just your point of view you know what you like to do in your spare time I think.

1.2. Parâmetros de gramaticalização aplicados a *pode ser*

Os fenômenos associados à gramaticalização não são exclusivos desse tipo de mudança e, por isso, uma das preocupações dos estudiosos consiste em buscar maneiras de delimitar as fronteiras do processo. Nesse sentido, duas propostas bastante conhecidas são a de Lehmann (1982 [1995]) e a de Hopper (1991). Os autores indicam parâmetros para identificar o processo e aferir o grau de gramaticalização dos itens.

Para Lehman(1982 [1995]), a gramaticalização de um item se verifica por meio de seu grau de autonomia: quanto mais avançado no processo, menos autônomo será o item. Portanto, os critérios propostos por Lehmann¹⁰ objetivam verificar o grau de autonomia do signo.

Na perspectiva assumida por Lehmann (1982 [1995]), a gramaticalização é fortemente associada ao desenvolvimento da morfologia. Por isso, seus critérios não se mostram próprios para avaliação da gramaticalização de elementos que se desenvolvem em direção ao nível interpessoal, como itens processuais, ligados à organização da comunicação, como é o caso de *pode ser*.

Em uma perspectiva semântico-pragmática da gramaticalização, Traugott (1995b; TABOR; TRAUGOTT, 1998) questiona a abrangência de algumas tendências postuladas por Lehmann. Analisando o desenvolvimento de *indeed*, *in fact* e *besides*, na língua inglesa, Traugott (1995b) observa que diminuição de escopo e de liberdade sintática, critérios postulados por Lehmann, não deveriam ser considerados revelantes para alguns tipos de mudança gramatical. Tabor e Traugott (1998) mostram que o parâmetro “escopo estrutural” não deveria ser generalizado para todos os domínios da função gramatical. Os autores atestam tal asserção analisando quatro casos típicos de gramaticalização na língua inglesa (as construções de gerúndio, o uso do genitivo, os marcadores *instead of*, *instead* e o marcador discursivo *anyway*) que, no seu desenvolvimento, revelam aumento em escopo estrutural, contrariando, assim, a postulação de Lehmann.

¹⁰ Lehmann (1995 [1982]) propõe três principais aspectos (peso, coesão e variabilidade) e os relaciona aos eixos paradigmático e sintagmático. O resultado são seis critérios: integridade, paradigmaticidade, variabilidade paradigmática, escopo estrutural, conexidade e variabilidade sintagmática.

Hopper (1991, p. 18) observa que os estudos de gramaticalização mostram que os fenômenos a serem investigados não devem ficar restritos à morfologia. O objetivo de Hopper (1991), em texto considerado básico no trabalho com a gramaticalização, é suplementar a proposta de Lehmann, apresentando cinco princípios que regem o processo e que pretendem captar a gramaticalização em estágios mais incipientes.

Os princípios de Hopper (1991) revelam-se mais adequados para a avaliação da gramaticalização de itens com função no discurso. Por isso, eles serão testados em relação a *pode ser*. Os cinco princípios são estratificação, especialização, divergência, persistência e descategorização.

A **estratificação** refere-se à coexistência, em um domínio funcional, de diversas camadas, ou seja, de camadas alternantes. Dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo e, quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as camadas mais recentes.

Para verificar a aplicabilidade desse princípio é necessário avaliar o domínio funcional ao qual pertence o item. O paradigma das formas de expressão de avaliação epistêmica, do qual fazem parte *pode ser*₁ e *pode ser*₂ é um domínio bastante amplo. *Pode ser*, em seus usos epistêmicos, coexiste com muitas outras formas, como mostram as paráfrases:

(22)

“Deixa de brincadeiras, Lorenzo. O que você acha?”

*“Então, falando sério: **pode ser que** você tenha razão, Bruno. Não acha, Emilio?”* (ACM)

(22a) **É possível/ possivelmente/ talvez** você tenha razão, Bruno. / **Você deve ter razão**, Bruno.

(23)

— *Puxa, você me emocionava. Um dia, estava dirigindo, me pediu para amarrar o lenço no cabelo solto, o vento jogava nos olhos. Me atrapalhei todo, trêmulo, com medo de não dar o laço direito. Fizemos tantos planos no Arraial.*

— *Uma hora volto pra lá.*

— *Velha, aposentada!*

— **Pode ser.** (GD)

(23a) **Talvez/ É possível / Possivelmente/ Quem sabe**

Essas paráfrases, que não esgotam todas as possibilidades, mostram que o princípio da estratificação se aplica a *pode ser*, pois, sincronicamente, essa forma de expressão de avaliação epistêmica soma-se a outras formas dentro do mesmo domínio funcional.

Em relação a *pode ser*₂, com valor deôntico, as correspondências com expressões equivalentes não se mostram muito produtivas, talvez porque, nesse uso, o valor pragmático do item seja mais saliente que seu valor semântico. Observe-se (24) como exemplo:

(24)

- *Tem anil?*
- *É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.*
- *Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.*
- O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:*
- *Dupla?*
- ***Pode ser.*** (BH)

(24a) **Sim / Tudo bem.**

Em ocorrências como (24), *pode ser* marca um assentimento com condescendência ou com má vontade. O falante revela certa indiferença em relação ao processo, e esse posicionamento do enunciador, que está indexado em *pode ser*, não encontra fácil correspondência em outros termos. Por isso a equivalência com “sim” ou “tudo bem”, nesses contextos, deve ser relativizada. A disposição do enunciador de certo descaso está garantida quando a esses termos são somados recursos extralinguísticos, tais como linguagem corporal, gestos, tom de voz, etc., além de fatores como conhecimento mútuo. Nesse sentido, os usos deônticos de *pode ser*₂, como (24), parecem relacionar-se ao princípio da especialização.

A **especialização** refere-se ao estreitamento de escolhas pelo qual as construções gramaticais passam. Dentro de um domínio funcional, em um determinado estágio, várias formas, com diferentes nuances semânticas, são possíveis; quando a gramaticalização ocorre, essa variedade de escolhas formais estreita-se e um pequeno número de formas selecionadas assumem significados gramaticais mais gerais.

*Pode ser*₂ fica entendido como uma instanciação desse princípio, pois com a função de expressar um assentimento sem muita segurança, com má

vontade (*pode ser*₂, deôntico), a construção parece não ter concorrentes, indicando, assim, estreitamento de escolhas dentro desse domínio funcional.

A **divergência** refere-se à preservação da forma que deu origem a um processo de gramaticalização. Assim, o princípio da divergência resulta em pares ou múltiplos de formas que possuem etimologia comum, mas divergem funcionalmente.

Hopper (1991) observa que a divergência pode ser entendida como um caso especial de estratificação. Os dois princípios diferem, pois a estratificação refere-se a formas, em geral completamente distintas, que codificam uma mesma categoria, em determinado domínio funcional, enquanto a divergência remete a formas com diferentes estatutos gramaticais, porém com a mesma origem, em outras palavras, refere-se a uma forma que se gramaticaliza em um contexto, e não em outro.

Se se considera que *pode ser*, nos dois contextos examinados, predicado encaixador de proposição (*pode ser*₁) e construção independente (*pode ser*₂), apresenta graus distintos de gramaticalização, então, o princípio da divergência é válido para essa expressão.

O princípio da **persistência** remete à conservação, por parte da forma que sofreu gramaticalização, de alguns traços semânticos da forma fonte. Tal preservação explica, muitas vezes, as restrições que a forma gramaticalizada apresenta em sua distribuição.

Quando uma forma sofre gramaticalização, alguns traços de seu significado lexical original, desde que sejam gramaticalmente viáveis, tendem a permanecer na forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições em sua distribuição gramatical.

O princípio da persistência relaciona significado e função de uma forma gramatical à sua história como morfema lexical. Tal relação é, muitas vezes, completamente opaca no estágio da morfologização, mas em estágios intermediários pode-se esperar que uma forma seja polissêmica e que um ou mais de seus significados reflitam um domínio anterior.

A aplicação desse princípio a *pode ser* revela-se positiva, pois em todas as ocorrências analisadas, a expressão marca, em algum nível, o traço “ausência de certeza do falante”. Examinem-se os enunciados seguintes, repetidos por conveniência:

(1)

Pode ser que o sol apareça. (CVB)

(2)

— Você está querendo provar que Deus é justo. (...)

— **Pode ser.** (DSP)

(24)

— *Dupla?*

— **Pode ser.** (BH)

As três ocorrências são representativas dos usos de *pode ser* analisados. As duas primeiras apresentam diferenças sintáticas, mas ambas marcam a falta de crença do falante, seu descomprometimento em relação ao conteúdo avaliado. O valor deôntico que *pode ser* assume em enunciados como (24) é acompanhado, também, de hesitação do falante.

O último princípio de Hopper (1991), a **descategorização**, prevê que as formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias plenas, e assumir atributos característicos de categorias secundárias.

Conforme a análise apresentada na seção anterior, a perda de propriedades verbais, em *pode ser*₂ (neutralização das flexões de tempo, modo e pessoa; ausência de propriedades de predador), indica que a descategorização é um parâmetro aplicável à expressão em estudo.

Os princípios de Hopper (1991) mostraram-se aplicáveis a *pode ser*, mas isso, por si apenas, não é definitivo para a consideração de *pode ser* como um caso de gramaticalização. Tais princípios constituem uma ferramenta auxiliar na investigação de um processo de gramaticalização, e, como o próprio Hopper indica, quando a gramaticalização ainda não é dada como certa, os parâmetros não permitem identificá-la sem ambiguidade (Hopper, 1991, p.32).

Os fenômenos associados à gramaticalização não são exclusivos desse processo e, de modo semelhante, os critérios de Hopper também não são exclusivos da gramaticalização (HOPPER, 1991, p. 32). Como diz o autor, a gramaticalização não é uma questão de sim ou não, mas é sempre uma questão de grau e “os critérios que controlam essa gradação não são restritos à gramaticalização, mas são simplesmente critérios gerais de mudança” (HOPPER, 1991, p. 33).

É forçoso admitir que a aplicação dos princípios de Hopper (1991) somada às evidências de gramaticalização apontadas na seção anterior autorizaria dizer que se está diante de um caso incipiente de gramaticalização. Por outro lado, isso implicaria assumir que o desenvolvimento de *pode ser* como um elemento absolutamente ligado ao fluxo interacional é resultante de gramaticalização, o que não parece, para nós, ser o caso.

Como se nota, está-se em um terreno fluido e a conclusão, neste particular, aponta para a necessidade de outras investigações, em uma perspectiva diacrônica e, ainda, mais amplamente, sobre a própria natureza do processo gramaticalização.

CAPÍTULO 5

PROPRIEDADES SEMÂNTICAS E DISCURSIVAS DE *PODE SER*

1. *Pode ser*, marca de subjetividade e de intersubjetividade

Neste capítulo examinam-se as propriedades semânticas e discursivas de *pode ser*, salientando-se o deslizamento da expressão em direção ao componente discursivo da linguagem.

Analisa-se os valores (inter)subjetivos de *pode ser* com base na concepção de (inter)subjetividade de Traugott, desenvolvida em diversos trabalhos da autora já citados, e recentemente sintetizada em Traugott (2010). Os significados são considerados cada vez mais subjetivos, à medida que se tornam mais baseados nas crenças e nas atitudes do falante, e intersubjetivos quanto mais envolvem a atenção do falante em relação a seu ouvinte.

São tomados como parâmetros para aferir graus de subjetividade dos significados modais, o tipo de força modal (deôntica, epistêmica) e a natureza da força modal (legal, social, religiosa, conhecimento compartilhado, crença, opinião, etc.). Os significados modais são entendidos como intersubjetivos quando estão a serviço de estratégias pragmáticas de polidez, de atenuação, que visam à proteção da imagem do ouvinte.

Sustenta a análise a noção da modalidade como categoria multifuncional, conforme discussão do capítulo 2. *Orientada para o falante*, a modalidade serve essencialmente para marcar um posicionamento atitudinal dele. *Orientada para o ouvinte*, a modalidade serve como uma estratégia comunicativa, como um recurso de defesa e proteção de faces. Essas duas direções da modalidade se combinam nos enunciados e uma delas pode estar encarecida, o que também revela graus de (inter)subjetividade em *pode ser*.

1.1. A gradação em termos de subjetividade e de intersubjetividade

Pode ser expressa valores epistêmicos e deônticos. As 357 ocorrências localizadas no *corpus* distribuem-se entre os dois domínios da seguinte forma¹:

Tabela 5 – *Pode ser* nos domínios epistêmico e deôntico

	Epistêmico	Deôntico	
Pode ser₁	226 (100%)	-	226 (100%)
Pode ser₂	111 (85%)	20 (15%)	131 (100%)

Fonte: elaboração própria.

O valor epistêmico é predominante. *Pode ser₁*, em todas as ocorrências, expressa a modalidade epistêmica, o que indica ser essa uma forma consolidada de avaliação epistêmica. O eixo do conhecimento predomina também entre as ocorrências de *pode ser₂*: das 131 ocorrências analisadas, 111 (85%) são epistêmicas e apenas 20 (15%) são deônticas.

A avaliação epistêmica marcada por *pode ser* sempre tem relação com ausência de certeza. O enunciador avalia a proposição encaixada, no caso de *pode ser₁*, como algo que é possível, não se comprometendo com a verdade do que é dito e, assim, revelando baixo grau de adesão ao enunciado:

(1)

— *Somos eternos, Talbo. As Vozes me contaram isto, no tempo em que eu podia ver seus corpos e seus rostos.*

Talbo conhecia o Dom de sua mulher. Mas fazia muito tempo que ela não tocava no assunto. Talvez fosse o delírio.

— *Mesmo assim, nenhuma vida é igual à outra. E **pode ser** que não nos encontremos nunca mais. Preciso que você saiba que te amei a minha vida inteira. Te amei antes de te conhecer. Você é parte de mim.* (BRI)

Observe-se nesse enunciado que a oração encaixada (*não nos encontremos nunca mais*) é apresentada como um julgamento do enunciador, que considera o conteúdo proposicional incerto.

Dada a natureza avaliativa, hipotética, *pode ser₁* solicita uma organização modo-temporal específica, e, por isso, as orações encaixadas

¹ Conforme indicado no capítulo anterior, *pode ser₁* refere-se aos usos em que a expressão é um predicado encaixador de proposição e *pode ser₂* refere-se aos casos em que a construção é independente.

ocorrem, na grande maioria dos casos, no presente do subjuntivo, como em (1). A tabela seguinte apresenta os resultados do exame da flexão modo-temporal da oração encaixada nas ocorrências de *pode ser*₁:

Tabela 6 – Tempo e modo do verbo da oração encaixada em *pode ser*₁

Presente do subjuntivo	176 (80%)
Pretérito perfeito composto do subjuntivo	18 (8%)
Pretérito imperfeito do subjuntivo	11 (5%)
Pretérito perfeito do indicativo	7 (3%)
Presente do indicativo	4 (2%)
Futuro do presente do indicativo	1 (menos de 0,5%)
Total	216 (100%) ²

Fonte: elaboração própria.

A alta frequência do presente do subjuntivo (80%) revela uma correlação modo-temporal entre a matriz e a encaixada em que a matriz, *pode ser*, determina a flexão verbal da encaixada, a exemplo do que ocorre com outras sentenças matriz, tais como *é preciso, é possível, ter a impressão* (GONÇALVES et al., 2008; CASTILHO, 2010, entre outros). Ou seja, o valor semântico da oração matriz *pode ser* (eventualidade, dúvida, incerteza) implica determinações na oração encaixada, que, na grande maioria dos casos, permanece no subjuntivo. Considere-se que as ocorrências no modo subjuntivo somam 93% (80% do presente do subjuntivo, 8% do pretérito perfeito composto do subjuntivo, pretérito imperfeito do subjuntivo, 5%). Ocorrências de *pode ser*₁ com a sentença encaixada no modo indicativo são pouco frequentes.

As qualificações modais com *pode ser* trazem sempre para o enunciado a marca de ausência de certeza do falante e, dependendo do tipo de conhecimento no qual o enunciador se baseia para expressar sua avaliação, que determina a natureza da força modal, diferentes graus de subjetividade são expressos na construção. Leia-se a ocorrência (2):

(2)

Infelizmente a tendência atual não é esta. A constante pressão do marketing da indústria farmacêutica aliada à falta de informações e conscientização sobre o problema da resistência bacteriana por parte da classe

² Analisaram-se 226 ocorrências de *pode ser*₁. A diferença nessa tabela refere-se a casos em que a oração encaixada não apresenta verbo (*pode ser que sim*, por exemplo) ou é interrompida.

*médica já estão levando a um uso abusivo da gentamicina com o consequente aparecimento de patógenos a ela resistentes. Isto pode levar a uma modificação do quadro e **pode ser** que tenhamos que utilizar, em primeira escolha, os novos aminoglicosídeos. (ANT-T)*

Nesse enunciado, *pode ser*₁ registra uma avaliação baseada em dados, em fatos objetivos e expressa possibilidade contextualizada em razão lógica: com o aparecimento de patógenos resistentes à gentamicina, é possível que seja necessária a utilização de novos aminoglicosídeos. Trata-se da apreciação de um especialista fundamentada em conhecimentos científicos sobre a resistência bacteriana. São enunciados desse tipo que se encontram na literatura técnica.

Na ocorrência seguinte, *pode ser*₁ revela maior grau de subjetividade. O enunciador apoia-se em seu conhecimento de mundo e infere estimativas sobre o que seja possível ocorrer:

(3)

*Chorar é a sua manifestação de desagrado diante de sensações que para ele são insuportáveis. A maior parte das vezes esta inquietação está relacionada com a hora da mamada e pode ser traduzida como fome. Mas **pode ser** que o bebê chore e se desespera depois de mamar. Serão cólicas, alguma sensação desagradável relacionada com seu tubo digestivo? (PFI)*

Note-se que (3) não transmite um pensamento particular do enunciador, mas algo que ele sabe ser possível baseado em seu conhecimento sobre o mundo, sobre o comportamento de um bebê, na situação descrita no enunciado (*o bebê chorar e se desesperar depois de mamar*).

Em ocorrências como (2) e (3), *pode ser*₁ configura a modalidade epistêmica objetiva, em que a fonte da informação é externa ao falante. Nesse tipo de modalização, o falante avalia o estatuto de realidade do estado de coisas baseado em seu conhecimento de mundo, de situações possíveis. A ocorrência em (3) é entendida como mais subjetiva que (2), pois se refere a um conhecimento do domínio comum, pertencente ao repertório de uma comunidade da qual o falante faz parte, enquanto (2) envolve um conhecimento pertencente ao domínio científico, totalmente independente do enunciador.

Diferentemente, em enunciados como (4), *pode ser*₁ configura a modalidade epistêmica subjetiva, em que a fonte da informação é o próprio enunciador, que transmite uma crença particular:

(4)

*Uma vez no Rio, eu estava de férias passeando no carro da Nesita, quando parou um ônibus ao meu lado. Olhei e tinha uma menina linda me olhando. Dei uma piscada pra ela e ela retribuiu com um beijinho. Então dei uma lambida nos meus lábios e ela me fez uma careta. Depois rimos, e, quando o ônibus partiu, ela mandou um tchauzinho bem íntimo. Fiquei morrendo de vontade de parar o carro, subir no ônibus pra conhecer a garota. Deve ser uma menina legal, pra corresponder assim a uma brincadeira. Mas deixa ela ir embora. **Pode ser** que uma palavra estrague tudo. Essa cena nunca mais saiu da minha cabeça, nem o rostinho bonito dela. (FAV)*

Nessa ocorrência, o falante expressa uma conjectura, uma suposição sobre determinada situação (*uma palavra estragar tudo*), algo que ele crê que seja possível.

Portanto, *pode ser*₁ sinaliza aquilo que o falante sabe que é possível (como em 2 e 3) ou aquilo que ele crê que seja possível (como em 4), o que reflete diferentes graus de subjetividade do enunciador (menor nos primeiros casos e maior no último). Seja expressando uma opinião pessoal, seja emitindo uma avaliação baseada em dados externos ao falante ou baseada em razão lógica, *pode ser*₁ marca o descomprometimento do falante com relação ao conteúdo avaliado, e esse traço se mantém em *pode ser*₂, como em (5).

(5)

— *Mulherzinha estranha essa, hein, Motinha? — comentou.*
— *Estranha, mas tem lá o seu lugar — tornou o outro:*
— *É uma mulher interessante.*
— **Pode ser.** *Que é que você acha desse caso?*
— *Do Miraglia? Sei lá... tenho visto coisas. Não sei é como ele consegue arranjar tanta mulher bonita para matar. Se bem me lembro, é um sujeitinho meio insignificante. (AFA)*

Em ocorrências como (5), *pode ser*₂ configura a modalidade epistêmica subjetiva. O enunciador expressa um posicionamento particular (*pode ser*) em relação ao ato de fala expresso anteriormente (*é uma mulher interessante*). Na interlocução, como retomada de um dito do interlocutor, *pode ser*₂ representa concordância, assentimento.

Ressalte-se a mudança no nível de atuação da expressão. *Pode ser*₁ (como nas ocorrências 1 a 4) incide sobre o conteúdo proposicional da sentença encaixada, atuando, assim, no nível proposicional. *Pode ser*₂, por outro lado (como na ocorrência 5) modaliza o enunciado anterior, operando, então, no nível dos atos de fala.

*Pode ser*₂ é um uso fortemente subjetivo, pois revela sempre uma crença particular do falante. Ao mesmo tempo *pode ser*₂ indexa sempre intersubjetividade, pois representa uma avaliação do enunciador em relação ao interlocutor. Casos em que *pode ser*₁ expressa posicionamento do enunciador em relação ao dito interlocutor (como *pode ser*₂, em 5), pouco frequentes, são exemplificados em (6) e (7):

(6)

- *Mas 'tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!*
- *Sei lá... **pode ser** que não, mas **pode ser** também que sim.* (CHA)

(7)

Luiz Raul - Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós. .. Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

*Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, mas é a minha impressão...* (RE-D)

O caráter intersubjetivo dessas duas ocorrências é bastante claro, afinal, nelas, o enunciador se posiciona em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor. Mas há, ainda, outra escala de intersubjetividade que esses enunciados põem em evidência.

Em (6), *pode ser*₁ introduz palavras vicárias (*sim, não*) que retomam o ato de fala do interlocutor expressando sua (não) validade. As duas sentenças, afirmativa (*pode ser que sim*) e negativa (*pode ser que não*), relacionadas pela conjunção adversativa *mas*, cujo efeito de sentido envolve a desconsideração do fragmento anterior, revelam que o enunciador não tem opinião certa sobre o que lhe foi apresentado (*'tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!*). Essas operações reiteram a expressão de dúvida (*sei lá*) marcada logo no início da fala da personagem. Ou seja, em (6) o enunciado está modalizado para marcar, de parte do falante um posicionamento epistêmico de descomprometimento em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor (modalidade orientada para o falante).

No enunciado (7), por outro lado, a modalização assume outra função, é orientada para o ouvinte. O falante retoma o argumento do interlocutor, atribui-lhe alguma validade (*pode ser que não seja* (verdade)), e em seguida introduz o argumento definitivo (*mas é a minha impressão*), que reforça o

posicionamento assumido anteriormente (*sempre tive a impressão de que você sente um profundo desprezo pela gente*). Esse movimento de “avanço e recuo” constitui uma estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes no discurso, e envolve o trabalho de defesa e de proteção de faces³.

Dado que *pode ser*₁, em ocorrências como (7), é utilizado como um recurso na tentativa de evitar possíveis reações desfavoráveis do interlocutor, ou seja, envolve preocupação do falante com a recepção de seu enunciado pelo ouvinte, com a imagem do ouvinte, é considerado mais fortemente intersubjetivo que ocorrências como (6).

A análise das ocorrências do *corpus* revela *pode ser*₂ como uma peça do discurso, das relações interpessoais. Considere-se que *pode ser*₂ é utilizado, também, para expressar a concordância do enunciador em relação a situações que implicam controle e, nesses casos, expressa permissão concedida. Esses contextos envolvem situações em que o enunciador configura uma fonte deôntica, com poder para autorizar, ou não, a realização de determinadas ações que envolvem oferecimentos, propostas, convites, etc. Em razão de a fonte deôntica, nesses casos, ser o próprio falante, *pode ser*₂ transmite um significado deôntico subjetivo. A ocorrência seguinte é um exemplo:

(8)

W: Não, é aqui mesmo! Olha lá: Bar Rodoviária. Estamos chegando!

O: Ainda bem.

W: O que eu queria lhe propor era um negócio...

O: Ah, sei. Outra hora.

W: É um bom negócio, doutor!

O: Não estou interessado.

W: O senhor nem sabe o que é!

O: É que agora eu só consigo pensar na menina!

W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!

P: Eu?

*O: **Pode ser...** Pá animar!*

P: Mas Waldemar!

W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel.
(PED-D)

³ Na seção 2 deste capítulo, essa e outras funções discursivas serão discutidas.

Observe-se que, embora *pode ser*₂, nesses casos, represente admissão do enunciador em grau bastante elevado, podendo, inclusive, ser comparado a um advérbio, como “sim”, o valor de dúvida, incerteza, em algum grau, está presente. Ao utilizar a forma *pode ser* para permitir a realização de uma ação, aceitar um convite o enunciador revela certa indiferença em relação ao processo, falta de convicção em relação ao que deseja ou, ainda, admissão a contragosto.

Os usos de *pode ser*₂ deôntico com grau bastante elevado de intersubjetividade marcam a preocupação do enunciador com a recepção de seu enunciado pelo interlocutor. Nessas ocorrências, o ato de fala do enunciador é sentido por ele como, de alguma forma, ameaçador da face do interlocutor. *Pode ser*₂ é utilizado, então, como um recurso pragmático para diminuir a força desse ato de fala:

(9)

Luiz foi o primeiro a estender-lhe a mão:

— *Como vai, professor?... Soube que o senhor me procurou hoje.*

Vamos sentar.

— *Sente-se aqui, seu Aparício, falou Rangel, afavelmente.*

— *Não... Aqui não. Podemos ir para a sua sala, seu Luiz?...*

— *Como quiser...*

— *Mas eu faço questão que o Rangel também venha. **Pode ser?**...*

— *Claro que pode — atalhou Luiz. E saiu à frente. (ORM-R)*

Nessa ocorrência, o falante está impondo uma condição (O Rangel deve vir), e *pode ser*, em uma forma interrogativa, representa um pedido de permissão para aquilo que o falante está impondo. Assim, *pode ser*₂, nesse enunciado, é um disfarce para a imposição. Ao solicitar consentimento do interlocutor, o falante evita ser autoritário, dando espaço para que o ouvinte discorde dele. Trata-se de uma estratégia de polidez e de atenuação. É assim que *pode ser*₂, em enunciados como (9), tem a função de atenuar a força negativa que pode surgir do ato de fala anterior⁴. A modalização, nesses casos, claramente desempenha papel na preservação da face do interlocutor sendo, portanto, orientada para o ouvinte.

Embora os dois usos, *pode ser*₁ e *pode ser*₂, expressem subjetividade e intersubjetividade, a análise das ocorrências localizadas no *corpus* indicam que

⁴ Idem à nota 3.

pode ser₁ tende à subjetividade e *pode ser₂* se firma como marca de intersubjetividade. Em outras palavras, *pode ser₁*, em geral, marca posicionamento do falante em relação a um conteúdo proposicional por ele apresentado (subjetividade) e *pode ser₂* expressa sempre posicionamento em relação a um interlocutor ou a um ato de fala (intersubjetividade), mesmo quando ocorre em discursivo contínuo, como será discutido adiante. Embora os dois usos possam assumir funções fortemente pragmáticas, tais como evitar rejeição e busca de aprovação, *pode ser₂* parece ser a forma mais empregada nesses casos.

O contexto de ocorrência prototípico de *pode ser* são as situações de interlocução, o que se reflete nos dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela 7 – A distribuição de *pode ser* em discurso contínuo e em interlocução

	Pode ser₁	Pode ser₂ epistêmico	Pode ser₂ deontico	Total
Discurso contínuo	89 (39%)	24 (22%)	-	113 (32%)
Interlocução	137 (61%)	87 (78%)	20 (100%)	244 (68%)
Total	226 (100%)	111 (100%)	20 (100%)	357 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Esses resultados revelam que o funcionamento dessa expressão está fortemente relacionado ao fluxo da fala entre falante e ouvinte, especialmente quando não está ligada a uma oração encaixada (*pode ser₁*) e atua como uma peça avulsa (*pode ser₂*).

As situações interlocutivas predominam nos contextos de ocorrência de *pode ser₁* e de *pode ser₂* epistêmicos (61% e 78%, respectivamente) e prevalecem absolutas em *pode ser₂* deontico (100%). Observe-se, por outro lado, que a frequência de ocorrências em discurso contínuo é alta em *pode ser₁* (39%), pequena com *pode ser₂* epistêmico (22%) e é nula com *pode ser₂* deontico.

O que é bastante revelador da natureza interativa de *pode ser₂* é que a frequência desse uso em discurso contínuo deve ser relativizada. Nota-se que, mesmo nesses casos, a expressão representa um ato de fala em resposta a outro ato de fala, muitas vezes, em uma simulação do que seria uma conversa.

Ocorre que, embora o discurso contínuo seja, em princípio, discurso de uma só voz, nas ocorrências com *pode ser*₂, o falante estabelece um diálogo com si mesmo ou traz diferentes vozes para seu enunciado e interage com elas. Considere-se o enunciado (10):

(10)

*Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar — tal como mencionado no Livro das Origens ("Quando o Mal atingir o clímax, o Messias chegará, montado em seu cavalo branco, separando com sua espada de luz os justos dos pecadores")? **Pode ser.** De qualquer forma, porém, e considerando o que já aconteceu, o Messias está atrasado. O que não seria de admirar, com este infernal trânsito paulista. Como conseguirá ele subir até aqui? Entrará, a cavalo, no elevador?* (CEN)

Esse trecho apresenta um pensamento do enunciador, que considera diferentes argumentos por meio de um diálogo com si mesmo. Trata-se de um raciocínio em que o falante faz um questionamento (*Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar — tal como mencionado no Livro das Origens(...)?*) e depois, ele próprio, responde (*pode ser*). Nesse sentido, entende-se *pode ser*, em (10), como um ato de fala que é uma apreciação de outro ato de fala, ambos produzidos pelo mesmo enunciador.

No entanto, a situação mais comum de *pode ser*₂ em discurso contínuo envolve a referência a um ato de fala que não é do falante mas é trazido para o enunciado por meio de discurso indireto:

(11)

*Fecho a cortina do box, e o vapor vai me comendo. Vou perdendo de vista o meu corpo e o resto. Um dia, na sauna, meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos. **Pode ser.** Não sei o que uma coisa tem a ver com a outra. Só sei que vou levar uns bons anos até acertar com outro chuveiro igual a este.* (EST)

Note-se que, em (11), o “diálogo” também é fruto de uma elaboração mental do enunciador mas, nesse caso, envolve a consideração da fala de outra pessoa, um amigo, que é trazida por meio de discurso indireto (*meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos*). Essas ocorrências aproximam-se bastante das situações dialógicas, pois, nelas, insere-se indiretamente o dizer de outra pessoa.

A interação pode estabelecer-se, ainda, com um dizer pertencente ao domínio comum, como em (12):

(12)

*Que esperança de permanência me resta neste ambiente, não sei. O milagre de me acostumar? Ou o de, com o prolongar das horas, surgir um dia em que não sinta mais este peso, esta quase hostilidade que, hoje, por pouco não posso dizer esmagadora? Pode ser que isso venha a suceder. Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade. **Pode ser**. Confesso, porém: duvido. Duvido muito. Muitíssimo. (A)*

Nesse enunciado, *pode ser*₂ é uma apreciação sobre uma opinião geral (*Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade*). A marca evidencial *dizem que* remete a origem desse conhecimento a uma fonte alheia ao falante, e pertencente ao domínio comum. É com um dizer externo ao conhecimento do falante, portanto, que o enunciador dialoga nesse caso.

*Pode ser*₂ fica definido, então, como uma peça que tem funcionamento ligado à interação comunicativa, implicando, necessariamente, interlocução, troca. É, portanto, uma fórmula que marca intersubjetividade. Sendo uma expressão cuja operação ocorre no nível discursivo, seu âmbito de incidência pode tornar-se difuso, captável apenas no fluxo interacional.

Um exemplo bastante interessante foi observado no banco de dados Iboruna⁵, e, dada a particularidade desse uso, é pertinente analisá-lo:

(13)

Doc.: e que que cê acha dos pais que castigam assim muito os filhos?
Inf.: que casTlga? ah... tem que VÉ(r)... tipo::... se fô(r) MUlto:: GRAve a coisa assim... eu acho que num::... **pode aTÉ SÉ(r)** sabe? mas NAda de muito GRA::ve assim sabe? tirá(r) alguma coisa que go::sta... acho que isso [num]
Doc.: [qual] seria o motivo pra DÁ(r) o castigo assim?
Inf.: GRA::VE?
Doc.: é
(AC-012; RO: L 241-244)⁶

⁵ O banco de dados Iboruna é constituído por amostras de língua falada de informantes provenientes da região Noroeste do estado de São Paulo (Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiruá, Mirassol, Onda Verde e São José do Rio Preto). O *corpus* pode ser acessado em <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>.

⁶ As informações entre parênteses indicam o tipo de amostra (AC- Amostra Censo), o tipo de texto (RO- relato de opinião) e as linhas do arquivo original de onde a ocorrência foi extraída.

Nesse enunciado, *pode ser₂* refere-se a algo que não está expresso, mas que fica implicado no nível conversacional. O informante é solicitado a expressar sua opinião sobre o assunto “os pais castigarem os filhos”. Ele entende que tal assunto deve ser avaliado com cuidado, e não se mostra muito seguro em relação ao tópico sugerido, o que é registrado pelo trecho *ah tem que ver*, e acentuado pelas pausas e pela entonação que é dada às palavras (destaque para determinadas sílabas). Nessa ocorrência, *pode ser* diz respeito à ideia “os pais castigarem os filhos”, que não está expressa, mas está implicada no discurso, sendo perfeitamente captável na interação verbal que se estabelece entre documentador e informante. O item *até* refere-se a um nível mais elevado de uma escala em termos de gravidade da falta do filho, ou seja, a expressão *pode até ser* indica que, como reação a uma falta muito grave, é aceitável os pais castigarem os filhos.

O âmbito de incidência discursivo de *pode ser₂* é encontrado, também, em textos de língua escrita, em contextos interativos:

(14)

Será que nós não vamos ter seca, Oliveira? As formigas foram todas pro lado do riacho e isso não é bom sinal.

— *Coisas* — *resmungou o homem.*

*E ficou nisso a conversa. Na mente, ela lhe deu mil respostas, chamou-o de teimoso, de birrento, mas que ela sabia que isso era mau sinal, isso sabia. Não era a primeira vez. **Pode ser.** Deus queira que não seja, mas as formigas não enganam.* (TER)

Nesse enunciado, *pode ser₂*, em discurso indireto livre, refere-se a algo que a personagem infere, com base na resposta de seu interlocutor (*coisas*) a seu raciocínio anteriormente expresso (*as formigas foram para o lado do riacho e isso não é bom sinal*), que seja o pensamento do interlocutor. Oliveira dá a entender que o fato de as formigas estarem se encaminhando para o riacho não significa nada. *Pode ser*, no enunciado (14), é uma avaliação desse modo de pensar. Nesse sentido, entende-se que *pode ser₂* em ocorrências como (14), incide sobre um conteúdo que é captável apenas discursivamente.

1.2. A relação entre os tipos de textos e a (inter)subjetividade em *pode ser*

Nesta seção, examina-se a expressão *pode ser* em sua relação com tipos de textos que compõem o *corpus*. As observações que surgem desta análise são complementares às apresentadas na seção anterior, pois reiteram a natureza (inter)subjetiva da construção.

O enfoque que se assume para exame dos textos não está na diferença entre as modalidades escrita e falada, e sim nas práticas sociais de produção textual, em conformidade com Marcuschi (2001). Para explicitar essa perspectiva, convêm algumas breves considerações sobre as diferenças entre fala e escrita.

Diferentes processos de produção caracterizam os textos falados e escritos. Na fala, planejamento e execução são simultâneos, há envolvimento e identidade temporal (não necessariamente espacial) entre os interlocutores, estabelece-se uma atividade cooperativa. A escrita, por outro lado, é uma atividade mais individual, com maior planejamento que a fala e maior distanciamento entre interlocutores.

As duas modalidades, por vezes, são tomadas como estritamente dicotômicas, estanques. A língua falada é considerada contextualizada, dependente, redundante, não-normatizada, fragmentária, etc, em oposição à língua escrita, que é descontextualizada, autônoma, condensada, normatizada, completa, etc. No entanto, em alguns casos, a proximidade entre fala e escrita é grande e parece haver uma mescla, quase uma fusão, enquanto em outros a distância é mais marcada, mas não a ponto de serem considerados sistemas linguísticos díspares.

Para Marcuschi (2001), as semelhanças e as diferenças entre os tipos textuais devem ser vistas como provenientes de diferentes domínios discursivos em que se inserem os textos, e não simplesmente como diferenças entre linguagem falada e linguagem escrita. A proposta do autor, que é baseada em Koch e Österreicher (1990), é entender que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos” (MARCUSCHI, 2001, p.37).

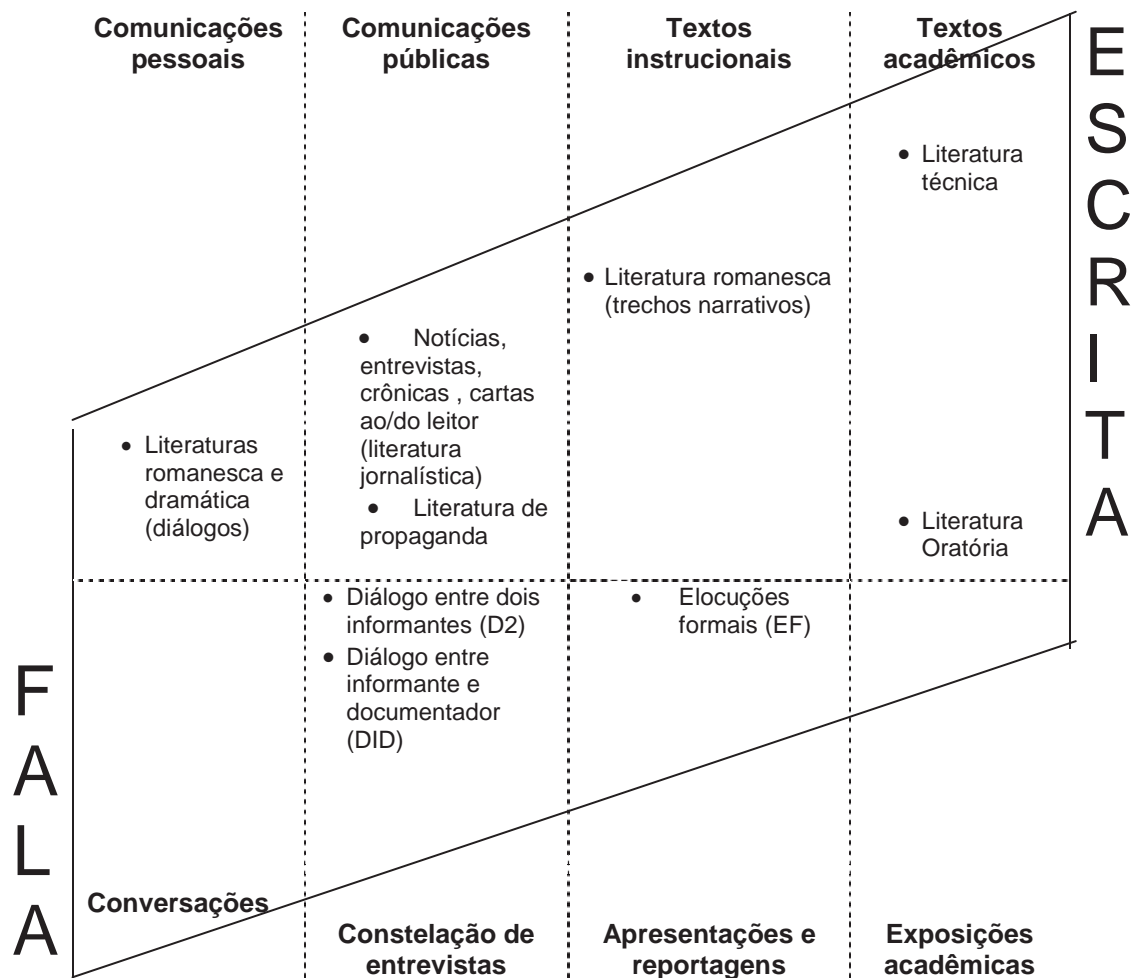
Há gêneros protótipos de fala e de escrita. Um exemplo de texto protótipo da fala seria uma conversa casual (com concepção oral e meio sonoro), e da escrita seria um tratado científico (com concepção escrita e meio gráfico). Entre esses dois extremos, estão textos produzidos em condição espontânea e natural nos mais diversos domínios discursivos. Sob muitos aspectos esses textos se entrecruzam, formando, assim, gêneros mistos, como, por exemplo, os bate-papos da internet e as notícias televisivas. As conversas instantâneas da internet apresentam meio de produção gráfico e concepção discursiva oral. As notícias de TV, por sua vez, possuem meio de produção sonoro e concepção escrita.

Seguindo a mesma linha de entendimento de Marcuschi (2001), propõe-se que os textos de fala e de escrita analisados sejam considerados a partir das práticas sociais em que eles ocorrem, o que permitirá o reconhecimento e o exame dos contextos de uso de *pode ser₁* e *pode ser₂* (ora mais subjetivos, ora mais intersubjetivos). No gráfico 1, adaptado de Marcuschi (2001) e apresentado na próxima página, os tipos textuais que compõem os *corpora* da pesquisa são dispostos em um *continuum* entre fala e escrita.

As literaturas que compõem o *corpus* de língua escrita não são homogêneas, por isso sua disposição no gráfico 1 é uma aproximação. A literatura romanesca, por exemplo, dada a heterogeneidade de sua composição, poderia situar-se em diferentes pontos do contínuo, dependendo do trecho sob exame. Considerando-se que grande parte da literatura romanesca é constituída por diálogos e trechos narrativos, ela é inserida em dois pontos.

O gráfico reflete a proximidade entre alguns textos examinados (especialmente aqueles de caráter mais dialógico como, por exemplo, os inquéritos D2 e DID, os textos da literatura dramática, as entrevistas, as correspondências jornalísticas, por exemplo) e também o distanciamento entre outros (entre as literaturas oratória e dramática, por exemplo).

Gráfico 1 - Representação do contínuo dos gêneros textuais, adaptado de Marcuschi (2001, p.41)



Fonte: adaptação de Marcuschi (2001).

Em razão de *pode ser* constituir uma expressão própria do fluxo comunicativo, há maior frequência de ocorrências nos textos situados mais próximos à parte esquerda do gráfico, em que a interação entre os interlocutores está privilegiada. Os tipos textuais situados na parte direita do gráfico, por sua vez, apresentam pouca frequência. É o que se verificou na análise das ocorrências.

Dado que as “literaturas” que compõem o *corpus* de língua escrita possuem extensões diferentes, conforme notado na parte introdutória deste trabalho, não convém calcular porcentagens de cada amostra em relação ao número total de ocorrências localizadas no *corpus* (por exemplo, 170

ocorrências na literatura romanesca correspondem a 51% do total (333 localizado nos dados de língua escrita).

O total de ocorrências identificado em cada amostra (romanesca, dramática, jornalística, oratória, técnica e de propaganda) deve ser examinado com base na extensão da amostra em questão, e não em relação ao total de ocorrências do *corpus*. Para aferir a frequência de ocorrências em cada tipo textual, propõe-se um cálculo entre o número de ocorrências identificadas e a extensão do arquivo examinado:

Tabela 8 – A relação entre número de ocorrências localizadas nos textos de escrita e a extensão dos arquivos

Tipo textual	Tamanho do arquivo (em número de palavras)	Total de ocorrências localizadas	Frequência de <i>pode ser</i> em relação à extensão do arquivo
Dramático	1.270.300	88	1 ocorrência a cada 14.435,22 palavras
Romanesco	5.401.605	170	1 ocorrência a cada 31.774,15 palavras
Propaganda	189.826	4	1 ocorrência a cada 47.456,5 palavras
Jornalístico	4.414.114	50	1 ocorrência a cada 88.282,34 palavras
Oratório	966.809	6	1 ocorrência a cada 161.134, 83 palavras
Técnico	3.135.771	15	1 ocorrência a cada 209.051,4 palavras

Fonte: elaboração própria.

A tabela 8 indica uma operação cujos números resultantes, na última coluna, apresentam-se em ordem crescente, a qual, inversamente, revela um decréscimo em termos de frequência de *pode ser*. Verifica-se, então, que *pode ser* é mais frequente nos textos dramáticos (em que se localiza 1 ocorrência a cada porção de texto constituído de 14.435,22 palavras), e menos frequente nos textos técnicos (em que se encontra 1 ocorrência a cada 209.051,4 palavras).

Os textos que se aproximam mais das conversações espontâneas são os que apresentam as maiores frequências de *pode ser* (romanesco e

dramático), o que, considerando-se a natureza interativa da expressão, era esperado. Na literatura romanesca, *pode ser* ocorre predominantemente em diálogos: 119 das 170 ocorrências, ou seja, 70%, ocorrem em diálogos. Na literatura dramática, obviamente, a expressão só ocorre nas simulações de conversação que compõem esse tipo de texto.

Considere-se que nos textos técnicos, cuja produção envolve maior distanciamento em relação ao interlocutor, ou seja, aqueles mais prototipicamente de língua escrita (MARCUSHI, 2001), *pode ser* apresenta a menor recorrência.

É interessante para a análise a observação da distribuição das ocorrências entre os tipos de *pode ser* analisados:

Tabela 9 – *Pode ser* nos textos de língua escrita examinados

Tipos textuais	Pode ser ₁	Pode ser ₂ epistêmico	Pode ser ₂ deônico	Total
Romanesco	104 (61%)	54 (32%)	12 (7%)	170 (100%)
Dramático	48 (55%)	33 (37%)	7 (8%)	88 (100%)
Jornalístico	34 (68%)	16 (32%)	-	50 (100%)
Técnico	14 (93%)	1 (7%)	-	15 (100%)
Oratório	4 (67%)	2 (33%)	-	6 (100%)
Propaganda	4 (100%)	-	-	4 (100%)

Fonte: elaboração própria.

A tabela 9 revela que *pode ser₂*, especialmente no sentido deônico, ocorre, privilegiadamente, em situações interativas. Note-se, ainda, que *pode ser₂* deônico foi localizado apenas nos textos romanescos e dramáticos e que *pode ser₂* epistêmico apresenta um percentual bastante pequeno nos textos técnicos e nulo nas propagandas.

Na literatura jornalística, *pode ser* ocorre em contextos informais (crônicas, entrevistas, correspondências), que frequentemente envolvem interlocução, reproduzida no texto jornalístico ou simulada. Examine-se a ocorrência (15) como exemplo:

(15)

O terreno de 322 metros quadrados foi doado pela Diocese e fica junto à escola Pio XI, ligada à Igreja. De acordo com os organizadores da campanha, a meta é concluir a obra no primeiro semestre de 2001, com previsão de inaugurar a unidade em agosto, durante a festa da padroeira do município, Nossa Senhora Rainha dos Anjos. "Pode ser que a inauguração aconteça antes do previsto, por conta dos bons resultados da campanha de doações que estamos fazendo", comenta o engenheiro civil Alexandre Araújo, membro da Pastoral da Família, que responde pela comissão de obras do projeto. (JCR)

Essa notícia comunica o andamento de determinada obra e introduz, em discurso direto, o comentário do engenheiro responsável que, dada sua posição, está autorizado a emitir juízos sobre o desenvolvimento da referida construção. Sem se estender na análise da função dessas inserções em textos informativos desse tipo, considere-se apenas que a introdução da fala de uma pessoa, como em (15), traz para a notícia o efeito de realidade, de imparcialidade, pretendido por esses textos.

Os textos jornalísticos, técnicos, oratórios e de propaganda não constituem ambiente favorável para a ocorrência de *pode ser*₂, com valor deôntico, como a ausência desses usos nesses tipos textuais denuncia. *Pode ser*₂ deôntico ocorre em situações espontâneas, ligado ao fluxo da fala entre os interlocutores, e esses contextos não estão privilegiados nesses tipos de textos.

Na literatura oratória e técnica, *pode ser*₂ (epistêmico) ocorre como uma avaliação, uma admissão, de algo que foi dito por outrem e que é trazido para o texto, por meio de discurso direto ou indireto, à semelhança do que se observou para os enunciados (10)-(12) comentados na seção anterior. O enunciado (16) é um exemplo de literatura técnica:

(16)

*Dizem que o cristianismo da Idade Média provocou uma espécie de "trevas" através do misticismo religioso, quando houve uma longa hibernação da cultura clássica. **Pode ser**, mas foi nesse tempo que se desenvolveu uma arquitetura realmente ímpar e esse fato nos interessa muito porque encerra um processo de criação artística totalmente baseado num sistema construtivo e nunca mais aproveitado, mesmo quando houve o Renascimento. (AQT-T)*

Note-se que, embora se trate de discurso contínuo, o caráter dialógico se estabelece. *Pode ser*₂, nesse caso, é uma avaliação de algo que se diz (*o cristianismo da Idade Média provocou uma espécie de "trevas" através do*

misticismo religioso, quando houve uma longa hibernação da cultura clássica.)
O enunciador dialoga com um conhecimento pertencente à esfera do conhecimento científico, cuja fonte fica indefinida por meio da utilização do evidencial (*dizem que*).

As ocorrências de *pode ser*₁ na literatura técnica são apreciações realizadas por especialistas, fundamentadas em argumentos objetivos, em conhecimento científico. O enunciado (2), rerepresentado, é um exemplo:

(2)

*Infelizmente a tendência atual não é esta. A constante pressão do marketing da indústria farmacêutica aliada à falta de informações e conscientização sobre o problema da resistência bacteriana por parte da classe médica já estão levando a um uso abusivo da gentamicina com o consequente aparecimento de patógenos a ela resistentes. Isto pode levar a uma modificação do quadro e **pode ser** que tenhamos que utilizar, em primeira escolha, os novos aminoglicosídeos. (ANT-T)*

Na literatura de propaganda, *pode ser*₁ é encontrado com valor mais fortemente interativo, o que é esperado, dado o objetivo argumentativo e persuasivo desse tipo de texto. A ocorrência (17) é exemplo:

(17)

*JEANS POOL - **Pode ser** que você já tenha encontrado aquele blue jeans que você não quer mais tirar do corpo. Mas **pode ser** que você ainda esteja procurando o blue jeans da sua vida. Nesse caso, experimente Pool. Pool é um blue jeans onde você não vai encontrar bordados, rocosós, assinaturas de costureiros, enfeites de metal, tecido sintético etc. Em compensação, vai encontrar a simplicidade e o caimento do velho, bom, autêntico e tradicional blue jeans que você está procurando. (P-REA)*

O texto busca estabelecer um contato com o público alvo, lançando hipóteses sobre suas atividades (*pode ser que você já tenha encontrado aquele blue jeans que você não quer mais tirar do corpo; pode ser que você ainda esteja procurando o blue jeans da sua vida*) que visam a “preparar terreno” para a argumentação que se segue, em um claro jogo persuasivo.

Considere-se, agora, a distribuição de *pode ser* nos inquiridos de língua falada:

Tabela 10 – *Pode ser* nos textos de língua escrita examinados

Inquéritos	<i>Pode ser</i> ₁	<i>Pode ser</i> ₂ epistêmico	<i>Pode ser</i> ₂ deôntico	
D2	6 (33%)	3 (60%)	-	9 (37%)
DID	7 (39%)	2 (40%)	1(100%)	10 (42%)
EF	5 (28%)	-	-	5 (21%)
Total	18 (100%)	5 (100%)	1 (100%)	24 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Chama a atenção nos dados de língua falada a baixa frequência em inquéritos do tipo elocuições formais (EF). As elocuições formais são produções orais assimétricas realizadas por informantes que assumem posição hierárquica em relação a seus ouvintes. A quase ausente troca entre os interlocutores e o alto grau de formalidade explica a mais baixa recorrência de *pode ser*₁ nesses inquéritos e a ausência de *pode ser*₂.

A única ocorrência de *pode ser*₂ deôntico, nos dados de língua falada, reflete a situação em que foram realizadas as gravações do NURC:

(18)

Doc [

qual o tipo de olhos que você prefere?

]

Inf *tipo?...ou cor?*

Doc [

*tanto faz, **pode ser** (inaudível)]*

Inf *aí é...difícil de dize(r) prefiro do tipo pra mim é o tipo normal não sei o que possa considera(r) normal, mas é o...maior...percentual que ocorre agora, a cor sim tenho preferência pela cor verde*

Doc [

você acha que as condições da vida moderna provocam maiores problemas para os olhos?...poeira, TV?

(NURC/POA DID 09)

O documentador (doc) está investido de certa autoridade. Ele é responsável pelo registro e tem, também, a função de manter a conversação e direcioná-la para determinados assuntos. O documentador representa, então, uma fonte deôntica, nesses casos. Assim, na ocorrência (18), *pode ser*₂ sinaliza para o informante que ele pode, tem permissão, para falar sobre o tipo ou a cor dos olhos.

1.3 Sobre o desenvolvimento semântico-pragmático de *pode ser*

As análises apresentadas revelam uma gradação em termos de (inter)subjetividade, que pode ser resumida da seguinte forma:

- 1) *Pode ser₁* é sempre expressão de subjetividade do enunciador, sinalizando atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional apresentado. Tal subjetividade pode ser maior ou menor, dependendo da evidência que o enunciador possui para a qualificação modal.
- 2) *Pode ser₁* também marca intersubjetividade do enunciador, ao expressar uma admissão em relação ao ato de fala de seu interlocutor.
- 3) *Pode ser₂* firma-se como uma fórmula avulsa do discurso, típica de situações interacionais. O posicionamento epistêmico não é mais em relação à proposição expressa pelo enunciador (como em *pode ser₁*), mas é em relação ao ato de fala do interlocutor. Dado o grande aproveitamento de *pode ser₂* nos discursos, em alguns casos a construção deixa de implicar conhecimento (domínio epistêmico) e passa a implicar controle sobre as ações (domínio deontico).
- 4) *Pode ser₂* passa a representar uma estratégia pragmática de atenuação, o que revela preocupação do falante com a recepção do enunciado pelo interlocutor.

Essas observações sugerem que está atuante nesses contextos um processo de (inter)subjetivização, como definido por Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2010, entre outros), em que se verifica:

- alteração no nível de atuação da expressão, do nível proposicional (*pode ser₁*) para o nível dos atos de fala (*pode ser₂*);
- aumento de (inter)subjetividade (*pode ser₁* tende à expressão de subjetividade e *pode ser₂* é intersubjetivo), que se reflete em diferentes direções de modalização (*pode ser₁* marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o falante, enquanto *pode ser₂* marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o ouvinte).

Tais alterações seriam explicadas pela hipótese desenvolvida especialmente em Traugott e Dasher (2002), segundo a qual as mudanças no processo de (inter)subjetivização tipicamente envolvem o desenvolvimento de significados que funcionam no nível proposicional para significados com âmbito

de incidência sobre a proposição, e daí para significados com escopo sobre unidades discursivas (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p. 40). Essas trajetórias são esquematizadas no quadro seguinte, traduzido de Traugott e Dasher (2002):

Quadro 4 - Trajetos correlacionados de direcionalidade na mudança semântica

verdade condicional		>		verdade não condicional
representacional	>	representacional/processual	>	Processual
escopo dentro da proposição	>	escopo sobre a proposição	>	escopo sobre o discurso
não subjetivo	>	subjetivo	>	intersubjetivo

Fonte: Traugott e Dasher (2002, p. 40).

Os valores (inter)subjetivos observados em *pode ser* corresponderiam, de modo geral, às duas últimas colunas desse esquema. De um valor subjetivo (*pode ser*₁), com escopo sobre a proposição, o item teria desenvolvido um valor intersubjetivo (*pode ser*₂), absolutamente ligado à comunicação, com escopo sobre unidades discursivas.

Segundo Traugott e Dasher (2002), os processos de subjetivização e intersubjetivização estão, por hipótese, relacionados à díade falante-ouvinte, e derivam do mecanismo de inferência metonímica. Os autores propõem o que chamam de *teoria de inferência sugerida da mudança semântica*, segundo a qual os significados dos itens se tornam cada vez mais pragmáticos e processuais, ou seja, cada vez mais passam a ser utilizados para a organização da comunicação.

Nesse processo, ocorre a convencionalização de implicatura conversacional (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002) que pode estar na base das alterações observadas em *pode ser*. A mudança seria desencadeada pelos contextos em que *pode ser*₁, expressão de modalidade epistêmica, é usado para expressar uma admissão do falante em relação ao interlocutor, como mostrado em (6):

(6)

- *Mas 'tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!*
- *Sei lá... **pode ser que não, mas pode ser também que sim.*** (CHA)

Nesse caso, *pode ser*₁ não introduz um conteúdo proposicional, mas sim retoma o enunciado do interlocutor, admitindo sua validade e situando-a no campo da incerteza. 6t

O valor de admissão com o interlocutor está convencionalizado em *pode ser*₂ epistêmico, que é uso prototípico de situações de interlocução, como em (5), já discutido:

(5)

— *Mulherzinha estranha essa, hein, Motinha? — comentou.*
— *Estranha, mas tem lá o seu lugar — tornou o outro:*
— *É uma mulher interessante.*
— **Pode ser.** *Que é que você acha desse caso?*
— *Do Miraglia? Sei lá... tenho visto coisas. Não sei é como ele consegue arranjar tanta mulher bonita para matar. Se bem me lembro, é um sujeitinho meio insignificante.* (AFA)

Sendo uma expressão convencionalizada com o valor de admissão em situações de interação verbal, em determinados usos *pode ser*₂ deixa de implicar consentimento no campo do conhecimento (epistêmico) e passa a implicar admissão no campo das ações (deôntico), como na ocorrência (8), rerepresentada:

(8)

W: Não, é aqui mesmo! Olha lá: Bar Rodoviária. Estamos chegando!
O: Ainda bem.
W: O que eu queria lhe propor era um negócio...
O: Ah, sei. Outra hora.
W: É um bom negócio, doutor!
O: Não estou interessado.
W: O senhor nem sabe o que é!
O: É que agora eu só consigo pensar na menina!
W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!
P: Eu?
O: Pode ser... Pá animar!
P: Mas Waldemar!
W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel.
(PED-D)

Convencionalizado como um consentimento em relação a uma ação, *pode ser*₂ deôntico passa a ser utilizado em enunciados interrogativos para solicitar consentimento do enunciador, como um recurso pragmático, uma

estratégia de atenuação de um ato de fala que pode ser ameaçador ao interlocutor. A ocorrência (9), também já analisada, é um exemplo:

(9)

Luiz foi o primeiro a estender-lhe a mão:

— *Como vai, professor?... Soube que o senhor me procurou hoje. Vamos sentar.*

— *Sente-se aqui, seu Aparício, falou Rangel, afavelmente.*

— *Não... Aqui não. Podemos ir para a sua sala, seu Luiz?...*

— *Como quiser...*

— *Mas eu faço questão que o Rangel também venha. **Pode ser?**...*

— *Claro que pode — atalhou Luiz. E saiu à frente. (ORM-R)*

A análise dos dados indica, portanto, que os usos deônticos de *pode ser* são posteriores aos usos epistêmicos o que revela um percurso bastante interessante e, na verdade, inesperado, considerando-se os estudos históricos sobre o desenvolvimento dos significados modais. Embora esteja fora do alcance deste estudo buscar comprovação histórica para tal suposição, sugere-se que essa seja, sem dúvida, uma forte hipótese.

A questão é que tal desenvolvimento contrariaria os estudos sobre o desenvolvimento dos significados modais. Os linguistas que se dedicaram a buscar as origens dos elementos modalizadores comprovaram que o desenvolvimento neste campo se dá do domínio deôntico para o epistêmico, e não o contrário (TRAUGOTT, 1989; SWEETSER, 1990; BYBEE et al., 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002; entre outros). Em relação aos verbos modais, assim Traugott se expressa:

A história dos auxiliares modais no inglês (ou mesmo em qualquer língua) é muito complexa, e qualquer discussão breve, certamente, será muito simplificadora. Entretanto, diversas mudanças parecem razoavelmente sólidas. É, por exemplo, bem conhecido que, na história do inglês, os auxiliares em questão já foram verbos principais, e que significados deônticos dos modais são mais antigos que os significados epistêmicos. (cf. Shepherd, 1982, Bybee & Pagliuca, 1985) (TRAUGOTT, 1989, p.36)

Esses estudos, porém, parecem desconsiderar as relações interacionais, a tensão comunicativa que se estabelece entre falante e ouvinte, em que se encaixam os elementos modalizadores. Como diz Guo (1995, p. 229), “dada suas limitações metodológicas, estudos históricos raramente investigam o

papel desempenhado pelas funções discursivas, interpessoais na mudança semântica”.

Sweetser (1990), por exemplo, analisa os significados epistêmicos como extensão metafórica dos significados de raiz (que inclui habilidade/capacidade e valores deônticos). A mudança é entendida como envolvendo uma transferência de conceitos do domínio sociofísico para o domínio mental, do conhecimento. Atente-se, então, que as motivações de um processo metafórico são cognitivas e, nesse domínio parece lógico que os significados epistêmicos sejam posteriores aos significados de raiz. Há um raciocínio por trás dessa transferência: por exemplo, quando se diz que é provável (epistêmico) que alguém ande de bicicleta, isso significa que não há nenhuma autoridade (deôntico) que impeça essa ação e que essa pessoa está capacitada (capacidade/habilidade) para isso. É preciso observar, entretanto, que nesses casos a modalidade se realiza no nível das proposições (entendidas como emissão de um juízo).

A expressão *pode ser*₂ não estabelece relação modal canônica, no nível das proposições. Ela atua no nível dos atos de fala, das relações interpessoais e, nesse caso (salvo erro), desconhecem-se estudos comprovando o trajeto deôntico>epistêmico.

É possível que a função pragmática de *pode ser*₂, (como marca de admissão do falante com o interlocutor) tenha “saturado” seu conteúdo semântico epistêmico resultando em um novo significado (deôntico). A ideia é que, quando a expressão passa a ser utilizada apenas na interação verbal (*pode ser*₂), o valor modal de avaliação epistêmica (de *pode ser*₁), que implica admissão de algo em termos de conhecimento, pode ter se rotinizado possibilitando a utilização de *pode ser*₂ também para admissão pragmática de uma ação ou de um ato (valor deôntico).

Essa análise encontra correspondência em trabalhos como Guo (1995), segundo o qual as funções comunicativas dos modais ajudam a estruturar o conteúdo semântico do item e influenciam sua mudança semântica. Analisando o modal *néng* do mandarim, correspondente ao inglês *can*, o autor aponta que a função discursiva do modal constitui uma parte essencial, inalienável do significado do item e forma uma importante origem para a mudança semântica (GUO, 1995). A função discursiva de *néng* gradualmente satura seu conteúdo

semântico, resultando em um novo significado. Guo explica que “o que se iniciou como um significado contextual frequentemente associado com a forma tornou-se convencionalizado e incorporado ao conteúdo semântico daquela forma” (GUO, 1995, p.230), por meio de um processo metonímico (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991).

2. O papel de *pode ser* no jogo discursivo

Ao longo deste trabalho, em diversos momentos, analisaram-se ocorrências de *pode ser*, em que a construção tem um papel extremamente relevante no estabelecimento, na manutenção, no gerenciamento da “tensão” comunicativa entre os interlocutores. Nesses casos, a modalização em sua função interpessoal — orientada para o ouvinte — é proeminente. Ficou sugerido, então, que *pode ser* é um conjunto bastante solicitado, útil e produtivo nas relações interpessoais.

Nesta seção, examina-se o aproveitamento da construção no jogo discursivo, que, determinado por regras de convívio social, solicita a utilização de estratégias pragmáticas tais como a atenuação e a polidez.

Discutem-se algumas funções discursivas de *pode ser*, localizadas no *corpus* da pesquisa. Analisa-se o papel da expressão na orientação da interação comunicativa, na busca de aprovação do interlocutor e no gerenciamento de pontos de vista divergentes, incluindo-se aí as construções do tipo *pode ser*_{1,2} (...), *mas* e os parentéticos epistêmicos com função de proteção de faces.

2.1. *Pode ser*₂, orientador da interação comunicativa

Em determinadas ocorrências, *pode ser*₂ atua na estruturação da conversação, colaborando para o movimento organizacional do texto falado, como no enunciado seguinte:

(19)

L2 ahn ahn... mas isso já está acontecendo você vê você deve conhecer uma experiência que fizeram com ratos de amontoar rato em::em gaiolas pequenas e deixar reproduzir reproduzir...

L1 ahn

L2 *chega uma hora quando essa popula/ população está assim que ... ah::mesmo tendo comida à vontade... mas esPAÇO vital de cada um muito restrito ... que deixam de::reproduzir ... não tem mais necessidade sexual né? Inclusive começam a se matar uns aos outros ... uhn uhn*

[
L1 *então é óbvio...mas o sistema é simples não dá colapso de população total...*

L2 *uhn*

L1 *para nós...como está ficando tudo muito complicado pode dar um colapso total...então o que eu acho é o seguinte...pode ser uma questão de probabilidade...surgir alguma coisa que dê colapso total...vê começa a*

[
L2 ***pode ser***

L1 *juntar muita gente na cidade então...a::través de que atividades começa a planejar mais alimen::to et cetera então não tem nada disso de...diminuir a população certo?...vem chegando mais gente chegando mais gente chegando mais gente...mas ainda é um problema assim () vai chegar uma hora que::... (dá isso em) zebra né?*

(NURC / SP D2 343)

*Pode ser*₂, nesse enunciado, ocorre sobreposto à fala do locutor 1, demonstrando atenção, assentimento e/ou apoio do locutor 2 em relação ao raciocínio apresentado. Com *pode ser*₂, o enunciador expressa que o interlocutor tem razão e tal atitude contribui para o desenvolvimento da conversação, na medida em que o falante produz um *feedback* para seu interlocutor, “encorajando-o” a prosseguir. Desse modo, o posicionamento epistêmico do enunciador, marcado por *pode ser*₂, no enunciado (19), colabora para a continuidade, para a manutenção da conversação e tal função pragmática é própria da classe de marcadores discursivos.

Os marcadores discursivos têm sua razão de ser em funções interacionais e atuando no fluxo conversacional, no processamento textual. Nas palavras de Urbano (1997, p.86), “são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal”.

Esses elementos constituem uma categoria pragmática bem consolidada na linguagem, que abriga itens de constituição bastante diversificada (MARCUSCHI, 1989; URBANO, 1997; entre outros). Urbano busca captar as características básicas dos marcadores discursivos dizendo que são típicos da fala, “de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomaticidade e significação discursivo-interacional” (URBANO, 1997, p.85-86).

Risso et al. (2006, p.404) apontam que, nos estudos, não tem havido preocupação ou consenso em relação à natureza das propriedades dos marcadores, e buscam apresentar uma investigação mais cuidada sobre o tema. A partir da análise das 1.298 ocorrências de marcadores discursivos (considerados como tal, em termos consensuais ou não) identificadas no chamado *corpus* mínimo do projeto NURC, os autores notam que os seguintes traços estão fortemente associados à classe: a) exterioridade em relação ao conteúdo proposicional; b) independência sintática; c) não autonomia comunicativa; d) alta recorrência; e) transparência semântica parcial; f) invariabilidade formal ou variabilidade restrita; g) massa fônica reduzida (até três sílabas); h) demarcação prosódica.

Pode ser₂, em ocorrências como (19), está em conformidade com os critérios a (externo ao conteúdo proposicional), b (sintaticamente independente), f (invariável), g (massa fônica reduzida) e h (demarcação prosódica).

Durante a audição das gravações dos inquéritos selecionados para análise nesta pesquisa, investigaram-se possíveis traços demarcadores de *pode ser₂*, tais como rebaixamento no tom de voz, destaque, variação melódica, pausa antes e durante a realização da construção. Observou-se que, das quatro ocorrências identificadas no *corpus* com essa função discursiva, apenas uma não possui demarcação prosódica (ocorrência 20, adiante). Nas demais ocorrências, *pode ser₂* localiza-se em início de turno conversacional, com breve pausa após a pronúncia, ou constitui sozinho o turno conversacional (ocorrência 19, já apresentada, por exemplo).

(20)

F1 Barra

F2 você dá a volta?

F1 [eu já acho fora do perímetro urbano

F2 bom mas a finalidade não é o perímetro urbano é tudo

F1 (es)tá **pode ser** mas a

F2 bom você sobe mas...

F1 minha vida é dentro da cidade

F2 certo mas você sobe...

F1 pra Barra você...

F2 você sobe o Alto da Boa Vista

F1 (pra Barra você...) depende se você vai pelo Leblon você não sobe

F2 correto mas você pode subir

(NURC / RJ D2 158)

A audição do inquérito ao qual pertence a ocorrência (20) revela que se instaura desde o início da entrevista um clima não muito simpático entre os interlocutores. O falante 1, por diversos momentos, menospreza, embora não abertamente, os posicionamentos do falante 2, e coloca-se em posição de superioridade. O trecho selecionado em (20) apresenta uma discussão, sempre polida, entre os informantes a respeito da (in)consciência da topografia da cidade em que residem. As vozes, então, se alteram. As frases são pronunciadas rapidamente, em tom de disputa. Merece destaque a recorrência de *mas*, demonstrando a posição contrária que o falante 1 assume em relação aos argumentos do falante 2: *bom **mas** a finalidade não é o perímetro urbano é tudo; bom você sobe **mas**; certo **mas** você sobe; correto **mas** você pode subir*. É possível, então, que a ausência de demarcação prosódica verificada em (20) se deva ao clima tenso que, particularmente nesse momento da conversação, se intensificou.

Para ser considerado um marcador discursivo, *pode ser₂* esbarraria nos seguintes fatores indicados por Risso et al. (2006): alta frequência, transparência semântica, não autonomia comunicativa.

Primeiramente, o item não apresenta alta frequência. Para um *corpus* constituído por 15 inquéritos do projeto NURC, Risso et al. (2006) consideram 1 a 3 repetições, frequência baixa, 4 a 9 repetições, frequência média, 10 repetições em diante, frequência alta. Considere-se, então, que nesta pesquisa, localizaram-se apenas 4 ocorrências de *pode ser₂* como marcador discursivo em 60 inquéritos examinados, e a baixa frequência da expressão, dentro dos parâmetros propostos por Risso et al., fica evidenciada.

Além disso, *pode ser₂* é transparente semanticamente, contrariando o fator transparência semântica parcial, prototípica dos marcadores discursivos, segundo Risso et al. (2006). O conteúdo semântico de *pode ser₂* não é neutralizado ou modificado como acontece, por exemplo, com os itens *olha* ou *sabe*, na função de marcadores discursivos. A expressão, também na função discursiva de organizador da interação, marca um posicionamento epistêmico do enunciador, que avalia um conteúdo como possibilidade, eventualidade.

Pode ser₂ também contraria o critério não autonomia comunicativa, que pertence ao núcleo-piloto definidor dos marcadores discursivos, nas palavras

de Risso et al. (2006, p. 420). Tome-se como exemplo a ocorrência (19) em que a expressão constitui em si um enunciado completo. Risso et al. salientam que a condição de marcador discursivo não é dada pela coocorrência de todos os traços considerados fortes, mas alguns são considerados os mais prototípicos: exterioridade em relação ao conteúdo proposicional; independência sintática; falta de auto-suficiência comunicativa.

Portanto, *poder ser₂* apresenta algumas características típicas da classe dos marcadores discursivos (externo ao conteúdo proposicional, invariável, sintaticamente independente, massa fônica reduzida, demarcação prosódica) e contraria outras (frequência, transparência semântica, não autonomia comunicativa), sendo uma delas essencial, segundo Risso et al. (2006), para a condição de marcador discursivo.

Risso et al. (2006) indicam que determinados elementos constituem unidades limítrofes à classe dos marcadores discursivos, pois apresentam alguns traços prototípicos e, ao mesmo tempo, ausência de algumas características consideradas essenciais para a condição de marcador discursivo. É o caso, por exemplo, de alguns elementos modalizadores (acho, acredito, etc).

Entende-se, então, que *pode ser₂*, em ocorrências como (19) e (20), também constitui uma unidade limítrofe à classe dos marcadores discursivos, ou seja, é um elemento que se intersecciona com os marcadores discursivos pelo estatuto comum de mecanismo verbal da enunciação (RISSO et al., 2006, p. 421).

2.2. O caso de *pode ser (...), mas*

2.2.1. *Pode ser (...), mas, estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes*

Enunciados em que *pode ser* é seguido de uma objeção introduzida por *mas* constituem 23% das ocorrências examinadas (84 ocorrências de um total de 357). Tais construções são uma fórmula extremamente produtiva para o gerenciamento de diferentes perspectivas no discurso. A estratégia do enunciador, nessas sentenças, consiste em atribuir validade a uma possível

objeção a seu raciocínio, mas considerá-la irrelevante. Em outras palavras, o enunciador parte de um pensamento oposto ao seu e sobre ele assenta sua declaração.

Considere-se a ocorrência (21):

(21)

Tendo ouvido falar que eu, quando menino, fui escoteiro, uma jovem leitora de São Paulo, Célia Maria, me escreve para dizer que, como bandeirante, tem curiosidade em saber o que significou o escotismo para mim.

Antes de mais nada: ainda existem escoteiros? A bem dizer, há muito tempo que não vejo um. A não ser que hajam passado a andar à paisana, como os padres e os militares mais discretos.

*Segundo aquela definição lusitana, o escotismo vem a ser um bando de miúdos vestidos de parvos, comandados por um parvo, vestido de miúdo. **Pode ser** que hoje em dia assim seja, **mas** para mim foi um pouco mais que isso. (FE-CR)*

O enunciador apresenta uma breve avaliação sobre o que representa o escotismo nos dias atuais, para, em seguida, introduzir, em sentido oposto, a sua impressão. Desse modo, o produtor do texto prevê um ponto de vista contrário ao seu e se antecipa a ele, admitindo-o e atribuindo-lhe alguma relevância (*pode ser que hoje em dia assim seja*). A concordância não é, entretanto, registrada sem resistência, não é absoluta. O fato admitido vem modalizado, situado no campo da não factualidade. O argumento definitivo (*para mim foi um pouco mais que isso*) surge em sentido contrário à admissão, tirando-lhe, assim, a validade absoluta.

Essa operação constitui um recurso na tarefa do *fazer crer*, na medida em que diminui a assertividade da declaração, ou, em outros termos, “prepara o terreno” para que a argumentação seja bem recebida pelo interlocutor. Um discurso sem concessões, autoritário, tem menos força argumentativa que um fundamentado na liberalidade, ainda que aparente.

A objeção assumida nesses enunciados pode ser advinda de um raciocínio do próprio falante que pressupõe posicionamentos contrários, como na ocorrência (21), mas também pode ser a retomada da fala do interlocutor. Esses últimos casos, naturalmente, ocorrem apenas em textos dialógicos:

(7)

Luiz Raul - Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós. .. Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

*Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, **mas** é a minha impressão... (RE-D)*

O que se observa em ocorrências como (7), reapresentada por conveniência, é que o enunciador finge admitir a validade da objeção. O falante apropria-se do enunciado do interlocutor e, modalizando-o como possível/eventual, diminui seu valor de verdade. Em seguida, ele reitera a validade de seu pensamento (*mas é a minha impressão*), o que significa que a admissão é apenas retórica.

Concordar com o outro, nesses enunciados, pode ser entendido como uma forma de o falante evitar um “confronto” direto, protegendo-se, assim, de uma possível contra-argumentação.

Essa admissão de objeção feita por meio da retomada de um argumento do interlocutor não é muito frequente com *pode ser*₁, predicado encaixador de proposição, como em (7). Nesses casos, o mais comum é *pode ser*₂, construção independente. Note-se que a ocorrência (7) é perfeitamente parafraseável por “pode ser, mas é minha impressão”. Dado que esses são usos fortemente ligados ao domínio discursivo, na maioria dos casos, o enunciador opta pela forma mais reduzida, que, em geral, tem âmbito de incidência bastante claro, como na ocorrência (22):

(22)

— *Quem? O Habib? Ah, ele é turco mas é ótima pessoa. Um grande amigo.*

— ***Pode ser, mas** é muito esquisito. Eu ouvi o Martinho da venda contando que esse turco come carne crua. Não dessas assim, mal passadas. Crua mesmo. (ID)*

Em (22), a concordância do enunciador é em relação ao enunciado anterior, e isso é facilmente recuperável no discurso: *eu concordo/ eu admito que ele seja ótima pessoa, um grande amigo*. Como nas ocorrências analisadas anteriormente, há a mesma operação de “avanço e recuo” em relação ao argumento alheio: o falante concorda com seu ouvinte, porém apresenta um argumento contrário (*é muito esquisito*), o qual prevalece.

Usos discursivos semelhantes ao de *pode ser* nesses enunciados são encontrados também em outras línguas. No inglês, Coates (1983, p.134 apud NUYTS, 2001a, p.224), Sweetser (1990) e Nuyts (2001a), entre outros, identificaram usos discursivos semelhantes para o modal *may*. Nuyts (2001a) observa que os modais *kunnen*, no holandês, e *können*, no alemão, também se apresentam nesse tipo de uso. Nesses enunciados, os modais indicam que, embora o enunciador não queira ou não possa rejeitar uma sugestão do interlocutor, ele também não quer aprová-la (NUYTS, 2001a, p.225).

Com base em sentenças com o verbo modal *may*, em construções muito próximas a *pode ser (...), mas*, Sweetser (1990) postula que verbos modais se estendem do mundo epistêmico para o mundo conversacional (atos de fala). Analisem-se os enunciados (23) e (24), retirados de Sweetser (1990, p.70):

(23)

He may be a university professor, but he sure is dumb.

(Ele pode ser um professor universitário, mas certamente é ignorante.)

(24)

He may be a university professor, but I doubt it because he's so dumb.

(Ele pode ser professor universitário, mas eu duvido que seja, porque ele é muito ignorante)

A interpretação de sentenças como (23) pressupõe a verdade do primeiro segmento (*ele é um professor universitário*), que é uma admissão do enunciador situada no domínio discursivo. Sweetser (1990) propõe que esse enunciado pode ser entendido em termos de “no nosso mundo conversacional, **eu admito que** ele seja professor universitário, **apesar disso, eu insisto que** ele é ignorante”.

Enunciados como (24), por outro lado, têm leitura epistêmica normal, pois envolvem uma conjectura do enunciador. Em (24), “ele pode ser professor universitário” é entendida como uma inferência do falante. Sweetser (1990) indica que uma paráfrase apropriada para essa sentença seria “**É possível que** ele seja professor universitário”.

De modo semelhante, no caso de *pode ser (...), mas*, algumas ocorrências estão mais ligadas ao domínio epistêmico e outras estão mais

relacionados ao domínio discursivo. Comparem-se os enunciados (7) e (21), já apresentados, com o enunciado (25):

(7)

Luiz Raul - Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós. .. Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

*Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, **mas** é a minha impressão... (RE-D)*

(22)

— *Quem? O Habib? Ah, ele é turco mas é ótima pessoa. Um grande amigo.*

— ***Pode ser, mas** é muito esquisito. Eu ouvi o Martinho da venda contando que esse turco come carne crua. Não dessas assim, mal passadas. Crua mesmo. (ID)*

(25)

*Deve ser coisa importante, pois ouvi a campainha tocar várias vezes, uma a caminho da porta e pelo menos três dentro do sonho. Vou regulando a vista, e começo a achar que conheço aquele rosto de um tempo distante e confuso. Ou senão cheguei dormindo ao olho mágico, e conheço aquele rosto de quando ele ainda pertencia ao sonho. Tem a barba. **Pode ser** que eu já tenha visto aquele rosto sem barba, **mas** a barba é tão sólida e rigorosa que parece anterior ao rosto. (EST)*

Na ocorrência (25), *pode ser* sinaliza uma avaliação do enunciador de que é possível ele já ter visto aquele rosto sem barba. Nas ocorrências (7) e (22), *pode ser* marca uma admissão situada no mundo conversacional. Por isso, a concordância em (7) e (22) é apenas aparente, serve como atenuadora da declaração do enunciador, conforme discutido. Diferentemente, em (25), o enunciador expressa uma crença sobre a possibilidade de determinada proposição ser verdadeira.

Representando uma admissão falsa, assentada no mundo discursivo, a construção *pode ser (...)*, *mas* sinaliza, portanto, um jogo em que o enunciador finge concordar com uma opinião divergente a fim de diminuir o impacto negativo que sua declaração possa ter. Quando o enunciador utiliza esse mecanismo, revela consciência de que não está transitando por um território pacífico, ausente de controvérsias. O efeito que se obtém com *pode ser (...)*, *mas* é atenuação da força do contra-argumento, que, afinal, o enunciador

introduz. Como tal, a operação pode ser entendida como um recurso de proteção e defesa de faces (GOFFMANN, 1967 apud BROWN; LEVINSON, 1987; BROWN; LEVINSON, 1987).

Esses usos podem ser considerados como marcadores de rejeição (*disclaimers*), na classificação dos marcadores de atenuação proposta por Rosa (1992) que é baseada em Fraser (1980). Os marcadores de rejeição precedem atos que são avaliados pelo enunciador como possivelmente ameaçadores da sua face ou da do interlocutor (críticas, proibições, ordens, etc.) e, então, têm a função de afastar, por antecipação, possíveis reações desfavoráveis do ouvinte.

A construção *pode ser (...), mas* é um recurso que o enunciador utiliza para evitar um ato que possa ameaçar a face, tanto do falante, quanto do ouvinte. Ocorre que, ao mostrar-se atencioso com relação ao ponto de vista contrário ao seu, o enunciador busca minimizar a possibilidade de desaprovação, protegendo sua face. Simultaneamente, nesse movimento o enunciador preserva a face do interlocutor, pois não rejeita diretamente a sua opinião, evitando, assim, um ato que seja ameaçador à face do ouvinte.

2.2.2. A relação adversativa em *pode ser (...)* *mas*.

As construções adversativas caracterizam-se por apresentar sempre admissão e oposição. Nas palavras de Neves (1984, p. 23) reconhece-se uma entidade, “para posterior registro de sua desconsideração, negação, anulação, rejeição”. A autora propõe que a oposição vai de um mínimo, a condição de simples desigualdade, a um máximo, anulação, enquanto a admissão vai de um mínimo, o simples reconhecimento ou registro de existência, a um máximo, a concessão.

Conforme as análises apresentadas na seção anterior, a construção *pode ser*, quando seguida de *mas*, sinaliza uma admissão, em que fica clara uma concordância. Por isso, *pode ser* constitui um ambiente favorável à ocorrência de uma oração adversativa com *mas*. É o que se nota no enunciado (21), repetido por conveniência:

(21)

Segundo aquela definição lusitana, o escotismo vem a ser um bando de miúdos vestidos de parvos, comandados por um parvo, vestido de miúdo. Pode ser que hoje em dia assim seja, mas para mim foi um pouco mais que isso. (FE-CR)

Admissão e oposição estão na base argumentativa desses enunciados. A primeira parte, concordância com uma possível objeção (*pode ser que hoje em dia assim seja*), aponta para uma conclusão que validará o fato admitido. No entanto, contrariando essa expectativa, a oração seguinte (*mas para mim foi um pouco mais que isso*) apresenta a opinião definitiva que encaminha a conclusão para uma direção oposta à da primeira oração.

A contrariedade a uma expectativa criada é uma invariante das construções adversativas e é, também, o ponto que as aproxima das construções concessivas. Tanto nas adversativas, quanto nas concessivas, o falante sente o peso da argumentação contrária e se antecipa, atribuindo alguma validade a essa objeção, porém, desconsiderando-a. Para Koch (1995), a diferença é de estratégia argumentativa:

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo *mas* e os do grupo *embora* têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à estratégia argumentativa utilizada pelo locutor: no caso de *mas*, ele emprega (segundo E. Guimarães) a “estratégia do suspense”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R; ao empregar o *embora*, o locutor utiliza a “estratégia de antecipação”, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale”. (KOCH, 1995, p.36-37)

Dada essa semelhança, as orações adversativas são parafraseáveis por orações concessivas, como preveem os esquemas de Neves (1999, p.565-564), aqui adaptados, usando-se o exemplo (21) como padrão.

- Pode ser que hoje em dia assim seja, mas para mim foi um pouco mais que isso.

Esquema adversativo (admissão, assentimento)

(a) **eu admito / eu concordo** que hoje em dia assim seja.

(b) **de qualquer modo / ainda assim**, para mim foi um pouco mais que isso.

- Embora hoje em dia assim seja, para mim foi um pouco mais que isso.

Esquema concessivo (refutação de uma possível objeção)

(a) **você/ alguém** pode me objetar que hoje em dia assim seja e eu **não desconheço isso**.

(b) **de qualquer modo / ainda assim**, para mim foi um pouco mais que isso.

Esses esquemas mostram que a adversativa salienta a admissão de uma objeção, enquanto a concessiva enfatiza a refutação de uma possível objeção. O ponto de contato entre as construções é o não atingimento da expectativa, marcada por uma relação contrastiva.

O valor opositivo do *mas* é estabelecido segundo diferentes escalas. Neves (1984) subdivide os enunciados com *mas* em dois grandes grupos, contraposição (as duas entidades relacionadas por *mas* são confrontadas, distinguidas) e eliminação (o segundo membro coordenado elimina o primeiro, de algum modo), os quais abrigam outros subagrupamentos. A contraposição pode estabelecer-se em direções opostas, na mesma direção ou em paralelo. A eliminação pode ocorrer ligada a uma relação temporal ou não, com ou sem recolocação.

Analisando a oposição que o *mas* estabelece nas construções do tipo *pode ser (...), mas* verifica-se que o segmento introduzido por *mas* não anula totalmente a admissão apresentada pelo segmento anterior. O efeito de sentido dessas construções é que o argumento contrário possui alguma validade para o enunciador.

O *mas* que coocorre com *pode ser*, se visto de acordo com a proposta de Neves (1984), situa-se no primeiro grupo, a contraposição, já que relaciona argumentos em direções opostas ou em paralelo, como exemplificam (26) e (27):

(26)

Pode ser que o engenheiro de algumas escolas, de saída, não esteja com uma formação obsoleta, mas certamente pode ter conhecimentos totalmente insuficientes (PT-T)

(27)

- *Deixa de besteira, Luís. Ela deu o colar a tia Matilde, em Poços.*
- ***Pode ser... Mas abre logo essa mão e passa minha parte.*** (COT)

Em ambos os casos, estabelece-se uma relação de desigualdade, que é a relação que Neves (1984) aponta como invariante no uso de *mas*, o que se liga à etimologia da palavra. Em (26), o segmento *mas certamente pode ter conhecimentos totalmente insuficientes* restringe a admissão anterior (o *engenheiro de algumas escolas, de saída, não está com uma formação obsoleta*), marcando uma oposição em direção oposta (NEVES, 1984). Em (27), o segmento *mas abre logo essa mão e passa minha parte* não marca uma oposição àquilo que foi admitido (*ela deu o colar para a Tia Matilde*), e sim acrescenta um novo foco à conversação. Desse modo, considera-se que haja, em (27), uma contraposição em direção paralela (NEVES, 1984).

A divergência entre os dois valores de *mas* em (26) e (27) deve ser vista em termos discursivos. A relação de desigualdade em (26) está assentada no campo do conhecimento, das ideias (mundo epistêmico), enquanto em enunciados como (27) o *mas* marca um desnível no campo discursivo (mundo conversacional, dos atos de fala). Note-se que, com *pode ser, mas...*, em (27), o enunciador muda o rumo da interação entre os interlocutores, indicando que não está interessado em continuar interagindo no plano das ideias, pois pretende obter a realização de uma ação.

Uma proposta de exame do item *mas* que vem ao encontro de tais considerações é a apresentada por Castilho (2010), que examina o valor do conectivo *mas* no sistema discursivo e no sistema gramatical, relacionando-o à sua gramaticalização. Como Neves (1984), o autor lembra que *mas* deriva do advérbio latino *magis*, cujo valor semântico básico era estabelecer comparações de quantidade e de qualidade e, secundariamente, servia para marcar a inclusão de indivíduos em um conjunto. O valor adversativo surgiu por meio de um processo metonímico, em que *mas* passa a atuar, no sistema da gramática, como uma conjunção de contrajunção. Castilho mostra que, no sistema discursivo, como marcador discursivo e como conectivo textual, *mas* tem preservado o valor de inclusão, como se verifica no enunciado (27). Nesses casos, diz-se que o *mas* possui um valor de inclusão, pois introduz um argumento, uma ideia nova, mudando o rumo do discurso.

Nem sempre é fácil, porém, distinguir o valor de contrajunção e de acréscimo em *mas*. Segundo Castilho (2010), esses valores coexistem em

diferentes expressões sincrônicas da língua, podendo situar-se em um eixo que iria de *inclusão* para *contrajunção*, sem muita nitidez separando um uso do outro.

A análise das ocorrências revela que, nos usos mais discursivos de *pode ser*, o *mas* acrescenta algo novo, como exemplificado por (27). Porém, mesmo nesses casos, o conectivo marca um desnível, o que corrobora a postulação de Neves (1984), segundo a qual a noção de desigualdade é básica no valor de *mas*.

2.3. *Pode ser*, parentético epistêmico

*Pode ser*₂ atua como um parentético, à semelhança do que se observa com outras expressões de modalidade epistêmica, tais como *parece*, *acho*, *acredito*, *creio* as quais deixam de atuar em construções complexas e passam a atuar como orações simples (GONÇALVES et al., 2007). Analisando a função de *I think (that)*, *I guess*, Thompson e Mulac (1991) e Hopper e Traugott (1993) indicam, inclusive, uma mudança de significado entre o uso com oração encaixada e o uso como oração independente, analisada como parentético epistêmico. Nesses últimos casos, “o falante não está assumindo uma posição epistêmica, mas sim indicando o grau de validação da afirmação pela sugestão de que ele não tem evidência direta” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 202). A ocorrência seguinte é um exemplo de *pode ser* como parentético epistêmico:

(28)

*Falavam o diabo do Ezequiel e tudo o que eu via na minha frente era um pobre coitado. O Ezequiel parecia um cachorro vira-lata, aquela magreza, aquela tristeza, aquela cara de fome de cachorro de rua. Trabalhava numa loja de animais, um trabalho honesto, vender coelhos, ratos brancos, periquitos. Vender alpiste, ração, gaiolas. Nunca notei nada de estranho em Ezequiel. Ele ia cedo para o trabalho, trabalhava, voltava para casa, via televisão, varria a calçada, só isso. Nunca vi Ezequiel beber, fumar ou farrear com mulheres. Não jogava futebol, bilhar, cartas, não dançava aos domingos, nem ia à missa. Ficava em casa, com a mãe, uma senhora boa e trabalhadora. Tudo normal, menos o olhar, um olhar que olhava para tudo e para coisa nenhuma, que nem esses caras que fingem ser cegos na praça da Sé. Sei lá se ele estuprou um monte de mulheres, **pode ser**. As pessoas dizem isso. Estuprou uma menina, uma loira. Uma senhora honesta. Uma vendedora de pipocas. Uma vagabunda. E daí? O que eu tinha a ver com isso? (OMT)*

As análises citadas de *parece*, *acho*, *acredito*, *I think*, como parentéticos epistêmicos são realizadas com base em critérios sintáticos, em uma perspectiva que Jubran (2006) designa como frástica (nos limites da frase). Nesse enfoque, os parênteses são considerados como frases independentes, também chamadas *frases hóspedes* “que interrompem a relação sintática da frase na qual estão encaixadas e não apresentam em relação a ela uma conexão formal nitidamente estabelecida” (JUBRAN, 2006, p. 301). Jubran (2006, p. 320) considera que os parentéticos epistêmicos do tipo *parece* e *acho* se aproximam da classe dos marcadores discursivos, estando sua independência sintática e comunicativa relacionada ao processo de discursivização pelo qual estão passando.

No *corpus* de língua falada examinado, *pode ser*₂ ocorre com a função pragmática de orientador da interação verbal, como uma unidade limítrofe à classe dos marcadores discursivos, conforme discussão da seção 2.1. Nesta seção, o foco recai sobre os casos de parentéticos epistêmicos com *pode ser*₁, que foram os tipos localizados nos dados de língua falada da pesquisa.

Assume-se, aqui, a perspectiva textual-interativa adotada em Jubran (2006), que é mais ampla que a perspectiva frástica. No enfoque textual, os parênteses são entendidos como uma modalidade de inserção em que o tópico discursivo é momentaneamente interrompido e logo retomado: são “breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (JUBRAN, 2006, p. 303), introduzindo fatores pragmáticos no texto falado. Nesses casos, o traço “complementação sintática da frase” não é um critério definidor da parentetização⁷.

Os parentéticos com *pode ser* localizados no corpus são do tipo epistêmico e introduzem manifestações atitudinais, comentários, avaliações do enunciador. O aspecto mais relevante desses parênteses é sua utilização como um recurso de defesa e proteção de faces, como procedimento de atenuação. Leia-se a ocorrência seguinte, em que a inserção está sublinhada:

⁷ Interessa-nos, aqui, particularmente as funções textual-interativas dos parentéticos. Para um estudo detalhado sobre os parentéticos, sugere-se Jubran (2006), em que a autora analisa essas inserções contemplando suas propriedades identificadoras (desvio tópico e marcas formais de inserção parentética), suas fronteiras de ocorrência, as relações de retomada que se estabelecem nos enunciados em que elas ocorrem, sua constituição formal, as classes de parênteses, além de suas funções textual-interativas.

(29)

Inf - mas não é nada disso...agora::o que faz realmente sucesso e o que é uma coisa::muito bacana::de se ver no teatro...principalmente ao meu ver né? isso pra mim...pode ser que as outras pessoas tenham opiniões variadas todo mundo tem direito de ter opinião diferente...é::o espetáculo::gênero::partindo um pouquinho pro policial e um pouquinho pra::comicidade...prova é 'A ratoeira' da Agatha Christie ficou TANTo tempo em cartaz em São Paulo...e não foi só em São Paulo que ela fez sucesso...ela fez sucesso...em Londres não sei parece que ficou quatro anos em cartaz... (NURC/ SP DID 161)

O trecho mostra o informante desenvolvendo um tópico discursivo sobre teatro e emitindo uma opinião. O parentético epistêmico *ao meu ver né? isso pra mim...pode ser que as outras pessoas tenham opiniões variadas todo mundo tem direito de ter opinião diferente...* desloca o foco do assunto, por um breve momento, servindo como um movimento de apoio para o enunciador, em que ele procura proteger-se de uma possível rejeição. O informante enfatiza que o que seguirá constitui uma opinião pessoal (*principalmente a meu ver, isso para mim*), a que ele tem direito. Com *pode ser que as outras pessoas tenham opiniões variadas*, o enunciador admite a possibilidade de outros modos diferentes de pensar e, fazendo isso, ele se defende de uma contra-argumentação (do documentador ou de outros ouvintes virtuais), preservando seu espaço pessoal (face negativa). Isso é reforçado no segmento *todo mundo tem direito a ter opinião diferente*.

Em enunciados como (29), a inserção epistêmica pertence à classe dos parênteses com foco no locutor (JUBRAN, 2006). Além desse tipo, localizaram-se, no *corpus*, enunciados em que *pode ser*, como parentético epistêmico, tem foco no interlocutor (*idem*):

(30)

L2 - tudo::gira em função do::do vil metal né? tudo::profissão o que for você procurará sempre...fazer algo que você ganhará mais...entende? hoje você está trabalhando como vendedor...amanhã te oferecem algo melhor você vai abandonar não terá não haverá dúvida CRElo...está... existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você pode ser que se prenda mais mas eu creio que...a maioria...mesmo os que dizem que não visam a maioria visa...remuneração... (NURC / SP D2 62)

O parêntese epistêmico *existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você pode ser que se prenda mais* serve como um movimento de apoio para o locutor, um procedimento de atenuação da afirmação que se segue. Note-

se que o locutor apresenta uma declaração que ele sabe que pode ser agressiva para o seu ouvinte (*a maioria, mesmo os que dizem que não, visa remuneração*) e, então, ele se antecipa protegendo a face do interlocutor (evitando ser desagradável com ele) e a sua também (evitando uma contra-argumentação). Note-se, ainda, que o foco do comentário no interlocutor é enfatizado pelo sujeito topicalizado em *você pode ser que se prenda mais*. A inserção é utilizada, então, como um importante procedimento no trabalho de defesa e proteção de faces.

Portanto, as inserções parentéticas com *pode ser* constituem um recurso de atenuação, em que o enunciador se protege e também preserva o espaço de seu interlocutor. Tais inserções envolvem sempre um raciocínio prévio do enunciador sobre os efeitos que suas afirmações podem causar.

2.4. *Pode ser?* Busca de aprovação

Os usos de *pode ser*₂, em final de frase, como uma indagação, constituem um recurso pragmático bastante interessante. É uma fórmula utilizada para atenuar o ato de fala anterior que é ameaçador à face negativa do interlocutor, pois diz respeito sempre a algo que o falante deseja obter do ouvinte (um pedido, um oferecimento, uma imposição, etc.). A utilização de *pode ser* com a função atenuadora, nesses casos, reflete a previsão do enunciador de que o ouvinte apresentará uma objeção ou uma rejeição àquilo que o falante deseja obter. Considere-se (31):

(31)

No copo dela, a cereja nadava no Martini. Parecia ótima, também
– *Escute, estou duro. – esclareci.*
– *Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.*
– *Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini,*

pode ser?

Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC)

Nessa ocorrência, *pode ser*₂ serve como um marcador de atenuação que visa a diminuir a força negativa que o enunciador sabe que pode surgir com o pedido (*queria que você me pagasse um Martini*). Com a frase interrogativa *pode ser?*, o falante altera a força ilocucionária do ato de fala anterior, tornando o pedido mais polido.

Esses usos de *pode ser*₂ correspondem às *indagações postostas* tal como consideradas por Fraser (1980). Para esse autor, as indagações postostas estão entre os recursos de atenuação, pois diluem a força ilocutória das asserções que as precedem, atenuando seu caráter impositivo.

O enunciador calcula que *pode* haver objeção àquilo que ele visa conseguir e *pode ser?*, nesses casos, representa um recurso do enunciador para neutralizar tal rejeição. Por isso, nesses usos, *pode ser*₂ é uma estratégia do enunciador na tentativa de retirada de barreiras (TALMY, 1988; SWEETSER, 1990), que ele sabe que existem.

A atenuação também é obtida pela modalidade que *pode ser*₂ indexa a esses enunciados. Com um pedido de permissão, o enunciador atribui autoridade a seu interlocutor, deixando assim espaço para que ele rejeite ou discorde do pedido que está sendo apresentado. *Pode ser*₂, nesses casos, é um recurso na tarefa de proteção e defesa de faces, pois preserva a face positiva do enunciador (desejo de ser aprovado) e a face negativa do interlocutor (desejo de não imposição). Obviamente, não se pode esquecer que a atitude atenuadora, polida, é motivada por estratégias de convenção social (ser agradável, educado e não impositivo).

A fórmula *pode ser?* representa, também, um importante recurso persuasivo, na tentativa do falante de obter o que deseja de seu interlocutor. Ser polido, deixar espaço para que o interlocutor discorde são formas de envolver o enunciador e levá-lo a fazer o que se pretende, afinal, um discurso não autoritário, educado, tem maiores chances de aprovação.

A construção *pode ser?* é um conjunto bastante produtivo no jogo discursivo, o que pode ser observado pela sua utilização em uma atual campanha publicitária, bastante abrangente e ousada, do refrigerante *Pepsi*. O *slogan* da propaganda publicitária, *Pode ser bom. Pode ser muito bom. Pode ser Pepsi*, remete a uma conhecida situação de rejeição do refrigerante *Pepsi*: o consumidor pede ao garçom *Coca-cola* e, na indisponibilidade da bebida, o garçom diz “Só tem *Pepsi*. *Pode ser?*”. A expressão *pode ser*, nesse contexto, reconhece a possibilidade de rejeição em relação à *Pepsi*. O ato de fala anterior a *pode ser*, o oferecimento “só tem *pepsi*”, é revelado, então, como um ato de fala ameaçador para a face negativa do interlocutor (necessidade de ser respeitado em seu espaço pessoal) e também para a face positiva do falante

(necessidade de ser aprovado), no caso, o estabelecimento, representado pelo garçom.

Os vídeos dessa campanha publicitária são desenvolvidos com base nessa propriedade de *pode ser*, a saber, a tentativa de neutralizar atos de fala ameaçadores. Em uma comparação com a situação do garçom (*Só tem Pepsi. Pode ser?*), outras situações, convencionalmente tidas como desagradáveis (sentar entre duas pessoas em um avião, dividir táxi, aceitar um colega desconhecido para um jogo de futebol, etc.) são apresentadas e, se aceitas, trazem agradáveis surpresas (sentar entre duas pessoas interessantes e com elas dividir um táxi, aceitar um craque de futebol para o time de amigos, etc.). O argumento é explorar novas possibilidades (leia-se: consumir *Pepsi* e não *Coca-cola*) é surpreendente.

Dik (1997a, 1997b) descreve essa operação gramatical como conversão ilocucionária, que consiste na modificação da ilocução básica da sentença anterior em algum valor ilocucionário derivado (DIK, 1997a, p. 302). Dik (1997b) discute os seguintes tipos de conversor ilocucionário: (i) entonação; (ii) elementos tais como *please* (por favor); (iii) partículas “modais”; (iv) tags. Em todos esses casos, a conversão envolve a transformação de um ato de fala que pode ser negativo para a face do interlocutor em um questionamento, o que funciona como um procedimento atenuador.

*Pode ser*₂, como nos enunciados analisados nesta seção, é um conversor ilocucionário com características de todos os tipos analisados por Dik (1997b). Primeiramente, observe-se que *pode ser*, nesses casos, constitui um ato de fala interrogativo que se segue a um ato de fala declarativo, tirando-lhe a assertividade⁸ e transformando-o em um questionamento.

Além disso, o procedimento de atenuação registrado por *pode ser?* é semelhante ao que se nota com palavras de polidez tais como “por favor”. Por isso, em um enunciado como (31), que envolve um pedido, *pode ser* poderia ser substituído: “queria que você me pagasse um Martini, por favor”. Com atos de fala que são oferecimento, como em “Só tem Pepsi. Pode ser?”, a mesma paráfrase não seria possível, mas o valor de polidez também é bastante nítido.

⁸ Dik (1997b) discute a conversão por meio da entonação a partir do enunciado “You don’t like the soup?” (Você não quer a sopa?), cuja ilocução básica, afirmativa, foi modificada pela entonação, que a torna uma frase interrogativa.

O procedimento de conversão ilocucionária observada em *pode ser*₂ tem valor claramente modalizador, como discutido anteriormente. As partículas modais analisadas por Dik (1997b) como procedimentos de conversão ilocucionária não possuem o mesmo estatuto modalizador de *pode ser*, por isso o autor mantém a palavra *modal* entre aspas. São palavras cujos significados literais não são relevantes para os enunciados em que ocorrem, importando, nesses casos, a função modalizadora que tais palavras desempenham nos enunciados⁹.

Nos usos analisados, *pode ser*₂ também atua como um *tag question*, à semelhança dos descritos por Dik¹⁰, pois se trata de uma frase curta, interrogativa, que modifica a ilocução do ato de fala anterior.

Considera-se que *pode ser*, em ocorrências como (31), é um conversor ilocucionário, tal como descrito por Dik (1997b), mas que se caracteriza por, de certo modo, conjugar em uma só forma todos os tipos analisados pelo autor. *Pode ser* modifica a ilocução do ato de fala anterior por meio da entonação, do sentido que adquire próximo a uma expressão de polidez como *por favor*, do valor modal da expressão e da forma *tag question* que assume nesses contextos. A motivação para essa operação de conversão, com vista à atenuação, é o ato de fala anterior, entendido pelo falante como ameaçador às faces.

⁹ Dik (1997b) refere-se a palavras como *mal*, na língua alemã, que em enunciados como “Kannst du das Fenster mal aufmachen?” (Você poderia, por favor, abrir a janela?), possuem função modalizadora, sem, no entanto, serem, em princípio, palavras modalizadoras.

¹⁰ Um dos exemplos apresentados por Dik (1997b, p. 42) é “Open the door, will you?” (Abra a porta, vai?)

CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi examinar a expressão *pode ser* em dois contextos sintáticos, como predicado encaixador de proposição (*pode ser*₁) e como construção independente (*pode ser*₂), descrevendo a função desses usos na língua portuguesa, com uma análise sincrônica de seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Mais especificamente, o trabalho buscou investigar os processos subjacentes à multiplicidade de usos da construção, nos dois contextos.

O estudo foi realizado sob bases teóricas funcionalistas (DIK, 1997a, 1997b), em que se privilegia a linguagem em uso, na situação de comunicação e se atenta para os diversos níveis de funcionalidade das expressões linguísticas. A proposta, na Gramática Funcional, de constituição do enunciado em camadas reflete a multifuncionalidade da linguagem, os enunciados são, simultaneamente, mensagem e evento de interação. Tal proposta permite verificar a atuação das expressões em cada uma das camadas.

Uma primeira questão de investigação envolveu a busca por um conceito de modalidade consistente com o objeto de estudo. Verificou-se a limitação do conceito tradicional de modalidade em relação a *pode ser*, uma expressão modalizadora com incidência sobre atos de fala e, por vezes, atuando como um recurso pragmático de atenuação e de polidez. O entendimento mais convencional da modalidade negligencia seu papel na interação comunicativa, como reguladora do fluxo conversacional entre os participantes.

Considerou-se, então, que um tratamento adequado da modalização, especialmente com vista à atuação de *pode ser*, deve prever duas direções, orientada para o falante e orientada para o ouvinte, que correspondem, de modo geral, às duas funções da linguagem, como propostas por Halliday (1970, 1985), ideacional e interpessoal, respectivamente. Orientada para o falante, a principal função da modalidade é expressar um posicionamento atitudinal do enunciador. Quando orientada para o ouvinte, fica encarecida a função pragmática da modalidade, que opera na manutenção da interação verbal, no gerenciamento das relações interpessoais. Foi ressaltado que essas

duas direções da modalidade são distintas, mas não excludentes. Essa perspectiva da modalidade direcionou a análise de *pode ser*.

Quanto à tipologia da modalidade, a discussão restringiu-se às categorias epistêmica e deôntica, consideradas básicas pelos estudiosos e que são as expressas por *pode ser*. O equacionamento para as modalidades epistêmica subjetiva e epistêmica objetiva, que se manifestam em *pode ser*, e que são ponto de discussão entre os estudiosos, foi considerar que esses dois tipos de modalidade envolvem diferentes tipos de evidência do enunciador para sua qualificação modal (NUYTS, 1992, 1993, 2001b). Assim, na modalidade epistêmica subjetiva, a fonte do conhecimento é o próprio falante que apresenta uma conjectura, um raciocínio próprio, enquanto na modalidade epistêmica objetiva, a fonte do conhecimento é externa ao falante, é uma comunidade, que pode incluir o falante.

Supôs-se, inicialmente, que os usos analisados revelariam um processo de gramaticalização. Na verificação dessa hipótese, identificaram-se encaminhamentos próprios desse processo. Entre outros aspectos, foi notado que há evidências de que os dois usos constituem formas rotinizadas, com variações pouco produtivas e, também, de que as formas que compõem a expressão (*pode e ser*) estão integradas (*fusão*). Além disso, a aplicação dos parâmetros de Hopper (1991) — estratificação, especialização, divergência, persistência e especialização — mostrou resultados positivos em relação a *pode ser*.

Observou-se que *pode ser*₂ é uma fórmula modalizadora independente sintaticamente que não integra nenhuma estrutura argumental, o que pode sugerir o estatuto de elemento adverbial para esse uso (*descategorização*). Considerou-se, também, a independência pragmática de *pode ser*₂, que constitui um ato de fala em reação a outro ato de fala, sendo uma fórmula com grande aproveitamento no discurso. Em que medida o desenvolvimento de elementos em direção ao componente discursivo da linguagem pode ser considerado como resultante de gramaticalização é um ponto polêmico, como se buscou mostrar na discussão do capítulo 3. Há, em geral, um certo desconforto em tratar essas mudanças como casos de gramaticalização, afinal, isso implicaria uma relação de subordinação ou derivação entre gramática e

discurso, duas esferas de análise linguística, o que parece incoerente (CASTILHO, 1997).

Portanto, embora reconhecidos percursos próprios de um processo de gramaticalização em *pode ser*, não se pode concluir que se trata de um caso de gramaticalização, ou não.

Uma segunda hipótese que este trabalho buscou verificar é a de (inter)subjetivização, que, no entanto, não exclui a outra, a de gramaticalização, pois os dois processos podem estar inter-relacionados (TRAUGOTT, 2010, entre outros).

Os valores (inter)subjetivos da construção foram examinados com base na concepção de (inter)subjetivização desenvolvida por Traugott (2010, entre outros). As análises indicaram graus distintos de (inter)subjetividade que podem ser resumidos da seguinte forma:

- *Pode ser₁* marca subjetividade, expressando posicionamento epistêmico do enunciador em relação ao conteúdo proposicional apresentado; a subjetividade pode ser maior ou menor, a depender do tipo de conhecimento no qual o falante se baseia para expressar sua qualificação modal.
- *Pode ser₁* marca, também, intersubjetividade ao expressar admissão em relação ao ato de fala do interlocutor, muitas vezes como uma estratégia pragmática de gerenciamento de pontos de vista divergentes no discurso.
- *Pode ser₂* é fortemente subjetivo (expressa crença do falante), e é também intersubjetivo, pois incide sobre o ato de fala do interlocutor.
- *Pode ser₂* indexa, ainda, grau maior de intersubjetividade ao revelar atenção do falante com a imagem do interlocutor.

Essa gradação aponta para um processo de (inter)subjetivização, afinal, *pode ser₂* é mais subjetivo e também mais intersubjetivo em relação a *pode ser₁*. Mais subjetivo, porque a força modal é o próprio enunciador. Mais intersubjetivo, porque ocorre no fluxo conversacional, como reação a um ato de fala anterior e, também, como estratégia pragmática.

Essas alterações são acompanhadas de mudanças no nível de atuação de *pode ser*, que deixa de atuar no nível proposicional (*pode ser₁*) para atuar no nível dos atos de fala (*pode ser₂*). No primeiro caso, a modalidade tende a se manifestar orientada para o falante, enquanto no segundo caso tende a se

manifestar orientada para o ouvinte. As mudanças, por hipótese, ocorrem na interação entre os participantes da comunicação e envolvem a convencionalização de inferências conversacionais (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Outro aspecto investigado envolveu a correlação entre tipos de textos examinados e propriedades (inter)subjetivas de *pode ser*. Verificou-se, então, maior frequência de ocorrências nos textos mais informais e mais dialógicos, o que era esperado, dada a natureza (inter)subjetiva dos usos.

As análises revelam, ainda, que *pode ser* tem um papel extremamente relevante no gerenciamento da interação comunicativa. Discutiu-se, então, o papel da expressão na busca de aprovação do interlocutor, na orientação da interação comunicativa (como uma unidade limítrofe à classe dos marcadores discursivos) e no gerenciamento de pontos de vista distintos no discurso (especialmente nas construções do tipo *pode ser (...), mas* e nos parentéticos epistêmicos). A conclusão é que *pode ser* forma um conjunto altamente solicitado, produtivo, útil no nível discursivo.

Como continuidade deste trabalho fica registrada, aqui, a pretensão de uma investigação de base diacrônica que poderia esclarecer algumas questões. Uma delas refere-se à hipótese de desenvolvimento de *pode ser* deôntico como extensão do significado epistêmico, que embora seja lançada na “contramão” daquilo que os estudos históricos nesse campo comprovam, deveria ter sua validade testada. Nesse caso, supõe-se que desenvolvimento se dê na díade falante-ouvinte, desencadeado pelo mecanismo de *inferência sugerida da mudança semântica* (TRAUGOTT; DASHER, 2002) e, nessas condições, desconhecem-se (salvo engano) pesquisas comprovando o percurso deôntico > epistêmico. Um estudo diacrônico também seria produtivo em relação à hipótese de gramaticalização.

Há outros pontos deste estudo que merecem ser desenvolvidos, mas talvez esses sejam os mais importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIJMER, K. I think – an English modal particle. In: SWAN, T.; WESTIVIK, O.J. (eds.). *Modality in Germanic Languages*. (Trends in Linguistics, Studies and Monographs, 99). Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 1-47.

AUSTIN, J. *How to do things with words*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1962.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. 5. ed. Berne: Francke, 1932.

BASTOS, S.D.G.; GALVÃO, V.C.C.; GONÇALVES, S.C.L.; DALL'AGLIO-HATTNER, M.M.; HENGEVELD, K.; SOUSA, G.C.; VENDRAME, V. The expressibility of modality in representational complement clauses in brazilian portuguese. *Alfa*, 51 (2), p. 189-212, 2007.

BORBA, F. S. (org.) *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: editora Unesp, 2004.

_____. A frase com verbo ser em português. Introdução ao estudo da estrutura e da função linguística. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Araraquara, 1967.

BRINTON, L.J.; TRAUGOTT, E.C. *Lexicalization and language change*. New York: Cambridge, 2005.

BROWN, P. LEVINSON, S.C. *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

BYBEE, J. Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (ed.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p.602-623.

BYBEE, J., PAGLIUCA, W. Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIAK, J. (ed.). *Historical Semantics. Historical Word-Formation*, The Hage: Mouton, 1985. p. 60-83.

BYBEE, J.L.; PERKINS, R.D.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar. Tense, Aspect and Modality in the Language of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CAMPBELL, L. What's wrong with grammaticalization. *Language Sciences*, v. 23, p. 113-161, 2001.

CARRASCOSSI, C. N. S. *A interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa*. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) –Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. Contexto, 2010.

_____. *Unidirecionalidade ou multidirecionalidade? O problema da gramaticalização*. 2003. Trabalho apresentado em kolloquium in Munster – Dans Brasilianische Portugieisch: Perspektiven Der Gegenwärtigen Forschung, 17-18 jan. 2003, 19p.

_____. A gramaticalização. In: *Estudos linguísticos e literários*. n.19, p. 25-64, mar , 1997.

_____. Proposta funcionalista de mudança linguística. Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.) *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador, EDUFBA, 2006. p. 223-296.

COATES, J. *The Semantics of the Modal Auxiliaries*. London: Croom Helm, 1983.

_____. Epistemic Modality and Spoken Discourse. In: *Transactions of the Philological Society*, Oxford: Blackwell, 1987.

COELHO, S.M.; VITRAL, L.T. O estatuto gramatical dos verbos relacionais. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Org.) *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p.75-104.

CORACINI, M. J. E a questão da modalidade? In: *Um fazer persuasivo*. O discurso subjetivo da ciência. São Paulo, Pontes - EDUC, 1991.

COSTA, M. C. R. *Modalidade e gramaticalização. Estratégias discursivas na fala carioca*. Tese de doutorado, UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1995.

CRAIG, C. G. Ways to go in Rama: a case study in Poligrammaticalization. In: TRAUOGOTT, E.C.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization: focus on types of grammatical markers*. v.2. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 455-492.

DALL`AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

DIK, S.; HENGEVELD, K; VESTER, E.; VET, C. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET.C. (eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 25-70.

DIK, S.C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause . 2nd.rev.ed. Kees Hengeveld (ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. 2.ed. Kees Hengeveld (ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

ERMAN, B.; KOTSINAS, U.B.; Pragmaticalization: the case of 'ba' and 'you know'. *Studier i Modernsprakvetenskap* 10: 76-93. Stockholm: Almqvist and Wiksell, 1993.

FERREIRA, L. M. A. *A estabilidade semântico-sintática do modal poder: evidências em três sincronias*. 150f. Tese (Doutorado em Letras) UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

FRASER, B. Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, 4, p.341-350, 1980.

GALVÃO, V.C.C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. *Papers from the 7th Regional Meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face to face behavior*. New York: Garden City, 1967.

GONÇALVES, S. C. L., LIMA-HERNANDES, M. C., CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.); RODRIGUES, A. T. C. et al. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONÇALVES, S.C. L. Orações subjetivas e teoria dos protótipos. *Scripta*. v.5, n.9, p. 183-196, 2001.

_____. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

_____. Os efeitos da frequência na mudança linguística via gramaticalização. *Estudos Linguísticos XXXVI* (2), maio-agosto, 2007, p. 22-31.

GONÇALVES, S.C.L.; SOUSA, G.C.; CASSEB-GALVÃO, V.C. As subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. v 2. Classes de palavras e processos de construção. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2008, 1021-1084.

GÖRSKY, E., ROST, C., DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. Maria Elisabeth A. CRHISTIANO, Camilo Rosa e SILVA, Demerval da HORA (orgs.) João Pessoa: Idéia, 2004. p.29-64.

GUO, J. The interactional basis of the mandarin néng 'can'. In: BYBEE, J.; FLEISCHMANN, S. (eds.). *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Company, 1995. p. 205-238.

HAIMAN, J. Ritualization and the development of language. In: PAGLIUCA, W. (ed.) *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 3-28.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. *Foundations of Language*, v. 6, p. 322-361, 1970.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, H. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.

HEINE, B. Agent Oriented vs. Epistemic Modality. Some Observations on German Modals. In: BYBEE, J. and FLEISCHMAN, S. (eds.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 17-54.

HEINE, B. *Auxiliares – Cognitive forces and grammaticalization*. New York / Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____. Grammaticalization. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (ed.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to Grammar: Evidences from African Languages. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991a. p. 149-188.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991b.

HEINE, B.; REH, M. *Grammaticalization and Reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Semantics*, v. 6, 1988. p. 227-269.

_____. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G., LEHMANN, C., MUGDAN, J. (eds.). *Morphology. A handbook on Inflection and Word Formation*, vol 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.

_____. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics* 25, 1989, p. 127-157.

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J., BOLKSTEIN, A.M., VET.C. (eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 1-24.

HODGE, C. The linguistic cycle. *Language Sciences*,13, p.1-7, 1970.

HOFFNAGEL, J.C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: KOCH, I. G.V.; BARROS, K.S.M. (orgs.) *Tópicos em linguística do texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN, 1997.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization*, v. 1, Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991.p. 17-35.

JANDA, R. Beyond “pathways” and “unidirectionality”: on the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. *Language Sciences*.n. 23, p. 265-340, 2001.

JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. London: Allen and Unwin, 1924.

JOSEPH, B.D. Is there such a thing as ‘ grammaticalization’?. *Language Sciences*, n. 23, p. 163-186, 2001.

JUBRAN, C.C.A.S. Parentetização. In: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I.G.V.(orgs.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. v.1. Construção do texto falado. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006. P.301-358.

KANT, E. Critique de La raison purê. Paris: Gllimard, Ed. Francesa de Immanuel Kant, Kritik der reinen vernunft. ([1781], 1980).

KIEFER, F. On Defining Modality. *Folia lingüística*. v. 21, n. 1, p. 67-93,1987.

KOCH, I.G.V. A articulação entre orações no texto. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (28), p. 9-18, 1995.

KOCH, P. ÖSTERREICHER, W. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanish*. Tübingen, Niemeyer, 1990.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. N. (ed.) *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 59-139.

LEHMANN, C. *Thought on Grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on Grammaticalization: a Programatic Sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, v. 1), 1995 [1982].

LEWIS, C. I. *An analysis of knowledge and evaluation*, La Salle, 111: The Open Court Publishing Co, 1946.

LYONS, J. *Semantics 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. *Éléments de linguistique pour texte littéraire*. Paris: Bordas, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. (org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989. p. 281-322.

MARTELOTTA, M. E. et al. (org.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Org.) *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p.139-171

MEILLET, Antoine. L' evolution dês formes grammaticales. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1965 [1912], p. 230-280.

MIRANDA, N. S. *A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores*. 196f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MITHUN, M. *The Languages of Native North America*. Cambridge University Press, Cambridge, 1999.

NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, 27, p. 165-192, 2005.

NEVES, M. H. M. Aspectos da gramaticalização em português. In: *Para sempre em mim*. Homenagem à Profa. Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, 1998.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: NEVES, M.H.M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p.151-166.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A modalidade. In: I.G.V. KOCH. (org.) *Gramática do português falado*. v. VI. Desenvolvimentos. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP. 1996.

_____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa* (São Paulo) v. 44, 2000a.

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M. H.M. (org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. v.7. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

_____. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. *Alfa* (São Paulo), v.28, p. 21-42, 1984.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000b.

NEWMAYER, F. J. Deconstructiong grammaticalization. *Language Sciences*, n. 23, p. 187-229, 2001.

NORDE, M. Deflexion as a counterdirectional factor in grammatical change. *Language Sciences*, n. 23, p. 231-264, 2001.

NUYTS, J. Subjectivity vs objectivity modality: what is the diference? In: FORTESCUE, M. et al. (ed.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 73-97.

_____. Epistemic Modal Adverbs and Adjectives and the Layered Representation of Conceptual and Linguistic Structure. *Linguistics* 31, p.933-969, 1993..

_____. *Epistemic modality, Language, and Conceptualization: a cognitive-pragmatic perspective*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 2001a.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, 33, p. 383-400, 2001b.

PALMER, F.R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. *Modality and the English Modals*. Second edition. New York: Longman, 1990.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

QUIRK, R. et al. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1985.

RISSO, M. S. et al. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I.G.V. (org.) *Gramática do português falado*, v. VI: Desenvolvimentos. Campinas: Ed. da Unicamp, FAPESP, 1996.

RISSO, M; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I.G.V.(orgs.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. I: Construção do texto falado. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006. p. 403-426.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEARLE, J.R. *Os actos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

SHEPHERD, S. C. From deontic to epistemic: An analysis of modals in the history of English, creoles, and language acquisition. Papers from *the Fifth International Conference on Historical Linguistics*, ed. By Anders Ahlqvist, p. 316-23. Amsterdam: Benjamins, 1982.

SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. 2009. 273f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2009.

SWEETSER, E. E. Modality. In: *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: University Press. 1990.

TABOR, W.; TRAUGOTT, E.C. Structural expansion and grammaticalization. In: RAMAT, A.G.; HOPPER, P. (eds.) *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia, 1998. p.229-272.

TALMY, L. Force-dynamics in Language and Cognition. *Cognitive Science* 12, p. 49-100, 1988.

TAYLOR, J.R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

THOMPSON, S. MULAC, A. A quantitative perspective on gramaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization. Focus on theoretical and Methodological issues*. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E.C. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y (ed.) *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 245-271.

_____. Constructions in grammaticalization. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (ed.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 624-647

_____. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n.1, 1989.

_____. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (ed.) *Subjectivity and subjectivization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. p.31-54.

_____ The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995b. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em 12/04/2010, 16h56min

_____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Eds.) (Topics in English Linguistics, 66). Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

_____ Discussion article: discourse markers, modal particles and contrastive analysis, synchronic and diachronic. *Catalan Journal of Linguistics* 6, p. 139-157, 2007.

TRAUGOTT, E.C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C., KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization*. Focus on theoretical and Methodological issues. v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

TRAVAGLIA, L.C. A (poli)gramaticalização do verbo acabar. *Letras & Letras*, Uberlândia, 20 (2), p. 21-56, jul/dez. 2004

_____ Verbo ser – um verbo essencialmente gramatical. A hipótese da unidirecionalidade e as mudanças no estatuto categorial de verbos no português do Brasil. Congresso da Associação de estudos da linguagem, 12. Rio de Janeiro, UERJ, *Anais*, 2003.

_____ Verbos de ligação: itens lexicais ou gramaticais? *Estudos Linguísticos XXXIII*. Campinas: GEL/UNICAMP, 01-06. 2002.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. 3ª.ed. São Paulo: Humanitas, 1997. p. 81-101.

VALLE, C. R. M. C. Marcadores discursivos: considerações sobre os limites entre a gramaticalização e a discursivização. *Working Papers em Linguística*, UFSC, n.4, p. 104-113, 2000.

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: interpersonal and ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of Pragmatics*, 33, p. 1505-1528, 2001.

VICENT, D; VOTRE, S. LAFOREST, M. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. *Languages et Linguistique*, n.19. Quebec: Université Laval, 1993.

VOTRE, S.J. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992 (mimeo)

Anexo A

Inquéritos do projeto NURC examinados

	Diálogo entre dois informantes (D2)	Diálogo entre informante e documentador (DID)	Eloquções Formais (EF)
Rio de Janeiro (RJ)	355	328	379
	158	075	382
	296	128	341
	369	115	356
São Paulo (SP)	360	131	377
	343	161	388
	062	250	405
	255	242	124
Salvador (SSA)	098	231	049
	095	283	046
	005	066	023
	002	159	052
Recife (REC)	005	131	337
	266	078	259
	279	004	339
	340	125	151
Porto Alegre (POA)	291	045	278
	077	006	206
	120	008	289
	283	009	037

Anexo B

Lista de variáveis testadas

1) Usos de *pode ser*:

*pode ser*₁;

*pode ser*₂ epistêmico;

*pode ser*₂ deôntico,

2) Inquérito de língua falada:

diálogo entre dois informantes (D2);

diálogo entre informante e documentador (DID);

elocução formal (EF).

3) Tipo de texto escrito:

romanesco;

dramático;

técnico;

jornalístico, crônicas e correspondências;

oratório;

de propaganda.

4) Tipo de discurso:

discurso contínuo;

interlocução.

5) Tipo frasal:

asserção;

interrogação;

exclamação;

injunção.

6) Projeção temporal:

passado;

presente;

futuro.

7) Envolvimento do enunciador com o conteúdo avaliado:

situação externa ao falante, em que ele está envolvido;

situação externa ao falante, em que ele não está envolvido;

sentimentos, emoções, impressões pessoais.

8) Âmbito de incidência de *pode ser*:

nítido;

não nítido.

9) *Pode ser* seguido de alguma restrição ou objeção:

sim;

sim introduzida por *mas*;

não.

10) Posição no enunciado:

inicial;
medial;
final;
sozinho.

11) Presença de elemento interveniente: sim; não.

12) *Pode ser*₂ refere-se a algo que:

foi enunciado pelo falante;
foi enunciado pelo falante, mas com referência a um argumento externo;
foi enunciado pelo interlocutor;
está implicado no discurso, no fluxo conversacional.

Variáveis seguintes, 13 a 16, aplicam-se apenas a *pode ser*₁.

13) Classificação semântica do predicado da oração encaixada:

ação;
processo;
estado.

14) Animacidade e controle do sujeito da oração encaixada:

sujeito humano, com controle;
sujeito humano, sem controle;
sujeito animado, não humano, com controle;
sujeito animado, não humano, sem controle;
oração sem sujeito.

15) Pessoa verbal do verbo da oração encaixada:

primeira pessoa;
segunda pessoa;
terceira pessoa.

16) Tempo e modo verbal do verbo da oração encaixada:

presente do indicativo;
presente do subjuntivo;
pretérito perfeito do indicativo;
pretérito perfeito composto do subjuntivo;
pretérito imperfeito do indicativo;
pretérito imperfeito do subjuntivo;
futuro do presente do indicativo;
futuro do pretérito do indicativo;
futuro do subjuntivo;
pretérito mais que perfeito do indicativo;
imperativo;
infinitivo;
gerúndio;
particípio.